Universidade Estadual do Centro-Oeste

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Pró-Reitoria de Ensino – PROEN

Setor de Ciências Sociais Aplicadas – SESA/G

Departamento de Serviço Social – DESES/G

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

2022

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
PRÓ-REITORIA DE ENSINO

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO - NDE

3. ATOS LEGAIS DE REGULAÇÃO

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
4.1. Apresentação
4.2. Objetivos do curso
4.3. Justificativa
4.4. Histórico do curso
4.5. Perfil desejado do profissional
4.6. Campos de atuação
4.7. Formas de avaliação do processo de ensino e aprendizagem
4.8. Mecanismos de avaliação do curso e institucional
4.9. Estratégias para articulação com o mundo do trabalho
4.10. Acompanhamento do egresso

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR
5.1. Matriz curricular – Currículo Pleno
5.2. Matriz operacional
5.3. Categorização de disciplinas do currículo pleno
5.4. Ementário/bibliografia
5.5. Equivalência de disciplinas
5.6. Atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação
5.7. Ensino a distância
5.8. Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) no processo de ensino e aprendizagem
5.9. Trabalho de conclusão de curso - TCC
5.10. Formatação do estágio obrigatório
5.11. Formatação do estágio não obrigatório
5.12. Atendimento à legislação em vigor para a graduação

6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO

7. INFRAESTRUTURA
7.1. Recursos humanos
7.2. Recursos físicos e estruturais
7.3. Acessibilidade e inclusão
7.4. Atenção aos discentes e docentes

8. ANEXOS

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO: Serviço Social

LOCAL DE OFERTA E ÓRGÃOS DE VINCULAÇÃO DO CURSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO/POLOS: Campus Santa Cruz
SETOR DE CONHECIMENTO: Ciências Sociais Aplicadas
DEPARTAMENTO: Serviço Social

GRAU ACADÊMICO:	(X) Bacharelado ( ) Licenciatura ( ) Segunda Licenciatura ( ) Curso Superior de Tecnologia ( ) Formação específica da profissão (_____)	
MODALIDADE DE OFERTA:	(X) Presencial ( ) A Distância	
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	( ) Matutino ( ) Vespertino (X) Noturno ( ) Integral	
PREVISÃO DE AULAS AOS SÁBADOS DE FORMA REGULAR:	( ) Sim (X) Não	
REGIME DE MATRÍCULA:	(X) Seriado anual ( ) Seriado anual com disciplinas semestrais	
INTEGRALIZAÇÃO:	Mínimo: 4 anos	Máximo: 6 anos
ANO DA PRIMEIRA OFERTA: 2023		
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS: 40		
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (EM HORAS RELÓGIO): 3.000		

2. COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO - NDE

Nº DA PORTARIA DE DESIGNAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE:	Portaria Nº 004-SESA/G/UNICENTRO, de 02/03/2021 e alteração pela Portaria Nº 030-SESA/G/UNICENTRO, de 23/07/2021
MEMBROS DO NDE: Angela Maria Moura Costa Prates Cristiane Sonego Nayara Cristina Bueno Rosângela Bujokas de Siqueira Solange Cristina Rodrigues Fiuza	

3. ATOS LEGAIS DE REGULAÇÃO

3.1. CRIAÇÃO/AUTORIZAÇÃO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Resolução de Criação	COU/UNICENTRO	067	22 de dezembro de 2000
Decreto de Autorização	Governo/PR	2950	18 de maio de 2004
3.2. RECONHECIMENTO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CNE/CES	589/04-CEE	10 de novembro de 2004
Decreto	Governo/PR	4279	01 de fevereiro de 2005
Prazo do Reconhecimento: 5 anos		Vigência: de 03/04/2001 a 01/02/2005	
3.3. RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CEE/PR	19	20 de março de 2019
Decreto	Governo/PR	1330	02 de maio de 2019
Prazo da Renovação: 5 anos		Vigência: de 13/05/2019 a 12/05/2024	
3.4. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO (MEC/CNE)			
Ato Legal	Órgão	Número	Data
Parecer	CNE/CES	1363	12 de dezembro de 2001
Resolução	CNE/CES	15	13 de março de 2002

3.5. LEGISLAÇÃO REGULADORA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL			
Ato Legal/Órgão	Número	Data	Ementa
Lei	8662	07 de junho de 1993	Dispõe sobre a Regulamentação da profissão de Serviço Social
Resolução CFESS	273	13 março de 1993	Institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social e dá outras providências

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

4.1. APRESENTAÇÃO

No Brasil, a criação do Serviço Social está vinculada à emergência de um novo tipo de sociedade: a moderna sociedade capitalista que legitima o conhecimento científico e forja condições específicas para formação de profissionais, outorgando-lhes autoridade para explicar e apreender os fenômenos sociais (KAMEYAMA, 2021). Portanto, o Serviço Social se legitima enquanto profissão para intervir nas sequelas da chamada "questão social", que se refere aos conflitos e tensões derivados do binômio Capital e Trabalho, do qual decorre o processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e de seu ingresso no cenário político da sociedade. Neste sentido, Netto (1992) indica que a relação entre o Serviço Social e as expressões da “questão social” é própria da ordem burguesa, especialmente àquelas derivadas da dinâmica industrialização/urbanização, que se expandem a partir do século XIX.

As sociedades modernas trouxeram, reconhecidamente, avanços importantes para a qualidade de vida dos indivíduos (como o regime democrático representativo, a liberdade de opinião e de imprensa, os direitos individuais e os limites ao poder do Estado, entre outros); contudo, também constituíram relações desiguais e injustas entre os diferentes grupos e classes sociais. Essas relações injustas estão reproduzidas na concentração dos meios de produção, da riqueza e da renda, que se materializam em inúmeras expressões da “questão social”, como a desigualdade social, o empobrecimento, a violência, a exclusão social, entre outras.

O trabalho dos e das assistentes sociais volta-se para estas múltiplas expressões da “questão social” e as demandas que se apresentam à profissão têm raiz justamente nas contradições da sociedade capitalista. Em nosso país, “[...] a configuração da ‘questão social’, no bojo da economia capitalista, deu-se a partir de 1930, refletindo o avanço da divisão social do trabalho, vinculando-se, portanto, à emergência do trabalho assalariado” (KAMEYAMA, 2021, p. 02) e, não por acaso, data de 1936 a criação da primeira escola de Serviço Social, em São Paulo, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

Marcadamente de caráter reformista-conservador, segundo Iamamoto (2007), neste primeiro momento a profissão se caracterizou como uma forma de intervenção ideológica na vida da classe trabalhadora, com base na atividade assistencial, objetivando o enquadramento dos trabalhadores nas relações sociais então vigentes, reforçando a colaboração entre Capital e Trabalho. Aqui, portanto, o Serviço Social esteve “[...] voltado

para uma ação de soerguimento moral da família operária, atuando preferencialmente com mulheres e crianças" (IAMAMOTO, 2007, p. 19).

Durante, ao menos, duas décadas o Serviço Social operou com base nos referenciais conservadores, especialmente de origem americana e europeia, enfatizando a "formação social, moral e intelectual da família", com forte tendência a "individualização dos 'casos sociais'", em detrimento do reconhecimento da situação social concreta de vida dos usuários dessa atividade profissional (IAMAMOTO, 2007, p. 29).

Então, a formação dos e das assistentes sociais enquanto profissionais, dado este caráter interventivo, privilegiou nesse momento o aspecto técnico-operativo e não avançou na dimensão da produção de conhecimento. Para Kameyama (2021), a produção de conhecimento no âmbito da profissão iniciou-se nos anos 1970, quando foram criados os primeiros cursos de pós-graduação na área de Ciências Sociais e, especificamente, na área de Serviço Social, em plena vigência da ditadura militar (1964/1980).

Esse foi um momento muito importante para o Serviço Social brasileiro e ficou conhecido como um período de ruptura com o conservadorismo, inaugurando o processo de construção de um agir mais crítico, que resulta na formação profissional contemporânea, comprometida com os interesses dos usuários dos serviços sociais e com valores ético-políticos que apontam para a construção de uma nova sociabilidade, alicerçada na justiça social, na democracia de base e na socialização da riqueza.

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta para alcançar novas bases de legitimidade da ação da/do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, coloca-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade. É importante destacar que isso "[...] não se traduz a um movimento 'interno' da profissão, faz parte de um movimento social mais geral, determinado pelo confronto e a correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade [...]" (IAMAMOTO, 2007, p. 37).

Diante das contradições e tensões geradas pela dinâmica capitalista, que produzem as expressões e sequelas da "questão social" que se tornam a matéria prima do trabalho da/do Assistente Social, a formação deve promover habilidades teóricas e práticas para o desvelamento das inúmeras determinações que constituem as demandas sociais que requerem a intervenção profissional.

A/O assistente social, então, legitima sua intervenção precisamente nas respostas teóricas e técnicas dadas aos problemas que se apresentam cotidianamente no contexto sócio institucional. Estas respostas pautam-se na instrumentalidade da profissão

(GUERRA, 2011), considerando a inter-relação entre suas dimensões teórico-metodológica (do conhecimento), ético-política (do objetivo, intencionalidade) e técnico-operativa (do saber fazer), com vistas a práxis profissional.

A profissão caracteriza-se por conter ao mesmo tempo uma dimensão intelectual, ou seja, a/o assistente social enfrenta o desafio de decifrar a dinâmica da sociedade e do Estado e suas determinações no âmbito profissional; e uma dimensão interventiva, na qual as investigações são parte do movimento de articulação teoria/realidade, apontando como subjacente a crítica das dimensões aparentes, fenomênicas ou reificadas do real (KAMEYAMA, 2021).

A interlocução entre as dimensões sinalizadas permite reiterar que as demandas que requerem a intervenção da/do assistente social (como a violência contra as mulheres, as situações de moradia precária ou de falta dela, a insuficiência de renda e a insegurança alimentar, o trabalho infantil, entre tantas outras) se encontram em um cenário estrutural que precisa ser desvelado, compreendido e enfrentado por meio de políticas públicas de redistribuição de renda, de riqueza e de poder político.

Nesse sentido, o reconhecimento da realidade, a busca de dados e informações que possibilitem o conhecimento das várias expressões da “questão social” e dos processos sociais e históricos que as produzem e reproduzem é condição essencial para a prática profissional comprometida com a garantia e ampliação dos direitos da população e, assim, com a materialização de um projeto societário em que se afirmam os interesses das classes que vivem do trabalho.

Desta forma, a intervenção configura-se mais eficiente quanto mais os profissionais se aproximam da realidade por meio da incorporação de uma postura crítica e investigativa. Assim sendo, o Serviço Social afirma-se como uma profissão especializada, que possui particularidades materializadas nos diversos campos de atuação em que penetram as políticas sociais, públicas e privadas.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

Geral: Promover uma formação generalista, fundamentada no rigor teórico, metodológico, ético-político e técnico, na apreensão dos conhecimentos, competências e habilidades profissionais, articulando os conhecimentos básicos e os conhecimentos específicos.

Específicos:

- Conduzir o processo de formação profissional na direção do pluralismo e da

interdisciplinaridade;

- Promover, no processo de formação profissional, a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão;
- Incentivar a relação com a comunidade, contribuindo para o papel social da universidade;
- Viabilizar a relação teoria e prática, através da articulação das expressões do exercício profissional de investigação e intervenção;
- Dinamizar a organização do currículo pleno do curso, possibilitando a definição e a organização dos seus componentes de modo a assegurar o acompanhamento das transformações sociais, científicas e tecnológicas.

4.3. JUSTIFICATIVA

A formação em Serviço Social acompanha as transformações sociais e por isso, há a necessidade de atualizar o Projeto Pedagógico do Curso, para que possa formar profissionais aptos a responderem propositivamente às demandas contemporâneas.

Temas como a questão ambiental, gênero/diversidade e relações étnico-raciais têm adentrado o cotidiano da atuação profissional, merecendo espaço na formação. Além disso, a centralidade que as políticas sociais vêm assumindo no cenário brasileiro exige a qualificação profissional para compreendê-las em profundidade, no marco do capitalismo contemporâneo, bem como no aprimoramento de habilidades e competências de planejamento, execução e avaliação de projetos, programas e serviços ofertados.

Outra preocupação revisada e aprofundada neste Projeto Pedagógico se refere ao perfil da pesquisa na formação profissional. A proposta apresentada entende que o momento da investigação não deve ser menosprezado diante do viés interventivo da profissão. O processo de elaboração e avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) também sofreu modificações, buscando melhor atender as demandas recorrentes tanto dos estudantes quanto das (dos) professoras (es) orientadoras (es). Tanto o ementário quanto os regulamentos propostos atendem tal justificativa.

Nesta revisão outro ponto importante é a inclusão da curricularização da extensão, valorizando o diálogo entre diferentes sujeitos e saberes, bem como o compromisso com a transformação social de aspectos da realidade, a partir de intervenções planejadas. É importante mencionar que a formação em Serviço Social dialoga com o contexto onde o

curso está inserido, assim como, de onde parte a maioria dos estudantes e onde realizam suas atividades complementares e de estágio pedagógico. Por isso, na sequência apresenta-se um panorama social da região de Guarapuava, que contextualiza a justificativa social de revisão do presente Projeto e a importância do Curso neste território.

Nas últimas décadas expressam-se profundas mudanças nos processos de produção e de reprodução da vida social, condicionadas pela reestruturação produtiva, pela reforma do Estado brasileiro, pela mundialização e financeirização do capital, pela "destruição" do meio ambiente, pela gestão das políticas sociais, pelo democratismo da sociedade civil, pelas novas configurações das relações de trabalho e pelas novas formas de enfrentamento da "questão social".

E ainda, o contexto apresenta de forma contundente as desigualdades entre classes, as questões étnico-raciais e de gênero enraizadas na sociedade brasileira, enquanto uma "ferida aberta", produto das relações com o processo de escravização, assim como, produto das relações patriarcais. Ambas colocam pobres, negros e mulheres em condições vulneráveis de vida, trabalho, educação, acesso aos bens e serviços, entre outros, repercutindo na efetivação dos direitos da classe trabalhadora e, assim, na garantia da cidadania (SILVA, 2014); (CISNE; SANTOS, 2018).

Neste contexto, repercutem demandas e solicitações postas à profissão que requerem um constante aprimoramento do perfil profissional, qualificado para trabalhar interdisciplinarmente, capacitado nas dimensões teórica, metodológica, técnica, operativa, ética e política com competências, atribuições e habilidades respaldadas na Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993) e no Código de Ética profissional do Assistente Social, de 1993.

Pensar a formação, nesta conjuntura, exige considerar juntamente com a realidade mais ampla, as especificidades assumidas das problemáticas sociais nos espaços territoriais específicos. Por isso, é importante reconhecer a realidade apresentada em Guarapuava e Região, espaços territoriais com histórias, problemáticas e demandas próprias, que exigem conhecimentos e habilidades profissionais capazes de compreender as especificidades das demandas dos trabalhadores e das trabalhadoras para transformar aspectos dessa realidade local.

O Município de Guarapuava está localizado na região centro-sul do Paraná, sendo um dos maiores municípios do estado em área territorial, contendo mais de 3 mil km. O Município faz divisa ao norte com Campina do Simão e Turvo, ao sul com Pinhão, Reserva do Iguaçu e Inácio Martins, ao leste com Prudentópolis, e a oeste com Goioxim e Candói. Sua história está marcada por importantes elementos que refletem na realidade

encontrada atualmente, principalmente pela concentração de terras, que contribui para gerar o fenômeno da expulsão dos trabalhadores das atividades agrícolas e sua localização no espaço urbano, na maior parte das vezes em condições precárias de moradia e de trabalho.

Guarapuava compõe a região Centro Sul do Estado do Paraná, juntamente com Pitanga e Palmas, que abrange 29 municípios que estão entre os mais pobres do estado. Nesse sentido, percebe-se que a região "[...] acompanha o padrão brasileiro de má distribuição de renda, tendo em vista que existe nela grande proporção de lucro às grandes empresas, e pouco movimento e oportunidade a médias e pequenas sob diversos setores" (MOROZINI, 2010, s/p). Uma região assim é propícia para práticas clientelistas, pois "[...] a pobreza e a baixa escolaridade mantém a dependência de grande parte do eleitorado. O clientelismo tem aí terreno fértil em que vicejar" (NETO, 2009, p. 04). Nesse contexto, a política e a economia caminham juntas, ambas se influenciando (PRATES, 2016).

A questão política tem grande influência na região e vale ressaltar que os elementos da política partidária conservadora (presentes e fortes) no Centro Sul do Paraná não são novidade, são apenas a demonstração do que se tem no Brasil, enquanto política conservadora (PRATES, 2016). Entretanto, como a região é atrasada em relação às demais regiões do Paraná, atribui-se esse atraso, em grande parte, à presença ainda marcante do coronelismo[1], do assistencialismo[2] e conservadorismo religioso, político e cultural[3] (FIUZA, 2016).

Nesse sentido, é importante que se desenvolva:

> [...] uma reforma política na região, com a baixa do "coronelismo" político que impede a concorrência comercial, como exemplo a lei que esteve ativa por um período, a do supermercado, que restringia a construção de mercados com tamanho superior a 2.500 (dois mil e quinhentos) metros no centro da cidade imposta pelo atual prefeito, setor este que tem um dos maiores índices empregatícios do país, onde ao menos garantiria elevação de número de emprego formal de baixa e alta qualificação (MOROZINI, 2010, s/p).

Isso é extremamente prejudicial para o desenvolvimento da cidade e região, uma vez que os trabalhadores dependem do mercado de trabalho para vender sua força de trabalho e este não é ampliado devido ao monopólio de grupos de empresários atrelados à política

---

[1] Segundo Leal (1997), nasceu em 1889, durante o governo Campos Sales e começou a findar em 1930 com o processo de modernização, crescimento industrial, expansão dos meios de comunicação e a crise do café.

[2] As práticas assistenciais constituem-se como barganhas em troca de votos, cargos públicos, benesses, *status* sociais etc, que são próprias das relações coronelistas e clientelistas, continuando o que a literatura em questão chama de assistencialismo (ALAYÓN, 1992).

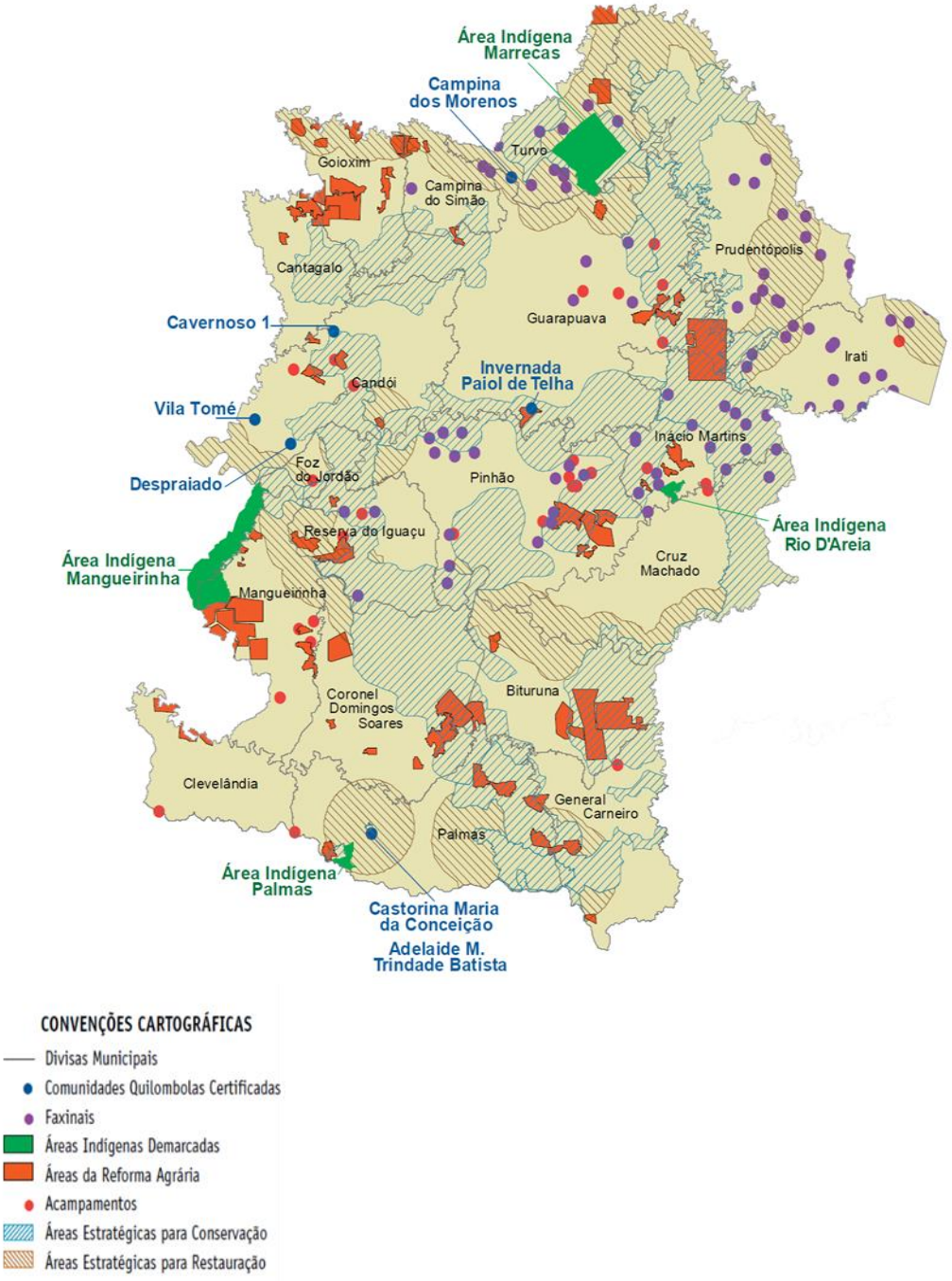
[3] Sobre toda a história brasileira de construção de políticas conservadoras conferir autores como Faoro (1979); Leal (1997).

partidária (FIUZA, 2016). Esses grupos migram seu apoio partidário constantemente, privilegiando o partido que vence as eleições. Logo, a política partidária conservadora tem importante participação na manutenção do desenvolvimento atrasado da região, perpetuando, assim, a pobreza e a desigualdade social.

Nesse contexto, existe um potencial forte e contínuo para o desenvolvimento da região, mas, os empecilhos encontrados colocam-se como entraves. Por "[...] conta da mão de obra estagnada, os ricos se tornam cada vez mais ricos, e os trabalhadores permanecem em seus lugares sem grandes expectativas" (MOROZINI, 2010, s/p).Para o autor citado, é preciso vontade política e abertura para o diferente sem considerar o partido político, mas sim o desenvolvimento local em prol do desenvolvimento humano e social. Contudo, sabemos que as tensões e interesses de classes tornam esse cenário sempre contraditório.

A região de Guarapuava também contempla especificidades territoriais e étnicas que retratam a diversidade brasileira (PRATES, 2016). Nessa região estão presentes Comunidades Quilombolas, Faxinais, Assentamentos e Acampamentos dos Sem-Terra, áreas de Reforma Agrária, Aldeias Indígenas, conforme o mapa apresenta.

MAPA 1 – Populações vulnerabilizadas no Centro Sul do Estado do Paraná



FONTE: Porto, Salles e Marques (2013).

Das vinte e oito Aldeias Indígenas do Estado do Paraná, seis estão na microrregião de Guarapuava, conforme dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) [4] . Tais comunidades têm exigido um olhar do Poder Público para a proteção dos seus territórios tradicionais, bem como pelo direito das práticas tradicionais (produtivas, culturais, religiosas, etc). Neste sentido, abre-se uma demanda para (re)pensar a questão das políticas públicas voltadas ao campo, bem como para a discussão dos direitos humanos

[4] Dados retirados do site http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas em 05 de maio de 2014.

que envolvem o reconhecimento das diferenças destes povos.

Além dos povos indígenas, outro povo tradicional presente na região é o quilombola. A Invernada Paiol de Telhas[5] é a maior comunidade Quilombola do Estado, isolada pelas estruturas de poder de Guarapuava para impedir o acesso à terra aos negros, conforme Sene (2008). Em seu texto, o autor mostra os processos de construção de identidades e organização social nas disputas de terras, enfatizando o caso do negro na cidade de Guarapuava.

Sene (2008, p.32) reconhece que "[...] a história de escravidão se confunde com a formação do poder local na cidade" (SENE, 2008, p. 32). No Município, as terras dos quilombolas vêm sendo ocupadas por uma cooperativa, cujos donos são considerados dignos de obtê-las, uma vez que são imigrantes alemães e têm o trabalho como única alternativa para o progresso da cidade e região (PRATES, 2016). Contudo, após uma longa luta desta população, recentemente a Justiça determinou a destinação de mais de 1,2 mil hectares para a Associação Invernada Paiol de Telhas, beneficiando cerca de 300 famílias e atendendo o disposto na Constituição Federal Brasileira (G1 PR, 2021[6]). No entanto, as medidas judiciais não encerram os conflitos fundiários existentes, pois ainda permanecem tensões sociais e culturais em torno da legitimidade destes direitos.

Ao lado da questão fundiária, outro desafio estrutural diz respeito ao baixo crescimento econômico, a cidade não tem criado postos de trabalho suficientes para absorver a demanda de mão de obra. O crescimento e a mobilidade populacional ocorrem, segundo Vestena e Schmidt (2009) devido ao processo de modernização da agricultura regional, ou seja, a cidade passou a receber a população excluída do campo, fazendo aumentar a demanda por trabalho e demais serviços básicos para a sobrevivência.

A concentração da riqueza, de um lado, e os baixos salários, de outro, fortalecem as desigualdades sociais, contribuindo para a manutenção do déficit educacional, a limitação do comércio e dos serviços, a pouca oferta de empregos formais, dificultando, entre outros elementos, a diversificação das atividades econômicas.

O desenvolvimento industrial em Guarapuava não ocorreu para novos segmentos. Permanecem as tradicionais atividades vinculadas, principalmente, à madeira, alimentos e bebidas, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP, 2010 apud FERREIRA, 2010, p.139). Por esta característica, Lacheski (2009, p.92) evidencia um

---

[5] Esse nome foi dado à Comunidade em ato solene na Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, no dia 26 de setembro de 2006, em que foi reconhecida como Comunidade Quilombola, com o aval da Fundação Cultural Palmares (SENE, 2008).

[6] Disponível em https://racismoambiental.net.br/2021/02/17/justica-determina-destinacao-de-mais-de-12-mil-hectares-de-terra-para-comunidade-quilombola-paiol-de-telha/

paradoxo entre o moderno e o antigo no Município:

> Há em Guarapuava uma distinção entre a inovação e modernização técnica e econômica e o que pode se chamar de inovações sociais e culturais. Há por um lado, uma recepção de técnicas modernas e por outro, a conservação dos valores próprios legados pela herança histórica da região com o objetivo de resguardar o patrimônio antigo, ao mesmo tempo em que desenvolve o caráter de moderno.

Continua a autora:

> Portanto, tem-se nesta região um desenvolvimento que invoca o passado, em consequência das diversas fórmulas políticas e ideológicas, conclamando o que de moderno convém a essa sociedade, praticando uma modernização seletiva, parcial, lacunar, procurando um equilíbrio entre modernização e tradição. A modernização em Guarapuava, portanto, travou um debate entre o antigo e o moderno, entre o passado e o presente [...] (LACHESKI, 2009, p.93).

Segundo dados do IBGE, no ano de 2020 a população estimada de Guarapuava era de 182.644 habitantes. No entanto, dados relativos ao sexo e a residência urbano e rural continuam similares aos de 2010. Portanto, das 167.328 mil pessoas, 81.797 eram homens e 85.531 eram mulheres. Deste total, 152.993 pessoas residiam no meio urbano e 14.335 no meio rural. No quadro apresentado na sequência pode-se observar como se localizava esta população nas áreas em Guarapuava, segundo o sexo:

Quadro 1 - Situação de domicílio, segundo o sexo e a área – 2010

Situação de domicílio segundo o sexo e a área			
Local	Homens	Mulheres	Total
Área Urbana	74.273	78.720	152.993
Área Rural	7.524	6.811	14.335

FONTE: IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Município de Guarapuava-PR

Em se tratando do total da população guarapuavana, podemos observar, no quadro seguinte, como esta se apresenta, segundo a faixa etária e o sexo.

Quadro 2 - Divisão da População por idade, segundo o sexo – 2010

Divisão da População por idade, segundo o sexo			
	Homens	**Mulheres**	**TOTAL**
Menos de 1 ano	1.239	1.237	2.476
De 1 a 4 anos	5.145	4.843	9.988
De 5 a 9 anos	6.983	6.765	13.748
De 10 a 14 anos	8.298	8.034	16.332

De 15 a 19 anos	8.127	7.903	16.057
De 20 a 24 anos	7.181	7.208	14.389
De 25 a 29 anos	6.718	6.911	13.629
De 30 a 34 anos	6.519	6.741	13.259
De 35 a 39 anos	5.931	6.426	12.357
De 40 a 44 anos	5.753	6.299	12.052
De 45 a 49 anos	5.116	5.880	10.996
De 50 a 54 anos	4.183	4.767	11.950
De 55 a 59 anos	3.385	3.828	7.213
De 60 a 64 anos	2.587	2.894	5.481
De 65 a 69 anos	1.858	2.200	4.058
De 70 a 74 anos	1.295	1.520	2.815
De 75 a 79 anos	786	1.012	1.798
De 80 a 84 anos	431	607	1.038
De 85 a 89 anos	177	311	488
De 90 a 94 anos	68	98	166
De 95 a 99 anos	14	37	51
De 100 anos ou mais	3	10	13

FONTE: IBGE. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Município de Guarapuava-PR

Em se tratando das características do mercado de trabalho em Guarapuava, em 2010 havia um total de 140.989 pessoas em idade ativa, sendo que destas, 81.398 estavam economicamente ativas e 76.003 estavam ocupadas (IPARDES, 2010). Esses dados não constam depois dessa data nem no IPARDES, nem no IBGE. A única informação que o IBGE apresenta é que em 2018, haviam 48.225 pessoas ocupadas (IBGE, 2018). Ou seja, de 2010 a 2018 é evidente a diminuição de pessoas ocupadas.

Os limites evidenciados no mercado de trabalho, entre outros fatores, contribuem para o agravamento das desigualdades sociais.

O reflexo desta constatação se torna visível através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). O Município de Guarapuava, em 2010, encontra-se na 82ª posição no ranking de IDH do Paraná, apresentando os índices específicos de 0,713 de IDH-L, 0,886 de IDH-E e 0,720 de IDH-R, perfazendo um total de 0,773 de IDH-M (IPARDES, 2011).

Quadro 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Guarapuava – PR

IDHM e componentes	**2010**
IDHM Educação	0,628
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	51,92
% de 5 a 6 anos na escola	82,19
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental ou com fundamental completo	89,84

% de 15 a 17 anos com fundamental completo	59,86
% de 18 a 20 anos com médio completo	44,49
IDHM Longevidade	0,853
Esperança de vida ao nascer (em anos)	76,20
IDHM Renda	0,730
Renda per capita	750,09

FONTE: Pnud, Ipea e FJP

Considerando os aspectos educacionais, o último Censo realizado (2010) evidenciou que 68,42% dos alunos entre 6 e 14 anos estavam cursando o ensino fundamental regular na série correta para a idade; entre os jovens de 15 a 17 anos, 38,16% estavam cursando o ensino médio regular sem atraso; entre os alunos de 18 a 24 anos, 18,59% estavam cursando o ensino superior. Além disso, o Censo apontou que 2,91% das crianças de 6 a 14 anos não frequentavam a escola, percentual que, entre os jovens de 15 a 17 anos atingia 21,49%. Em função da pandemia pela COVID-19, a adoção do ensino remoto precarizou a qualidade da aprendizagem e agravou a evasão escolar, como bem mostram inúmeros dados noticiados pela imprensa nacional.

No que tange a educação da população adulta, no ano de 2010, 51,92% da população de 18 anos ou mais de idade tinha completado o ensino fundamental e 34,85% o ensino médio. A taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais diminuiu 8,04% nas últimas duas décadas.

Sobre os indicadores de Habitação, no espaço urbano 98,55% da população reside em domicílios com água encanada; 99,01% da população em domicílios com energia elétrica; 98,87% da população em domicílios com coleta de lixo.

Fato é que embora o IDH do Município demonstre uma alteração positiva, o avanço do espaço urbano não acompanha a oferta dos serviços básicos necessários a toda população, evidenciando-se o aumento da pobreza. Pedroso (1998, p.08) demonstra esta realidade ao afirmar que

> Como resultado de uma economia defasada, o quadro social guarapuavano apresenta uma disparidade que a cada dia se torna mais alarmante: os poucos ricos cada vez mais ricos e os muitos pobres cada vez mais pobres. O grande aumento populacional aliado às dificuldades de vida na cidade, geraram situações de mendicância, de alcoolismo, de violência, de usurpação dos direitos humanos, de [problemas] familiares e de alienação.

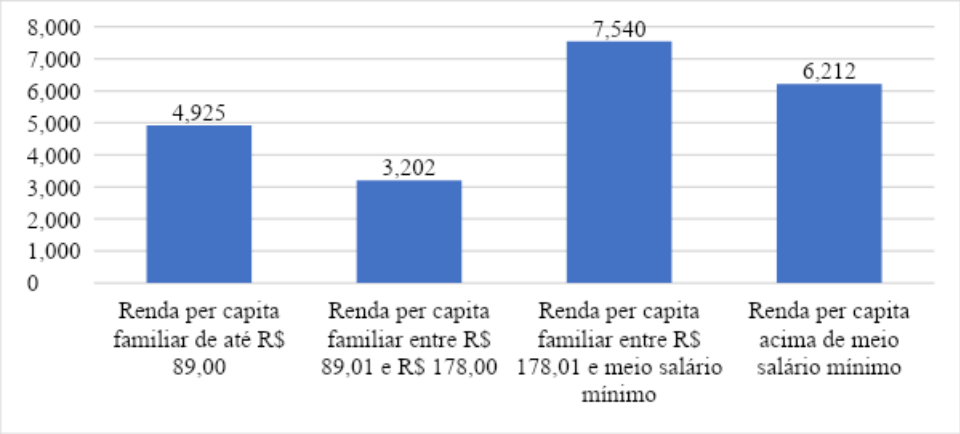
Esta realidade reflete o aumento de famílias pobres no Município. Conforme apresenta o IPARDES (2003), no centro-sul do Estado, as famílias que vivem em situação de pobreza representam mais de 20% do total da população do Paraná, sendo que 65% destas famílias localizam-se em áreas urbanas. Em 2000, o Município de Guarapuava destacou-

se com um elevado número de famílias que vivem em situação de pobreza, ou seja, com um contingente menor ou igual a 40% do total de famílias; ainda, evidencia-se, através do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, que o índice de pobreza no Município era constituído por 39,50% de indigentes e 28,82% de pobres (VESTENA; SCHMIDT, 2009).

A proporção de pessoas pobres, com renda *per capita* familiar inferior a R$140,00, é de 8,32% segundo o último censo publicado (IBGE, 2010). Assim, a desigualdade de renda, apesar de ter diminuído na última década, ainda é de 0,555. Destaca-se que tem crescido o índice de empregabilidade no setor de comércio e serviços, contudo, a renda média domiciliar *per capita* é uma das mais baixas do Paraná, no valor de R$737,01. A concentração de terra na região continua alta, sendo que 3,64% de proprietários ocupam uma área total de 51,47% do município, conforme dados da SEAB e INCRA (2005).

A Política Nacional de Assistência Social apresenta a situação de pobreza e miséria como situação de vulnerabilidade e risco social. As pessoas que estão nessa situação são público alvo dos programas e serviços prestados pelo Estado. Como não se tem ainda o Censo de 2020, coletou-se dados do Cadastro Único do governo federal para mostrar a realidade das famílias no município de Guarapuava. Em 2021, estavam inscritas no Cadastro Único 22.571 famílias, com o seguinte corte de renda:

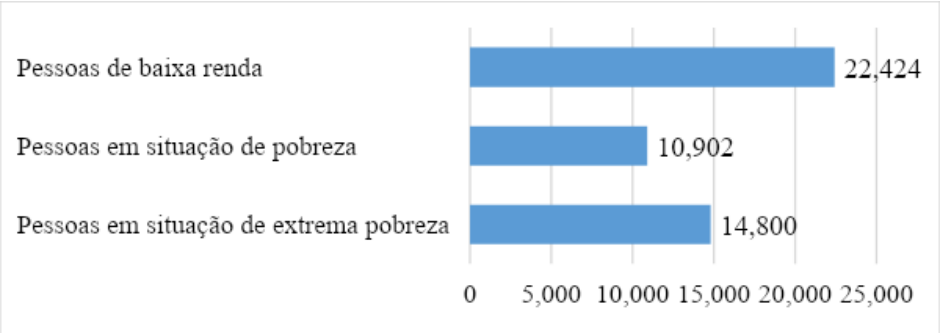
Gráfico 1 - Famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais do governo federal em Guarapuava em 2020



FONTE: Relatório de Informações Sociais. Acesso dia 08.03.2021. Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Estimativas

Essas 22.571 famílias agrupam o montante de 60.747 pessoas, que apresentam as seguintes condições socioeconômicas:

Gráfico 2 – Número de pessoas e suas condições socioeconômicas



FONTE: Relatório de Informações Sociais. Acesso dia 08.03.2021. Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/index.php?codigo=410940&aM=0

Portanto, das 182.644 pessoas, 59.383 encontram-se em situação precária de trabalho e renda no município e assim configuram-se como público alvo do Cadastro Único. A situação de vulnerabilidade e risco social ocorre porque as pessoas não têm o acesso aos mínimos sociais para satisfazer as suas necessidades humanas básicas (PEREIRA, 2007).

Os dados a seguir mostram que essas famílias possuem especificidades que podem acarretar em sua maior vulnerabilidade e risco social e também revelam a capacidade de cobertura do Programa Bolsa Família (PBF) em Guarapuava, na ocasião de coleta destes dados, pois este Programa foi extinto e substituído pelo Auxílio Brasil (PAB), em 2022.

Quadro 4 – Situação de cobertura do PBF a Grupos Populacionais Tradicionais Específicos-março/2021

Grupos familiares	Famílias cadastradas	Famílias cadastradas e beneficiárias do PBF
Indígenas	11	07
Ciganos	04	01
Quilombolas	226	139
Ribeirinhas	1	1
Agricultores familiares	7	2
Assentamentos da Reforma Agrária	85	45
Acampados	90	42
Pessoas em situação de rua	144	111
Coletores de material reciclável	527	329
Famílias de presos do sistema carcerário	76	40
Resgatados do trabalho análogo ao de escravo	58	22
TOTAL	1.229	739

FONTE: Ministério da Cidadania, Cadastro Único para programas Sociais (Março/2021). Acesso dia 12.05.2021. Disponível em https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/index.php?codigo=410940&aM=0

Percebe-se que mesmo sendo famílias elegíveis para os critérios de acesso ao PBF, nem todas estão recebendo o benefício. Isso significa que estão em situação de vulnerabilidade e risco social, no entanto, descobertas de proteção social. A situação de pobreza e miséria vivenciada por essas pessoas é fruto da relação Capital e Trabalho originárias da lógica de acumulação capitalista (SIQUEIRA, 2013). É dever do Estado prover os mínimos sociais para atender às suas necessidades, considerando que a produção de riquezas é coletiva, fruto do processo de trabalho.

É importante destacar que os dois últimos anos (2021-2022) aumentaram os desafios já existentes no campo social, uma vez que a crise econômica gerada pela dinâmica da pandemia mundial de COVID-19 aumentou drasticamente a situação de desigualdade social, pobreza e insegurança alimentar no país como um todo.

Nesse cenário brevemente apresentado, cheio de contradições sociais, entendemos que a expertise do Serviço Social pode contribuir para a região, justificando a importância do Curso na UNICENTRO e a necessidade de atualização de seu Projeto Pedagógico, incorporando novos conhecimentos e aprimoramento habilidades técnicas, em sintonia com os desafios do tempo presente.

4.4 HISTÓRICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNICENTRO

A história do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO) teve início com a aprovação pela Resolução nº 067/2000-COU/UNICENTRO, de 22 de dezembro de 2000. Nela, constam a carga horária e o Currículo Pleno do Curso – seguindo as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS, em 1996, e ratificada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), em 2000, prevendo a superação da dissociação entre teoria e prática e incentivando a participação dos discentes em projetos e/ou programas de pesquisa e extensão.

Elas também afirmam um patamar comum para o processo de formação no cenário nacional, ao mesmo tempo em que assegura "[...] a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade" (CASSAB, 2000, p.01). Seguindo os núcleos de fundamentos[7] previstos nas Diretrizes Curriculares, pode-se

[7] Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social; Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais, e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que compreende os

verificar que eles envolvem um conjunto de conhecimentos e habilidades que se especificam em matérias (áreas de conhecimentos necessários à formação) e se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares.

Nesse processo de implementação do curso, o Projeto Pedagógico seguiu os critérios afirmados das Diretrizes Curriculares, sendo eles:

a) Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
b) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta;
c) Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
d) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
e) Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
f) Respeito à ética profissional (BRASIL, 2002, p. 3).

Nessa linha, as disciplinas previstas nas matrizes abrangiam conhecimentos de diversas áreas do saber, que se associam às disciplinas específicas da área. Essa inter-relação é importante para a formação, na medida em que os referenciais teóricos contribuem para ler e apreender a realidade em sua totalidade, mediando a prática profissional e os limites da realidade concreta.

Ademais, a formação deve promover o encontro entre as perspectivas multiprofissional e interdisciplinar. A interdisciplinaridade é incentivada pelo percurso promovido para a aproximação com as diversas ciências, as atividades de Estágio Supervisionado Obrigatório, as Atividades Complementares e de Extensão.

É a partir das bases comuns que as Instituições de Ensino Superior constroem seu Currículo Pleno, sem deixar de considerar as particularidades regionais e locais de cada realidade. Assim sendo, abaixo pode-se verificar os conteúdos que compunham e compõem as matrizes curriculares do Curso de Serviço Social da UNICENTRO:

Quadro 5 - Grades Curriculares do Curso de Serviço Social da Unicentro

MATRIZ CURRICULAR	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA TOTAL

elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (CARDOSO, 2000).

2000	Filosofia; Sociologia; Psicologia; Antropologia Cultural; Formação Sócio-Histórica do Brasil; Tópicos de Economia; Direito. Questões Sociais e Campos de Serviço Social; Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social (I, II, III, IV); Serviço Social e Processos de Trabalho; Administração e Planejamento em Serviço Social; Serviço Social e Grupos Comunitários; Ética Profissional em Serviço Social; Comportamento Organizacional e Interdisciplinaridade em Serviço Social; Estatística Aplicada ao Serviço Social; Política Social (I, II, III); Pesquisa em Serviço Social; Estágio Supervisionado em Serviço Social (I e II); Optativa (I, II e III); Trabalho de Conclusão de Curso; Atividades Complementares.	**3.264**
2009	Filosofia; Sociologia; Psicologia Social; Psicologia do Desenvolvimento Humano; Antropologia Cultural; Formação Sócio-Histórica do Brasil; Economia Política; Legislação Social; Textos Fundamentais de Literatura (I, II); Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social (I, II, III); Iniciação Científica em Serviço Social; Política Social e o Serviço Social (I, II, III); Seminários Temáticos em Serviço Social (I, II, III); Estado, Classes e Movimentos Sociais; Ética Profissional em Serviço Social; Pesquisa em Serviço Social; Trabalho e Questão Social; Oficina em Instrumentalidade no Serviço Social; Planejamento e Projetos em Serviço Social; Serviço Social nas Políticas Públicas; T.C.C (I, II); Serviço Social e a Sustentabilidade; Serviço Social e o Sistema de Dominação/Exploração; Optativa (I, II); Trabalho de Conclusão de Curso; Atividades Complementares	**3.085**
2015	Filosofia; Sociologia; Psicologia Social; Antropologia; Formação Sócio-Histórica do Brasil; Economia Política; Legislação Social. Língua Portuguesa; Iniciação Científica em Serviço Social; Seminários Temáticos em Serviço Social (I, II, III); Introdução a Política Social; Fundamentos Históricos e Teóricos Metodológicos do Serviço Social (I, II, III); Serviço Social e Questão Social; Trabalho e Sociabilidade; Oficina em Processos Metodológicos do Serviço Social; Ética Profissional em Serviço Social; Organização da Sociedade Civil; Política Social (I, II, III); Pesquisa em Serviço Social; Planejamento e Projetos em Serviço Social; Seminário em TCC; Diversidade e Gênero; Serviço Social e Sustentabilidade; Estágio Supervisionado em Serviço Social (I e II); Disciplinas Optativas (I, II); Trabalho de Conclusão de Curso; Atividades Complementares	**3.015**

Fato é que com a implementação do Curso tornou mais evidente a complexificação das expressões da “questão social” e, também, a importância da ampliação do número de Assistentes Sociais no Município e na região. Por ser a UNICENTRO a universidade pública mais próxima dos municípios da região, a implementação e o reconhecimento do Curso de Serviço Social permitiram que estudantes de diferentes realidades acessassem o ensino superior e, ao mesmo tempo, participassem de projetos municipais voltados ao desenvolvimento humano.

Segundo relatos apresentados por Hey (2012, p.15), os professores em exercício no Curso afirmaram que “[...] grande parte dos alunos formados estão atuando em outros municípios, formando assim profissionais capacitados para intervir nessa realidade*”.* Foi nessa perspectiva que Hey (2012, p.15) identificou no relato dos professores que “[...] os

projetos de pesquisa e extensão, além das produções científicas dos alunos direcionadas para as demandas postas nos municípios são fundamentais para a afirmação do curso de Serviço Social".

Repensar continuamente a formação profissional é uma das orientações previstas nas Diretrizes, e é pautado nesta afirmativa que o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Curso foi revisto, com a intenção de aproximar as disciplinas e demais atividades das demandas dos municípios da região. Para tanto, os docentes do Curso voltaram-se a atualização dos conteúdos:

> As disciplinas ficaram mais próximas em razão do trabalho coletivo via reuniões pedagógicas para refletir-se conteúdos e metodologia das disciplinas e principalmente, pela definição do uso da teoria social crítica, núcleo norteador do curso (HEY, 2012, p.20).

Os processos de reavaliação do PPP envolveram os professores do Curso, em diferentes momentos (revisão das disciplinas segundo os núcleos de fundamentos e aprovação do projeto final), e também os acadêmicos (discussão sobre os conteúdos e disciplinas em assembleias). A partir do que foi dito, cabe reconhecer os principais movimentos históricos do Curso de Serviço Social da UNICENTRO, segundo a implementação de cada revisão do PPP.

4.4.1 O INÍCIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNICENTRO – 2001-2008

Como já se relatou, o Curso foi criado institucionalmente nos anos 2000 e nos anos seguintes foi ampliando as suas bases de funcionamento. Em princípio, no ano de 2001, o curso foi alocado no departamento de Ciências Econômicas (DECON), sob coordenação do profº Altamir Thimóteo.

No mesmo ano, no teste seletivo para contratação de professor colaborador, o DECON destinou uma de suas vagas para o Serviço Social, na área de Fundamentos Sócio-Políticos em Serviço Social (carga horária semanal de 24 horas) (UNICENTRO, 2001). Na ocasião, a profª Andrea Vieira Siqueira Serafini assumiu a vaga, se tornando a primeira Assistente Social/docente do curso.

Ainda em 2001, as atividades pedagógicas tiveram início pela oferta de 40 vagas para o vestibular, sendo seus aprovados os primeiros acadêmicos do Curso. Já em 2002, por meio de aprovação em concursos públicos, três professoras foram contratadas, sendo elas: Andrea Vieira Siqueira Serafini Rocha; Sandra Lourenço e Sandra Maria Zanello de Aguiar - as duas primeiras contratadas no mesmo ano e a última no ano seguinte (UNICENTRO, 2002a, 2002b, 2003a).

Após a contratação das docentes, em 2003, o Curso passou a ter um departamento próprio, denominado pela Resolução nº 039-GR/UNICENTRO como Departamento de Serviço Social (DESES), vinculado ao então Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CSA). O DESES começou a funcionar no dia 3 de novembro do mesmo ano e, com isso, as professoras deixaram de compor a equipe do DECON e foram lotadas no recém-criado Departamento (UNICENTRO, 2003b; 2003c).

Até o ano de 2006 foram essas profissionais que conduziram as atividades administrativas e pedagógicas do DESES, até a convocação da profª Solange Cristina Rodrigues Fiuza e, posteriormente, a profª Rosangela Bujokas de Siqueira, em 2008. Conforme se estabeleciam as bases institucionais, outros professores foram contratados, por tempo determinado: entre os anos de 2004 e 2008, foram contratados e/ou recontratados 11 professores.

Ao fim de quatro anos do Curso teve início o seu processo de reconhecimento legal, no qual ele foi justificado da seguinte maneira

> A importância da criação do Curso de Serviço Social na UNICENTRO é entendida a partir da constatação das transformações da sociedade contemporânea, passando a exigir no ensino superior, a ampliação das oportunidades de repensar a vida em sociedade, as relações de trabalho e a crise no âmbito das políticas sociais públicas e privadas (PARANÁ, 2004, p.2).

O reconhecimento do Curso se deu pela avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)[8], promovido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)[9]. Ela ocorreu em 2 fases:

ENADE[10]: O conceito atribuído foi **1**, no Índice de Diferença entre os desempenhos esperado e observado não se obteve conceito (haja vista que não haviam informações anteriores para comparar) (UNICENTRO, 2021a).

VISITA *IN LOCO*: Realizada por professores avaliadores externos, que consideraram a dimensão física, material, humana do Curso. Foram coletadas informações com os discentes, em cada ano letivo, verificado o acervo bibliográfico, entre outros componentes.

As avaliações do Curso validaram seu reconhecido, segundo o Decreto nº.

---

[8] O SINAES é composto por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Para tanto, avalia os aspectos que se relacionam a esses eixos, principalmente o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações.

[9] O Inep é uma autarquia federal que está vinculada ao MEC. Sua finalidade é contribuir na elaboração de políticas educacionais (nos diferentes níveis federativos) com intuito de acrescentar as iniciativas que se voltam para o desenvolvimento socioeconômico da sociedade brasileira.

[10] O ENADE é uma proposta avaliativa dos concluintes de cursos de graduação, voltada ao rendimento educacional em relação aos conteúdos previstos nas diretrizes curriculares, ao desenvolvimento de competências e habilidades previsto para a formação geral e profissional e, a atualização dos estudantes em relação à realidade brasileira e mundial.

4.279/2005, confirmando: a abertura de 40 (quarenta) vagas anuais; o período noturno; a sede no campus Santa Cruz, no Município de Guarapuava – PR, a duração mínima de 4 (quatro) e máxima de 7 (sete) anos.

É importante registar que o Curso estava regulamentado **Resolução nº 15-CNE/CES**, de 2002, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social e que, 2007, assimilou duas outras Resoluções:

- **Resolução n° 2-CNE/CES**, de 2007, que dispôs sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, e
- **Resolução n° 3-CNE/CES**, de 2007, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula.

Também no ano de 2007, os discentes do Curso participaram de uma nova avaliação do ENADE, possibilitando a validação dos conceitos do Curso: como resultado, obteve-se o conceito **5** no exame; o conceito preliminar **4** (UNICENTRO, 2007d).

Durante a execução do Projeto, o Curso de Serviço Social realizou importantes ações, entre elas a representação da UNICENTRO e/ou do DESES em comissões e comitês, tais como a Comissão Especial para elaborar o regulamento de operacionalização, seleção e divulgação do Projeto Rondon, o Comitê Iniciação Científica e, ainda, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Também foram executados projetos de pesquisa, entre eles o PQI intitulado “O desemprego, a superpopulação relativa e a mais-valia: um estudo histórico da evolução dos significados na Região de Guarapuava, no Estado do Paraná, no período de 2000 a 2006” e o PQI: “O retrato da reciclagem do lixo em Guarapuava: opção ou alternativa de sobrevivência?”.

Entre os projetos de extensão propostos, destaca-se os Fóruns de Debate: As Práticas Profissionais do Serviço Social e a Capacitação Permanente na Área da Infância e da Adolescência, na modalidade de Prestação de Serviços, na categoria de Projeto de Extensão Permanente. E também teve participação da professora Solange como orientadora de profissional recém-formado no Núcleo de Estudo e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ) (2008).

Em se tratando da oferta de eventos, o Departamento buscou realizá-los continuamente e, entre as temáticas trabalhadas estão: I Semana de Estudos de Serviço Social sobre o tema: o trabalho profissional do Assistente Social: desafios e perspectivas (2002) e V Semana de Estudos de Serviço Social: Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas na Atual Conjuntura Brasileira (2006).

Outra ação desenvolvida foi a oferta do curso de Especialização em Políticas Públicas, em parceria com o DECON. Tendo como coordenadoras a Profª Raquel Virmond Rauen Dalla Vecchia (DECON) e a Profª Sandra Aguiar (DESES), o curso propunha a preparação de profissionais para atuarem nas instâncias da gestão e da avaliação das políticas públicas (UNICENTRO, 2006c).

Os discentes do Curso participaram dessas atividades, e de outras, acompanhando as discussões relacionadas à profissão e à realidade e, no ano de 2008, já contabilizavam um total geral de **140 acadêmicos concluintes** matriculados (UNICENTRO, 2019b).

4.4.2 O FORTALECIMENTO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNICENTRO – 2009-2014

Com a implementação do PPP de 2009, novas atividades, novos avanços e desafios foram postos aos docentes e discentes do Curso de Serviço Social. No decorrer dos cincos anos de execução do Projeto, o quadro de professores efetivos passou de cinco para sete docentes, sendo incorporada a profª Sueli Godoi e a profª Cristiane Sonego (2010); a profª Maria Fátima Balestrin; a profª Andressa Kolody e a profª Angela Maria Moura Costa Prates.

Entre as atividades pedagógicas promovidas pelo DESES, nesse contexto, estava a participação dos docentes e discentes nos editais dos Programas de Monitoria (remunerada ou não) e de Tutoria (UNICENTRO, 2009b). Além dessa inserção, o DESES também assumiu a supervisão técnica dos Assistentes Sociais residentes do curso de Especialização em Gestão Pública com Ênfase em Sistema Único da Assistência Social (UEPG), entre os anos de 2014 e 2015.

O DESES ofertou o curso de Especialização em “Família e Práticas Profissionais”, destinado a diferentes áreas das ciências humanas e sociais, o curso propôs preparar os profissionais, teórica é tecnicamente, para compreenderem e intervirem nos contextos vividos pelas famílias (UNICENTRO, 2014c).

Entre os espaços representativos assumidos pelo DESES no curso do PPP de 2009, pode-se apontar a Comissão de Residência Multiprofissional, COREMU e a Comissão para estudo da distribuição das bolsas monitoria excedentes à distribuição já aprovada, até o limite do quantitativo fixado pelo CAD nas instâncias internas e, ainda, o Conselho Curador da Fundação do Bem-Estar do Menor (FUBEM) e o Conselho Municipal da Mulher, em instâncias externas à UNICENTRO.

Sobre as pesquisas propostas e desenvolvidas pelos docentes do Departamento, elas se

direcionavam a diferentes temáticas que envolviam a profissão e as particularidades das relações sociais. Entre elas destacam-se os PqIs “Participação e Democracia: o desempenho dos conselhos gestores em Guarapuava-PR” (Rosangela), “Diagnóstico de demandas para o Serviço Social presentes no espaço escolar” (Maria Fátima e Cristine) e “Os assistentes sociais e o mundo do trabalho na região de Guarapuava – PR” (Angela), além da execução de pesquisas continuadas (PqC).

Os projetos de extensão executados também refletiram a amplitude das temáticas vinculadas ao Serviço Social, como por exemplo o Projeto “Controle Social: estudos e vivências no município de Guarapuava” (Andressa) e o Projeto “Serviço Social na Educação: Atuando na perspectiva de acesso aos direitos sociais” (Maria Fátima e Cristiane). Ainda nessa perspectiva, os eventos ofertados pelo DESES promoveram discussões sobre a profissão e sobre temas conjunturais em evidência. Entre os eventos estavam a Palestra “O Cotidiano da Prática Profissional e a Materialização do Projeto Ético Político do Serviço Social” e a “XI Semana de Serviço Social - As configurações do trabalho e as lutas sociais na contemporaneidade”.

Sobre a avaliação do Curso, em 2010, ela se deu pelo Programa Permanente de Avaliação Institucional (PAI), da UNICENTRO e, concomitantemente, pelo ENADE. A avaliação das dimensões institucionais, indicaram que a organização didático-pedagógico do Curso teve conceito 3.9; os corpos docente, discente e técnico-administrativo tiveram nota 4.2; já as instalações físicas representaram 3.5 e, a interpretação perceptivo-avaliativa sobre o quantitativo de oferta de cursos foi de 4.2. Como resultado final a nota geral do curso foi de **4.0**, atingindo o conceito **satisfatório** e o no perfil INEP **bom**.

A dimensão sobre oferta de Curso de Serviço Social também foi avaliada; considerando o desempenho de docentes e discentes, o resultado foi 4.2 para o primeiro grupo, e 4.4 para o segundo; o resultado parcial foi de 4.3 e o conceito foi satisfatório. Na perspectiva de docentes, o conceito apresentado foi 4.2, de chefia foi 3.8 e de discentes 3.4, obtendo resultado parcial de 3.8, considerado satisfatório. De forma total, o resultado geral dessas informações foi de **4.1**, novamente indicando o conceito **satisfatório** e o perfil INEP considerado **bom** (UNICENTRO, 2013b).

No ENADE, participaram os discentes da primeira (32 acadêmicos) e da quarta séries (41 acadêmicos), a avaliação considerou o preenchimento do Questionário do Estudante e a Prova de Avaliação de Conhecimento. A sistematização dos dados obtidos no questionário indicou um breve perfil acadêmico dos ingressantes e dos concluintes. O primeiro (ingressantes) indicou que 71,9% dos acadêmicos se autodeclararam brancos; 25% pardos e 3,1% negros. Outro indicador tratou das instituições de formação

identificando que 81,3% dos participantes estudaram apenas em escolas públicas e 6,3% indicaram estudar a maior parte de sua formação ou toda ela em escolas privadas; ainda 3,1% reconheceram ter estudado a maior parte em escola pública.

Já o segundo grupo (concluintes) ficou registrado que o perfil dos discentes demonstrou que 77,8% deles se autodeclararam brancos; 16,7% pardos e 5,6% negros. Dos participantes, 86,1% afirmaram ter estudado apenas em escolas públicas; 5,6% indicaram estudar apenas em escolas privadas; e 2,8% reconheceram ter estudado a maior parte em escola pública.

Outra informação importante registrada se refere à renda financeira. No primeiro grupo 9,4% dos acadêmicos não possuíam; 15,6% recebiam até 1,5 salário mínimo ou de 3 a 4,5 salários mínimos; 53,1% de 1,5 a 3 salários mínimos; 6,3% de 4,5 até 6 salários mínimos. No grupo dois, as informações evidenciaram que 16,7% dos discentes recebiam até 1,5 salário mínimo ou de 3 a 4,5 salários mínimos; 19,4% de 1,5 a 3 salários mínimos; 25% de 4,5 até 6 salários mínimos; 13,9% de 6 a 10 salários mínimos e, 8,3% de 10 a 30 salários mínimos (UNICENTRO, 2011b).

Sobre a organização financeira dos alunos ingressantes, 21,9% relataram não ter renda e que seus gastos eram financiados pela família ou por outras pessoas; 43,8% ter renda e receber ajuda da família ou de outras pessoas; 6,3% afirmaram ter renda e não precisar de ajuda financeira e, 28,1% disseram possuir renda e que contribuíam com o sustento da família.

Já os acadêmicos concluintes, 22,2% deles relataram não ter renda e que seus gastos eram financiados pela família ou por outras pessoas; 38,9% ter renda e receber ajuda da família ou de outras pessoas; 13,9% afirmaram ter renda e não precisar de ajuda financeira; 19,41% disseram possuir renda e que contribuíam com o sustento da família e, 5,6% afirmaram que tinham renda, se sustentavam e eram o principal responsável pelo sustento da família (UNICENTRO, 2011b).

Sobre os dados obtidos pela realização da prova, eles afirmaram os conceitos do Curso, sendo estabelecidos o conceito **4** no Exame; conceito **4** para Curso de Serviço Social da UNICENTRO; conceito **3** pelo Conceito Preliminar de Curso (CPC) e **3** no Índice de Diferença entre os desempenhos esperado e observado (IDD) (UNICENTRO, 2011c).

Ao fim de cinco anos de implementação do PPP de 2009, o Curso contabilizou um total de **160 acadêmicos concluintes**.

4.4.3 O AMADURECIMENTO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNICENTRO – 2015-2022

Em 2015, o novo Projeto Pedagógico foi implementado pelo DESES - fruto de amplas discussões sobre a organização das disciplinas e de seus conteúdos, sobre as atividades de estágio e orientação de TCC, sobre a aplicabilidade das propostas indicadas pelos docentes e pelos discentes do Curso.

Pode-se afirmar que os encaminhamentos realizados fizeram com que o Curso se tornasse mais compreendido e solicitado institucional e socialmente, como foi afirmado em um relato obtido por Hey (2012, p.23)

> [...] a construção e consolidação gradativa de um corpo docente efetivo; a construção e implementação da nova grade curricular que se encontra mais próxima das exigências contemporâneas postas à formação profissional; a visibilidade que o curso vem adquirindo tanto na instituição como na comunidade da região de Guarapuava; o expressivo número de egressos do curso que têm ocupados os espaços profissionais na região de Guarapuava, no Paraná e Estados como São Paulo e Santa Catarina, bem como um número significativo de ex alunos adentrando e concluindo pós-graduação no nível lato sensu e stricto sensu; professores e alunos envolvidos na pesquisa e extensão; a promoção e participação de eventos que envolvem o ensino, a pesquisa e extensão.

Seguindo as orientações das Diretrizes Curriculares, o currículo do Curso avançou em muitos aspectos, acompanhando as demandas atuais à época, as demandas profissionais e as demandas discentes. No Estágio foram reavaliadas as orientações para o estágio obrigatório e para o estágio não obrigatório; as disciplinas de estágio supervisionado I e II foram divididas em duas turmas, reduzindo o número de acadêmicos a serem acompanhados.

Para manter o diálogo com os Supervisores de Campo, o DESES tem promovido, no decorrer de sua história, espaços de avaliação do estágio e também de formação continuada. Para tanto, foram promovidos Fóruns de Estágio, um "[...] mecanismo de articulação [que] tem se constituído como uma das estratégias utilizadas pelas diversas unidades de ensino [...]" (ABEPSS, 2010, p.25).

O DESES, ao longo do tempo, tem firmado parcerias com instituições tanto de Guarapuava, quanto com municípios da Região. Esta informação pode ser identificada a partir do referenciamento do ano letivo de 2020.

Quadro 6 - Campos de Estágio e Número de Assistentes Sociais/supervisores de campo – 2020

N	INSTITUIÇÕES/CAMPOS DE ESTÁGIO	Nº DE SUP. DE CAMPO
MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA		
1	Escritório Regional da SEJUF Guarapuava-Pr	1
2	Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	1

3	Secretaria Executiva dos Conselhos	1
4	Instituto de Ação Social Renascer	1
5	Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI)	1
6	CRAS Volante – Unidade I Guará/Palmeirinha	1
7	CRAS Volante – Unidade II Entre Rios/Jordão	1
8	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS II	2
9	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS III	3
10	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS IV	2
11	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	4
12	Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)	2
13	Consórcio Intermunicipal de Saúde de Guarapuava (CISGAP)	1
14	Albergue Noturno Frederico Ozanam de Guarapuava-Pr	1
15	3° URATE - CAEx/NATE - Ministério Público do Paraná	1
16	Projeto Jovens em Ação (Projeção) de Guarapuava-Pr ABSER - Associação Beneficente das Senhoras de Entre Rios	1
17	Centro Educacional João Paulo II	1
18	Instituto Assistencial Dom Bosco	1
19	Complexo Social – Escritório Social	1
20	Vida por Vidas Associação de Amigos de Pessoas Especiais (AAPE)	1
21	REALCLIN Faculdade Campo Real	1
21	Conselho da Comunidade da Comarca de Guarapuava PR	1
22	5ª Regional de Saúde	1
23	Assistência Estudantil - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	1
24	Associação Casa de Passagem e Apoio à Pessoa com Câncer (ACPAC) de Guarapuava-Pr	1
PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA		
25	Projeto Órtese e Prótese (FAU)	1
26	Projeto de Extensão Núcleo Maria da Penha (NUMAPE)	1
27	“Trabalho Social com famílias de catadores de materiais recicláveis de Guarapuava-PR”	1
28	Projeto de Extensão Núcleo de Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude (NEDDIJ)	1
29	Projeto Frente de Prevenção à Violência Doméstica Contra Mulheres	1
30	Projeto “Esperançar”, junto aos catadores de materiais recicláveis de	1

	Guarapuava-PR.	
MUNICÍPIO DE INÁCIO MARTINS		
31	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	**1**
32	Gestão Suas	**1**
MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS		
33	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS AD – Prudentópolis-PR	1
34	Secretaria Executiva dos Conselhos	1
35	Centro de Atenção Psicossocial Transtorno Mental – CAPS TM – Prudentópolis-PR	1
36	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS	2
37	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS	**2**
38	Centro de Referência de Assistência Social – CRAS volante	**1**
MUNICÍPIO DE IRATI		
39	Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	1
40	Casa dos Conselhos	1
MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL		
41	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	1
42	Conselho da Comunidade da Comarca de Laranjeiras do Sul	1
MUNICÍPIO DE VIRMONDT		
43	NASF	1

Sobre o TCC, a produção da monografia foi desvinculada da disciplina de Seminário de TCC, tornando sua orientação um dos componentes curriculares. Para acompanhar a atividade, o DESES indicou dois coordenadores: entre os anos de 2018 e 2019 a coordenação foi da profª Cleonice de Fátima Raimondo e no ano de 2020 foi assumida pelo profº Denis Cezar Musial - nessa função, os professores tinham a responsabilidade de ministrar a disciplina de Seminário e, também, atender as demandas departamentais e acadêmicas sobre a apresentação do trabalho. Já nos anos de 2020 e 2021, esta coordenação foi assumida pela professora Nayara Cristina Bueno.

Em 2016, um novo processo avaliativo foi realizado. Na avaliação institucional (PAI) os docentes do DESES preencheram dois formulários: o primeiro de “Avaliação do Desempenho Discente”, que obteve a média de 64,2%, com conceito[11] Satisfatório para

[11] A Correlação entre percentuais x conceitos define como Totalmente Satisfatório os percentuais entre 90 e 100 e conceito 4.44 a 5.0; Satisfatório para Totalmente Satisfatório o percentual entre 80 e 89 e conceito

Totalmente Satisfatório; e o segundo de “Avaliação do Desempenho da Oferta de Curso”, com média de 93,33% e conceito Totalmente Satisfatório (UNICENTRO, 2017b).

Os discentes também responderam dois formulários: a “Avaliação do Desempenho Docente”, com média de 97,51% e conceito Totalmente Satisfatório; e a “Avaliação do Desempenho da Oferta do Curso”, tendo a média de 66,52% e conceito Satisfatório (UNICENTRO, 2017b).

Os acadêmicos participaram, ainda, do ENADE – 26 estudantes concluintes. Primeiramente, preencheram o Questionário do Estudante, que permitiu pontuar o perfil do alunado demonstrando que, naquele momento, 50% dos deles se autodeclararam brancos; 34,6% pardos e 7,7% negros. Dos participantes, 92,3% afirmaram ter estudado apenas em escolas públicas e 3,8% indicaram estudar a maior parte de sua formação em escola pública (UNICENTRO, 2017c).

Relataram, em 69,2%, que não ingressaram na universidade pública por meio de políticas de ação afirmativas ou de inclusão social; mas, também indicaram em 3,8% dos casos que ingressaram por critério étnico racial e, 19,2% por critério de formação no ensino público.

Em se tratando da renda, 26,9% recebiam até 1,5 salário mínimo; 59,4% de 1,5 a 3 salários mínimos; 7,7% recebiam de 3 a 4,5 salários mínimos ou de 4,5 até 6 salários mínimos, respectivamente; e 3,8% de 6 até 10 salários mínimos (UNICENTRO, 2017c).

Sobre a organização financeira, 26,9% dos acadêmicos relataram não terem renda e que seus gastos eram financiados pela minha família ou por outras pessoas ou, ainda, terem renda e receberem ajuda da família ou de outras pessoas; 19,2% disseram que possuíam renda e que contribuíam com o sustento da família ou, ainda que eram os principais responsáveis pelo sustento das famílias, e 3,8% afirmaram ter renda e não precisavam de ajuda financeira, contraditoriamente, o mesmo percentual indicou a resposta de acadêmicos que não tinham renda e que seus gastos eram financiados por programas governamentais (UNICENTRO, 2017c).

A segunda etapa do ENADE foi a prova, que permitiu obter no componente de formação geral dos discentes o conceito foi **4** ao curso[12]; **4** também foi o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice de Diferença entre os desempenhos esperado e observado (IDD) (UNICENTRO, 2017b).

As características do alunado do Curso de Serviço Social, nos últimos seis anos,

entre 3.87 e 4.43 e, Satisfatório o percentual entre 70 e 79 e percentual entre 3.30 e 3.86.

[12] Quando maior for a média de notas, maior será o conceito.

contabilizou **109 acadêmicos** concluintes; e o número de matriculados foi de:

2019 – 147 alunos (6,62% do alunado do campus Santa Cruz);
2018 – 146 alunos (7% do alunado do campus Santa Cruz);
2017 – 131 alunos (6,26% do alunado do campus Santa Cruz);
2016 – 132 alunos (6,35% do alunado do campus Santa Cruz);
2015 – alunos (% do alunado do campus Santa Cruz) ((UNICENTRO, 2019b).

Desse total, **268** acadêmicos realizaram o Estágio Obrigatório I e II; **101** finalizaram Monografia; **6** participaram de Projetos de Pesquisa, **9** discentes compuseram Projetos de Extensão; **3** foram os participantes de Projetos vinculados ao Ciências sem Fronteiras; **1** participou em PIBIC Ações Afirmativas; **14** foram os participantes em PROIC (voluntárias); **6** participaram em Bolsas de IC; **4** acadêmicos participaram em Programas de Tutoria.

Além das informações que demonstram as atividades docentes, é importante citar que **5** foram as Assistentes Sociais que realizaram o Estágio Pedagógico Voluntário, entre elas:

- 2017 - Tânia Pacheco Paz, na Disciplina Serviço Social e Questão Social;
- 2018 - Valeria Aparecida Monteiro de Oliveira, na Disciplina Oficina em Processos metodológicos do Serviço Social;
- 2019 - Emilie Della Guistini Faedo, na Disciplina Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I;
- 2020 – Mônica Lima, na Disciplina Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III;
- 2021 – Dienifer Aparecida Lopes, na Disciplina Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III.

O DESES também re-ofertou o Curso de Especialização em Família e Práticas Profissionais, instituindo um novo grupo de alunado. O número de participantes no ano de 2018 foi de 28 matriculados e de 22 concluintes; já no ano de 2016 foi de 43 matriculados e de 29 concluintes; os professores do Departamento representaram mais de 80% dos docentes da pós-graduação.

Acompanhou, também, 4 residentes técnicos na primeira edição do Programa de Residência Técnica em Gestão Pública, com ênfase em Sistema Único Da Assistência Social e, outros 4 residentes técnicos na segunda edição do Curso de Especialização “Gestão Pública” na modalidade à distância, com ênfase em: Sistema único da Assistência Social (Residência Técnica); Direitos Humanos e Cidadania e Planejamento e Avaliação de Políticas Sociais.

Além dessa atividade, os docentes participaram de comissões internas, como, por exemplo, a Comissão Universidade para os Índios (CUIA) (2015) e a Comissão Permanente de Estudos e Implementação de Política de Assistência Estudantil da UNICENTRO (2017).

E a Professora Angela participa ainda das seguintes comissões:

- Comitê Assessor de Iniciação Científica (CAIC) - PORTARIA Nº 124-GR/UNICENTRO, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022, com vigência entre 3 de março de 2022 a 2 de março de 2024;
- Comissão Científica Permanente da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, CCP/PROEC - PORTARIA Nº002 -PROEC/UNICENTRO, DE 01 DE ABRIL DE 2022, com vigência entre 1º de abril de 2022 a 31 de dezembro de 2023;
- Comissão Institucional de Acompanhamento e Avaliação do Programa Mulheres Paranaenses na Unicentro - PORTARIA Nº003 -PROEC/UNICENTRO, DE 13 DE MAIO DE 2022, com vigência entre 05 de maio de 2022 a 18 de outubro de 2026.

Ainda, participaram de projetos de extensão, entre eles o Programa Nacional de Capacitação do Sistema Único de Assistência Social, CAPACITASUAS (2015) coordenado pela Professora Maria Fátima e Cristiane; o Projeto de Extensão Segurança Alimentar e agroecologia em Turvo-PR: formação, organização, produção e comercialização (2018) tendo a participação como extensionista a Professora Rosângela; o Núcleo Maria da Penha (NUMAPE) sendo coordenadora pela Professora Angela e depois pela Professora Rosângela, o Núcleo de Estudos e Defesa dos Direitos da Infância e Juventude (NEDDIJ) (2019) coordenado pela Professora Andressa, o Projeto de Extensão Trabalho Social com famílias de catadores de materiais recicláveis de Guarapuava-PR (2020) em sua primeira versão coordenado pela Professora Nayara e a segunda versão pela Professora Angela e o “Esperançar” junto aos catadores de materiais recicláveis de Guarapuava – PR coordenado pela professora Angela.

Angela também participa como extensionista dos Projetos de Extensão “Semear e (re) socializar: trabalho e educação na horta agroecológica da Penitenciária Estadual de Guarapuava – PR” e “Incubadora Social da Unicentro).

A partir da segunda versão do Projeto Trabalho Social (2021), iniciou-se uma articulação para a criação de Incubadora Social da Unicentro. O projeto tramitou e foi aprovado em 2021 e em 2022, a Professora Angela do DESES foi designada como assessora da Incubadora Social (PORTARIA Nº 308-GR/UNICENTRO, DE 5 DE MAIO DE 2022).

Ainda no início de 2022, o Departamento aprovou junto ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF) o Projeto Frente de Prevenção à Violência Contra Mulheres, com a

participação das professoras Nayara e Rosângela.

No mais, o DESES seguiu promovendo eventos direcionados aos seus acadêmicos e aos Assistentes Sociais, permitindo a participação de acadêmicos e profissionais de outras áreas, haja vista que os temas debatidos eram amplos, como pode ser observado na XV Jornada de Estudos em Serviço Social: Serviço Social e Resistência: na luta pela defesa dos direitos da classe (2018) e, na Palestra “Envelhecimento e Práticas Gerontológicas em Serviço Social” (2017).

Os docentes também propuseram e/ou participaram de projetos de pesquisa, tais como: o credenciamento de Projeto Continuado (2016) e o PqI O poder entre o público e o privado e as Políticas Sociais em Guarapuava-PR (2017). O DESES mantêm desde 2018 dois grupos de pesquisa certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sendo: “Estado, Sociedade Civil, Políticas Sociais e Exercício Profissional” e “Grupo de Estudos e Pesquisas: Feminismos e Violências de gênero”.

Os encaminhamentos dados ao Curso também refletem a participação dos docentes na academia e suas relações com os discentes. Essa afirmativa está presente nas informações apresentadas na sequência.

Em cinco anos, os docentes do DESES publicaram 38 artigos em revistas, desse total, considerando as produções individuais, ele foi assim estabelecido: Profª Angela com 9 artigos; Profª Adriele com 5 artigos; Profª Andressa com 1 artigo; Profª Dan com 4 artigos; Profª Denis com 9 artigos; Profª Nayara 3 artigos, Profª Solange com 5 artigos e professora Rosângela com 2 artigos.

Publicaram, ainda, 109 artigos em Anais de Eventos Científicos, sendo que a Profª Adriele publicou 17 artigos; a Profª Angela 18 artigos, Profª Cristiane 13 artigos; a Profª Andressa, publicou 23 artigos; o Profº Dan 5; o Profº Denis 14; Profª Nayara 9, a Profª Solange 4 artigos e a professora Rosângela 6.

Das publicações citadas, 68 delas contaram com a participação de discentes e são frutos da participação em Projetos de Pesquisas e de Extensões, de resultados de atividades vinculadas às disciplinas, e outras situações.

Os professores publicaram 26 Capítulos de Livros: Profª Adriele com 2; Profª Angela 3; Profª Andressa 3; Profª Cristiane 1; Profº Dan 1; Profº Denis 12; Profª Maria Fátima 2; Profª Nayara 1 e professora Rosângela 1.

Foram publicados, ainda, 10 livros, sendo que a Profª Andressa publicou 1 livro; pelas Profª Adriele e Angela, foram publicados 2 livros, cada uma e Profº Denis publicou 5 livros.

Desde 2015 a implementação do PPC vem sendo acompanhada, monitorada e avaliação

pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) criado pelo departamento - **PORTARIA Nº 017-SESA/G/UNICENTRO, DE 23 DE ABRIL DE 2015.** Seus primeiros membros foram as professoras Adriele Andreia Inácio, Andressa Kolody, Angela Maria Moura Da Costa Prates, Cristiane Sonego, e Maria Fátima Balestrin.

Depois em 2017 nova reconfiguração foi feita - **PORTARIA Nº 004-SESA/G/UNICENTRO, DE 06 DE MARÇO DE 2017,** cujos membros passaram a ser as professoras Andressa Kolody, Angela Maria Moura Costa Prates, Cristiane Sonego, Maria Fátima Balestrin e Solange Cristina Rodrigues Fiuza.

Em 2019 o núcleo obteve outra mudança - **PORTARIA Nº 008-SESA/G/UNICENTRO, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019,** e as professoras que assumiram as funções foram Andressa Kolody, Angela Maria Moura Costa Prates, Cristiane Sonego, Rosângela Bujokas de Siqueira e Solange Cristina Rodrigues Fiuza.

Em 2020 nova mudanças foi necessária no núcleo - **PORTARIA Nº 004-SESA/G/UNICENTRO, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2020** e as professoras que assumiram as funções foram Rosângela Bujokas de Siqueira, Andressa Kolody, Angela Maria Moura Costa Prates, Cristiane Sonego E Nayara Cristina Bueno.

Por último, em 2021 o núcleo obteve nova alteração de funções - **PORTARIA Nº 004-SESA/G/UNICENTRO, DE 02 DE MARÇO DE 2021,** cujas professoras foram as seguintes Andressa Kolody, Angela Maria Moura Costa Prates, Cristiane Sonego, Nayara Cristina Bueno e Rosângela Bujokas de Siqueira.

Em 2021 o Curso de Serviço Social completou 20 anos, demonstrando alcançar importantes avanços no quadro docente, na qualificação profissional, na renovação dos conteúdos teórico-metodológicos e outros já citados. Mas, não se pode ignorar os desafios encontrados no decorrer da história do Curso que, em muitos casos, se tornaram oportunidades de reflexões, evitando sua estagnação. As revisões do Projeto Pedagógico demonstram a intencionalidade de aprimorar o Curso e construir uma formação que contemple as prováveis realidades em que intervirão os Assistentes Sociais.

4.5. PERFIL DESEJADO DO PROFISSIONAL

De acordo com o MEC, seguindo as orientações da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, o perfil do bacharel em Serviço Social corresponde a um profissional que atua nas expressões da “questão social”, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Um profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Um profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (de 1993) e com o projeto societário defendido pela profissão e, ainda, com os direitos constitucionais da lei brasileira.

Neste sentido, o perfil do bacharel em Serviço Social condiz com um profissional com capacidade de mobilizar recursos para decifrar a realidade e construir alternativas de atuação em diferentes contextos sociais. Com habilidades de liderança para o trabalho em equipe e para movimentar conhecimentos teóricos-metodológicos, éticos-políticos e técnicos-operativos (LEWGOY, 2010). Portanto, a formação profissional no Serviço Social deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico operativas, com vistas as seguintes competências e habilidades:

- Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
- Análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país;
- Compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Identificação das demandas na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as articulações entre público e privado.

4.6. CAMPOS DE ATUAÇÃO

O bacharel em Serviço Social atua em diferentes órgãos da administração pública, empresas privadas e organizações da sociedade civil. Formula e executa políticas sociais, programas, projetos e benefícios na assistência social, saúde, previdência social, educação, habitação, meio ambiente, entre outras. No sistema de justiça e secretarias de segurança pública, trabalha em tribunais de justiça, promotorias, defensoria pública, serviços de assistência jurídica e penitenciárias.

Atua também em instâncias de participação social, como na assessoria a conselhos gestores de políticas públicas, movimentos sociais, associações e cooperativas. Em entidades e organizações não governamentais (OSCIPs), institutos e fundações. Além da prestação de serviços, amplia-se o campo de atuação para a pesquisa, docência, consultoria, planejamento e assessoria, capacitação, treinamento e gerenciamento de

recursos e projetos sociais.

4.7. FORMAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Conforme prevê a Resolução nº 101-COU/UNICENTRO, de 10 de dezembro de 2010, que aprova o Regimento Geral da Universidade Estadual do Centro-Oeste, a avaliação do rendimento escolar do acadêmico no curso de Serviço Social compreende: apuração da frequência às aulas e verificação da aprendizagem.

Em sendo um curso presencial, o percentual de frequência mínima é de 75% da carga horária total da disciplina. O controle de frequência às aulas é realizado continuamente pelo/a professor/a no respectivo Livro de Classe e cadastrado no sistema de controle acadêmico, no prazo definido pelo Calendário Universitário.

A verificação da aprendizagem é realizada por disciplina, de acordo com os critérios de avaliação definidos no plano de ensino e aprovado pelo Conselho Departamental. Como produto das atividades individuais e em grupo, provas objetivas e/ou discursivas, seminários, estudos de casos, produção de resumos expandidos e artigos, elaboração e desenvolvimento de projetos e relatórios, bem como através da produção de trabalho monográfico, entre outros.

A verificação da aprendizagem requer a atribuição de notas de zero (0,0) a dez (10,0) em cada disciplina, sendo permitida a fração decimal. O resultado da avaliação da aprendizagem será calculado através das notas de duas verificações semestrais. O/A professor/a deve prever oportunidade de recuperação de rendimento para os/as alunos/as que não atingirem a nota mínima, sendo detalhado no Plano de Ensino da respectiva disciplina e aprovado pelo Conselho Departamental.

É aprovado na disciplina o/a aluno/a que obtiver média igual ou superior a sete vírgula zero (7,0) e frequência mínima de 75% da carga horária da disciplina, no período letivo correspondente.

Quanto à recuperação, apresentam exceção as disciplinas de Seminários de Ação Curricular Extensionista em Serviço Social I e II; Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social I e II; e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC).

A avaliação das disciplinas de Ação Curricular Extensionista em Serviço Social acontece por meio do cumprimento da carga horária e das atividades propostas junto à comunidade, sendo especificada em regulamento próprio.

A avaliação do processo de Estágio Curricular Supervisionado em Serviço Social I e II acontece por meio da integração entre estudante, supervisor/a de campo e supervisor/a pedagógico/a e é disciplinada em regulamento próprio.

Já a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso se dá por meio da atribuição de uma única nota, numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), pela Banca Examinadora, na forma dos critérios definidos em regulamento específico. Desta forma, a aprovação exige a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) nas orientações individuais e nota mínima 7,0 (sete inteiros), numa escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez inteiros) na monografia.

4.8. MECANISMOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO E INSTITUCIONAL

O acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social, em âmbito institucional, acontece de forma contínua, dialogada, sistemática e permanente, por meio da participação da comunidade acadêmica em todas as instâncias e níveis de decisão.

No Conselho Departamental têm assento todos/as os/as docentes e o/a representante discente. No Núcleo Docente Estruturante (NDE), estrutura de gestão acadêmica do Curso de Serviço Social, órgão consultivo e deliberativo, corresponsável pela criação, implementação, acompanhamento do respectivo Projeto, tem assento os/as professores/as que trabalham no regime integral, com experiência docente na instituição e titulação em nível de pós-graduação *stricto sensu*.

Anualmente, no início de cada ano letivo, é destinada uma semana para planejamento e avaliação das atividades pedagógicas do Curso. Além disso, nesses espaços, a qualquer tempo, por iniciativa dos/das docentes ou estudantes, é possível incluir nas pautas das reuniões questões relacionadas ao processo de avaliação.

Institucionalmente, a avaliação do Curso de Serviço Social também acontece no contexto do Programa Permanente de Avaliação Institucional, regulamentado pela Resolução nº 198-GR/UNICENTRO, de 2 de setembro de 2014 e vinculado a Diretoria de Avaliação Institucional da UNICENTRO, DIRAI, subordinada à Pró-Reitoria de Planejamento, PROPLAN. Esta avaliação permite à Coordenação do Curso, e em especial ao NDE, atuar para o fortalecimento dos aspectos pedagógicos considerados vulneráveis, visto que os resultados das avaliações produzidas pela Comissão Própria de Avaliação Institucional da UNICENTRO, CPA/UNICENTRO, são apresentadas ao NDE e posteriormente aos docentes e discentes.

No que se refere a avaliação externa, o permanente diálogo/intercâmbio com instituições campos de trabalho de assistentes sociais, com organizações de representação da sociedade civil e realização de fórum de supervisores envolvidos no estágio contribui para

identificar demandas, subsidiar teoricamente a construção de estratégias interventivas e ampliação do mercado de trabalho. Bem como busca-se articulação com organizações da categoria profissional, de formação e instituições de ensino, visando construir pautas e fortalecer ações conjuntas de formação e afirmação social do projeto profissional do Serviço Social.

Outro aspecto relevante a ser considerado no processo avaliativo externo do Curso são os resultados qualitativos apresentados nos Exames Nacionais de Desempenho Estudantil (ENADE), realizados periodicamente sob a coordenação do MEC. Elementos estes que constituirão pauta de análise do NDE e do CONDEP.

4.9. ESTRATÉGIAS PARA ARTICULAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO

O Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo na sociedade capitalista e é determinado pela divisão sociotécnica do trabalho. A sociedade do capital interpela o/a Assistente Social para atender às suas demandas e interesses e também coordena o processo de trabalho do profissional por meio da instituição. Nesse sentido, não é o/a Assistente Social que organiza o seu processo de trabalho, como também não tem o total controle e decisão sobre os recursos físicos, financeiros e humanos para o desenvolvimento de seu processo de trabalho (IAMAMOTO, 1998).

Entretanto, o profissional pode, por meio da mediação, alcançar patamares de autonomia profissional, tanto no que concerne ao não atendimento de todas as necessidades do capital (priorizando as necessidades dos trabalhadores), quanto no diz respeito à conquista e organização de seu espaço de trabalho profissional. O/A assistente social não aceita todos os ditames do capital sem questionar, sem resistir e sem promover alguma mudança, ao contrário, busca incessantemente o alcance dos direitos e a emancipação política (VASCONCELOS, 2015).

Segundo Iamamoto (1998), nesse processo de trabalho, o/a assistente social possui: 1) matéria-prima, 2) meios/instrumentos e a 3) força de trabalho. O primeiro item trata das expressões da “questão social” materializadas nos espaços sociocupacionais onde atua. O segundo diz respeito aos recursos físicos, financeiros e técnicos para o desenvolvimento do exercício profissional. E, por fim, o terceiro remete ao trabalho vivo do/da profissional, que dispensa todas as suas energias físicas e psíquicas para desenvolver o seu processo de trabalho.

O profissional problematiza as expressões da “questão social” de acordo com as especificidades de cada campo de atuação, numa relação concreta sujeito (assistente

social) e objeto (situações sociais) (LOPES, 1979). A partir disso, propõe ações que possam produzir transformações sociais na vida dos trabalhadores/as, que vivem as facetas da relação Capital e Trabalho, especificadas na “questão social” e suas diversas expressões. Mesmo tendo a função de atuar em prol dos trabalhadores/as, o/a assistente social é também um(a) trabalhador(a) assalariado(a) que vive as contradições que o universo do mundo do trabalho impõe à classe trabalhadora. No entanto, tem o papel de buscar a justiça e a igualdade social através de suas mediações nos espaços institucionais, onde cumpre “[...] funções determinadas na divisão social do trabalho na sociedade” (BAPTISTA, 2009, p. 19).

O *locus* do exercício profissional são as instituições, lugar do complexo e do contraditório, espaço onde as demandas dos trabalhadores se revelam. Do/da profissional é exigido uma resposta imediata aos problemas nem sempre imediatos (COELHO, 2013), mas complexos e relativos ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, “[...] suas ações se fazem em realidades sociais concretas, em condições previamente dadas, em uma sociedade de mercado, em que os conhecimentos e as práticas assumem dimensões próprias” (BAPTISTA, 2009, p. 18).

É no cotidiano, no chão da vida que as expressões da “questão social” se apresentam e requerem respostas dos/das assistentes sociais “[...] muito concretas, socioeconômicas e políticas de uma sociedade extremamente diversificada, colocando-se diante de problemas muito específicos” (BAPTISTA, 1998, p. 115). As instituições, como espaços do exercício profissional, mantêm o domínio tanto dos recursos quanto da estrutura institucional, e são também o chão onde se movimentam as correlações de forças (FALEIROS, 2010). Todavia, é dentro desse espaço que o/a profissional elabora o seu interventir, pois nele “[...] não tem apenas que analisar o que acontece, mas tem que estabelecer uma crítica, tomar uma posição e decidir por um determinado tipo de intervenção” (BAPTISTA, 1998, p. 115).

É no descortinamento da realidade, através do processo de aproximações sucessivas do real (MUNHOZ, 2006), que o/a assistente social vai construindo as suas especificidades interventivas, de acordo com as necessidades dos trabalhadores em cada espaço institucional e também de acordo com o conhecimento teórico, ético e político que adquire desde a formação inicial e durante seu processo de formação permanente.

No cotidiano do exercício profissional estão as diversas políticas públicas, onde o/a profissional atua na perspectiva da garantia de direitos. A defesa dos direitos sociais, tendo em vista a ampliação da cidadania, é um dos princípios fundamentais do Código de Ética do/da Assistente Social (CFESS, 1993).

Este/a profissional participa do processo de planejamento, execução, monitoramento e avaliação de políticas nos espaços sócio ocupacionais. Entretanto, a garantia de direitos aos usuários não depende apenas de sua vontade, de sua técnica e estratégias, mas, acima de tudo, de um conjunto de premissas que, no modelo neoliberal atual, trabalham pelo desmonte dos direitos que foram historicamente conquistados.

São dois movimentos entrelaçados que desafiam o exercício profissional: por um lado, o exercício profissional busca a efetivação das políticas sociais que vêm de um longo processo de lutas; e, por outro, o modelo neoliberal traz uma avalanche de reformas que põem em risco tudo o que fora conquistado pelos trabalhadores em meio aos conflitos e contradições. Não só colocam em risco, mas desmontam, fazendo com que os trabalhadores tenham perdas irreparáveis com relação aos seus direitos.

Assim, é importante considerar o papel fundamental das políticas sociais no que se refere à garantia de direitos de cidadania dos/das trabalhadores/as, mesmo consciente de que nenhuma delas possui ações capazes de interferir na ordem social vigente. Também é fundamental compreender que o exercício profissional do/da assistente social pode ser "[...] a possibilidade de construção de direitos e iniciativas de 'contradesmanche' de uma ordem injusta e desigual" (YAZBEK, 2009, p. 126).

Nesse ínterim, o Serviço Social aprende a lidar com as contradições na construção da hegemonia profissional, quanto ao processo de consolidação das políticas públicas na perspectiva de direito social, num processo de aproximações sucessivas que descortina a realidade social e política em seu cotidiano. "Nos últimos vinte anos da trajetória do Serviço Social no Brasil, o seu compromisso voltado para o horizonte da construção de uma nova ordem societária foi fecundo, nos limites de um possível histórico" (BATTINI, 2009, p. 134). Como se percebe, o universo do mundo do trabalho para o/a assistente social é pleno de contradições e desafios. Mas, é para inseri-lo nesse universo que o Curso prepara os seus estudantes, para o enfrentamento dessa realidade no cotidiano profissional.

São estratégias para a articulação do Curso de Serviço Social com o mundo do trabalho:

a) Participação na Feira das Profissões que a Universidade promove. Para esse evento, os cursos são convidados a participarem e mostrarem sua proposta formativa, assim como, os possíveis espaços sócio ocupacionais. Esse evento contribui para a escolha dos futuros acadêmicos sobre a área que almeja atuar. Portanto, mostra tanto o universo acadêmico como o profissional, numa articulação que almeja identificar o sujeito que deseja cursar um curso superior com vocação para a área.

b) A formação através de disciplinas, tanto teóricas quanto práticas, no que se refere ao trabalho. Nessas disciplinas o profissional é formado para compreender o universo do mundo do trabalho, desde o trabalho enquanto categoria fundante do ser social (ENGELS, 1876); (LUKÁCS, 2012 e 2013), assim como o trabalho no sistema capitalista e tudo o que isso acarreta em termos de categorias teórico-práticas (MARX, 1983 e 1984); (ANTUNES, 2002 e 2018); (NETTO e BRAZ, 2007). E também compreende o trabalho enquanto uma categoria que ultrapassa a sistema capitalista e constitui-se como proposta para a construção de uma nova sociabilidade, na perspectiva do trabalho associado (TONET, 2005 e 2010); (SILVA, 2013); (VASCONCELOS, 2015). Entretanto, enquanto está em vigência o sistema capitalista e o assistente social desenvolve seu exercício profissional nas instituições, enquanto campos primordiais de atuação profissional (FALEIROS, 2010 e 2011), o curso prepara os profissionais para sua inserção enquanto trabalhador no sistema capitalista. Assim, a discussão de trabalho perpassa diversas disciplinas, seja de forma categorial ou prática, articulando o enfoque específico para o fazer profissional dentro da teoria sobre o trabalho.

c) Participação na Feira das Profissões que a Universidade promove. Para esse evento, os cursos são convidados a participarem e mostrarem sua proposta formativa, assim como, os possíveis espaços sócio ocupacionais. Esse evento contribui para a escolha dos futuros acadêmicos sobre a área que almeja atuar. Portanto, mostra tanto o universo acadêmico como o profissional, numa articulação que almeja identificar o sujeito que deseja cursar um curso superior com vocação para a área.

d) Articulação do Curso com o universo do mundo do trabalho por meio dos estágios. Diversos são os campos de atuação, sendo de cunho público ou privado, e para preparar os futuros profissionais, as coordenações de estágio do Curso de Serviço Social mantêm uma dinâmica de contato e acompanhamento dos diversos campos de estágio para inserção dos estudantes. No processo do estágio, acompanha-se com a

supervisão direta de estágio (pedagógica e de campo), num diálogo permanente, a fim de propiciar ao estudante a melhor interação e conhecimento possível daquele espaço sócio ocupacional. Portanto, a realização do estágio em campos diversos de atuação possibilita a formação do profissional para a sua inserção futura no mercado de trabalho.

e) A Mostra de Estágio. Como uma atividade de estágio é realizada anualmente a Mostra de Estágio, que é uma atividade desenvolvida pelos estudantes da terceira e quarta séries sob supervisão e acompanhamento dos/das supervisores/as de estágio (pedagógico e de campo). Dessa atividade participam todos os/as professores/as, os/as estudantes (de todas as séries) e os/as assistentes sociais, tanto supervisores/as de campo de estágio, quanto interessados. Esta é uma atividade que possibilita ao futuro profissional em primeiro lugar estudar a fundo o campo de estágio, ou seja, o exercício profissional daquele campo onde está estagiando; e em segundo lugar, conhecer a diversidade de espaços de atuação profissional onde, como futuro profissional de Serviço Social, poderá atuar. Portanto, a Mostra de Estágio é uma forma de aproximação do/a futuro/a assistente social de seu possível espaço de atuação profissional. E ainda, possibilita maior aproximação entre a universidade e a comunidade, numa articulação simbiótica onde se dá a formação do/da profissional de Serviço Social.

f) Fórum de Estágio: encontro ampliado que mobiliza todos os sujeitos envolvidos no estágio. Ocorre duas vezes durante o ano letivo, ao final de cada semestre, articulando as/os profissionais da área, estudantes/estagiários/as e docentes de estágio. São discutidos temas pertinentes ao processo de trabalho, como a conjuntura, as políticas sociais, conhecimentos e habilidades requeridos as/os assistentes sociais e desafios da formação e do trabalho. É um momento que contribui para a atualização da formação, em consonância com o cotidiano do trabalho profissional.

g) A inserção dos estudantes e de recém-formados nos projetos de extensão universitária. Além dos estágios, o Curso também oferta a possibilidade de conhecer o exercício profissional através da inserção de estudantes e de profissionais em projetos de extensão. São dois formatos que ocorrem nos projetos de extensão: 1) quando ainda estudantes; 2) depois de formados. Quando estudantes participam dos projetos de extensão, tanto como estagiários, quanto extensionistas. E quanto recém-formados, atuam enquanto profissionais nos projetos. Os projetos de extensão da universidade pública, obrigatoriamente, articulam o tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, sua primeira função é capacitar profissionais e estudantes para o exercício profissional competente dentro das prerrogativas legais de cada área. E a segunda função é prestar um serviço de qualidade para o público alvo de cada projeto. A capacitação profissional é garantida nos projetos de extensão a partir do tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. No que diz respeito ao ensino: são desenvolvidas formações sobre temas afetos à área de atuação e demais conteúdos trazidos a partir de nossa prática, objetivando capacitar e avaliar constantemente nosso exercício profissional. Tem ainda a orientação pedagógica de cada área, que auxilia as profissionais a realizarem o seu exercício profissional com competência teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa. Nessas orientações compartilham-se desafios, constrói-se novas estratégias, ocorrem trocas e conhecimento que potencializam ainda mais as intervenções. E também cada profissional é responsável pela supervisão de seu estagiário, onde realiza-se o planejamento do estágio, com reuniões, estudo, orientações, que possibilitem o contato com as ações. E ainda, todos os membros da equipe são incentivados a participar de eventos formativos, realizar cursos, participar de palestras, entre outros, com temáticas afetas ao objeto de intervenção e estudos. *No que diz respeito à pesquisa:* tem projeto que criou e mantém grupo de estudos certificado pelo CNPQ e outros que mantém os estudos de forma sistemática (sem necessariamente ter um grupo de estudos oficial). De qualquer modo, os participantes dos projetos de extensão mantêm atualizada a produção científica. Faz parte das atividades semanais a produção de resumos, artigos e capítulos de livros. Essa produção é organizada em livros, artigos submetidos a revistas científicas e resumos apresentados em eventos científicos. Dessas experiências diversas são as produções publicadas que contribuem com a comunidade científica no tocante às temáticas dos projetos. *No que diz respeito à extensão:* o exercício profissional é orientado, acompanhado e formado pelas orientadoras. Existe uma preocupação comum em preparar essa profissional para atuar de forma competente, sendo munida das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnica-operativas. Todo o processo

de trabalho é organizado, planejado, monitorado e avaliado periodicamente. Todo o trabalho realizado é registrado em documentos tanto sigilosos quanto públicos.

h) Jornadas de Serviço Social. O Departamento realiza anualmente sua jornada de estudos, onde mobiliza diferentes pesquisadoras/es, profissionais e militantes que atuam na área dos direitos humanos e das políticas sociais. Com isso, aproxima as/os discentes das discussões e demandas atuais do mundo do trabalho, além de proporcionar o conhecimento de experiências, campos e instrumentais do trabalho profissional.

i) Articulação do Curso com o universo do mundo do trabalho por meio dos estágios. Diversos são os campos de atuação, sendo de cunho público ou privado, e para preparar os futuros profissionais, as coordenações de estágio do Curso de Serviço Social mantêm uma dinâmica de contato e acompanhamento dos diversos campos de estágio para inserção dos estudantes. No processo do estágio, acompanha-se com a supervisão direta de estágio (pedagógica e de campo), num diálogo permanente, a fim de propiciar ao estudante a melhor interação e conhecimento possível daquele espaço sócio ocupacional. Portanto, a realização do estágio em campos diversos de atuação possibilita a formação do profissional para a sua inserção futura no mercado de trabalho.

j) A Mostra de Estágio. Como uma atividade de estágio é realizada anualmente a Mostra de Estágio, que é uma atividade desenvolvida pelos estudantes da terceira e quarta séries sob supervisão e acompanhamento dos/das supervisores/as de estágio (pedagógico e de campo). Dessa atividade participam todos os/as professores/as, os/as estudantes (de todas as séries) e os/as assistentes sociais, tanto supervisores/as de campo de estágio, quanto interessados. Esta é uma atividade que possibilita ao futuro profissional em primeiro lugar estudar a fundo o campo de estágio, ou seja, o exercício profissional daquele campo onde está estagiando; e em segundo lugar, conhecer a diversidade de espaços de atuação profissional onde, como futuro profissional de Serviço Social, poderá atuar. Portanto, a Mostra de Estágio é uma forma de aproximação do/a futuro/a assistente social de seu possível espaço de atuação profissional. E ainda, possibilita maior aproximação entre a universidade e a comunidade, numa articulação simbiótica onde se dá a formação do/da profissional de Serviço Social.

k) Fórum de Estágio: encontro ampliado que mobiliza todos os sujeitos envolvidos no estágio. Ocorre duas vezes durante o ano letivo, ao final de cada semestre, articulando

as/os profissionais da área, estudantes/estagiários/as e docentes de estágio. São discutidos temas pertinentes ao processo de trabalho, como a conjuntura, as políticas sociais, conhecimentos e habilidades requeridos as/os assistentes sociais e desafios da formação e do trabalho. É um momento que contribui para a atualização da formação, em consonância com o cotidiano do trabalho profissional.

l) A inserção dos estudantes e de recém-formados nos projetos de extensão universitária. Além dos estágios, o Curso também oferta a possibilidade de conhecer o exercício profissional através da inserção de estudantes e de profissionais em projetos de extensão. São dois formatos que ocorrem nos projetos de extensão: 1) quando ainda estudantes; 2) depois de formados. Quando estudantes participam dos projetos de extensão, tanto como estagiários, quanto extensionistas. E quanto recém-formados, atuam enquanto profissionais nos projetos. Os projetos de extensão da universidade pública, obrigatoriamente, articulam o tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, sua primeira função é capacitar profissionais e estudantes para o exercício profissional competente dentro das prerrogativas legais de cada área. E a segunda função é prestar um serviço de qualidade para o público alvo de cada projeto. A capacitação profissional é garantida nos projetos de extensão a partir do tripé da universidade: ensino, pesquisa e extensão. *No que diz respeito ao ensino:* são desenvolvidas formações sobre temas afetos à área de atuação e demais conteúdos trazidos a partir de nossa prática, objetivando capacitar e avaliar constantemente nosso exercício profissional. Tem ainda a orientação pedagógica de cada área, que auxilia as profissionais a realizarem o seu exercício profissional com competência teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa. Nessas orientações compartilham-se desafios, constrói-se novas estratégias, ocorrem trocas e conhecimento que potencializam ainda mais as intervenções. E também cada profissional é responsável pela supervisão de seu estagiário, onde realiza-se o planejamento do estágio, com reuniões, estudo, orientações, que possibilitem o contato com as ações. E ainda, todos os membros da equipe são incentivados a participar de eventos formativos, realizar cursos, participar de palestras, entre outros, com temáticas afetas ao objeto de intervenção e estudos. *No que diz respeito à pesquisa:* tem projeto que criou e mantém grupo de estudos certificado pelo CNPQ e outros que mantém os estudos de forma sistemática (sem necessariamente ter um grupo de estudos oficial). De qualquer modo, os participantes dos projetos de extensão mantêm atualizada a produção científica. Faz parte das atividades semanais a produção de resumos, artigos e capítulos de livros. Essa produção é organizada em livros, artigos submetidos a revistas científicas

e resumos apresentados em eventos científicos. Dessas experiências diversas são as produções publicadas que contribuem com a comunidade científica no tocante às temáticas dos projetos. *No que diz respeito à extensão:* o exercício profissional é orientado, acompanhado e formado pelas orientadoras. Existe uma preocupação comum em preparar essa profissional para atuar de forma competente, sendo munida das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnica-operativas. Todo o processo de trabalho é organizado, planejado, monitorado e avaliado periodicamente. Todo o trabalho realizado é registrado em documentos tanto sigilosos quanto públicos.

m) Jornadas de Serviço Social. O Departamento realiza anualmente sua jornada de estudos, onde mobiliza diferentes pesquisadoras/es, profissionais e militantes que atuam na área dos direitos humanos e das políticas sociais. Com isso, aproxima as/os discentes das discussões e demandas atuais do mundo do trabalho, além de proporcionar o conhecimento de experiências, campos e instrumentais do trabalho profissional.

Toda essa experiência acima relatada forma os profissionais para inserir-se no mercado de trabalho e atuar com as competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnica-operativas que o Projeto Ético Político Profissional do assistente social exige (VASCONCELOS, 2015); (SILVA, 2012); (BARROCO e TERRA, 2012); (FORTI e GUERRA, 2015); (ABRAMIDES, 2019). Prepara-se o estudante não só para atuar no mercado de trabalho no sistema capitalista, mas também para construir a crítica ao sistema (ao modo de trabalho e a lógica capitalista), visando sempre as possibilidades de participar da construção de uma nova sociabilidade, onde se resgate o trabalho enquanto categoria fundante do ser social e prenhe de possibilidades emancipatórias.

4.10. ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

Se dá por meio do acompanhamento da inserção dos profissionais nos espaços sócio ocupacionais de Guarapuava e região através da política de estágio do Departamento de Serviço Social, que monitora e atualiza os campos de intervenção e articula por meio dos Fóruns de Estágio as/os profissionais habilitados para supervisão. Por meio dessa estratégia o Curso vem acompanhando a situação dos egressos no mercado de trabalho.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

5.1. MATRIZ CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO

SÉRIE	DEPTO.	DISCIPLINAS	AULAS/ SEMANA		CARGA HORÁRIA			
			Teór.	Prát.	Teór.	Prát.	Ext.	Total
1ª	DEHIS/G	Antropologia	2		68			68
	DEHIS/G	Sociologia	2		68			68
	DECON/G	Economia Política	2		68			68
	DEFIL/G	Filosofia	2		68			68
	DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	3		102			102
	DEFIL/G	Metodologia Científica	2		68			68
	DESES/G	Política Social e Serviço Social I	3		102			102
	DESES/G	Seminários de Ação Curricular Extensionista em Serviço Social I	2				68	68
	DESES/G	Trabalho e Sociabilidade	3		102			102
2ª	DEHIS/G	Formação Sócio Histórica do Brasil	2		68			68
	DEPED/G	Psicologia Social	2		68			68
	DESES/G	Diversidade, Gênero e Serviço Social	2		68			68
	DESES/G	Ética Profissional em Serviço Social	3		102			102
	DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	4		136			136
	DESES/G	Estado, Classes Sociais, Lutas Populares e Serviço Social	2		68			68
	DESES/D	Política Social e Serviço Social II	3		102			102
	DESES/G	Serviço Social e Questão Social	3		102			102
	DESES/G	Seminários de Ação Curricular Extensionista em Serviço Social II	2				68	68
	DEDIR/G	Direitos Humanos e Cidadania	2		68			68
3ª	DESES/G	Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I	2	2	68	68		136
	DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	3		102			102
	DESES/G	Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social I	1	1	34	34		68

	DESES/G	Pesquisa em Serviço Social	4		136		25	136
	DESES/G	Gestão e Planejamento em Serviço Social	3		102		20	102
	DESES/G	Política Social e Serviço Social III	3		102			102
4ª	--	Disciplina Optativa I	2		68			68
	--	Disciplina Optativa II	2		68			68
	DESES/G	Serviço Social e Questão Socioambiental	2		68		20	68
	DESES/G	Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II	2	2	68	68	15	136
	DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV	2		68		10	68
	DESES/G	Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social II	1	1	34	34		68
	DESES/G	Seminário em TCC	2		68		15	68
	DESES/G	Política Social e Serviço Social IV	2		68			68
		C/H Subtotal (horas-aula)	77	6	2.482	204	241	**2.822**
		C/H Subtotal (horas)			2068	170	201	**2.352**
		OUTROS COMPONENTES CURRICULARES:						
		Atividades Acadêmicas Complementares - AAC (horas)						120
		Atividades de Extensão (horas)						102
		Estágio Supervisionado Obrigatório (horas)						392
		Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (horas)						34
		C/H Total (horas-aula)						**2.822**
		C/H Total (horas)						**3.000**

DISCIPLINAS OPTATIVAS

SÉRIE	DEPTO.	DISCIPLINAS	AULAS/ SEMANA		CARGA HORÁRI			
			Teór.	Prát.	Teór.	Prát.	Ext.	Total
4º	DESES/G	Poder Local, Políticas Sociais e Território	2	0	2	0	0	68
4º	DESES/G	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	2	0	2	0	0	68
4º	DESES/G	Trabalho Social com Famílias e o Serviço Social	2	0	2	0	0	68

4º	DESES/G	Serviço Social na Área da Criança e do Adolescente	2	0	2	0	0	68
4º	DESES/G	Envelhecimento, Velhices e Serviço Social	2	0	2	0	0	68
4º	DESES/G	Serviço Social na Educação	2	0	2	0	0	68
4º	DESES/G	Serviço Social e a Questão Étnico-racial	2	0	2	0	0	68
4º	DESES/G	Serviço Social no Sistema Sócio Jurídico	2	0	2	0	0	68

5. 2 MATRIZ OPERACIONAL

SÉRIE	PERÍODO DE OFERTA	DEPTO.	DISCIPLINAS/TURMAS	CURRÍCULO PLENO			C/H OPERACIONAL		
				AULA/SEMANA		C/H TOTAL			
				Teór.	Prát.		Teór.	Prát.	Total
1ª	Anual	DEHIS/G	Antropologia	2		68	68	-	68
	Anual	DEHIS/G	Sociologia	2		68	68	-	68
	Anual	DECON/G	Economia Política	2		68	68	-	68
	Anual	DEFIL/G	Filosofia	2		68	68	-	68
	Anual	DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	3		102	102		102
	Anual	DEFIL/G	Metodologia Científica	2		68	68	-	68
	Anual	DESES/G	Política Social e Serviço Social I	3		102	102	-	102
	Anual	DESES/G	Seminários de Ação Curricular Extensionista em Serviço Social I	2		68	68	-	68
	Anual	DESES/G	Trabalho e Sociabilidade	3		102	102	-	102
2º	Anual	DEHIS/G	Formação Sócio Histórica do Brasil	2		68	68	-	68
	Anual	DEPED/G	Psicologia Social	2		68	68	-	68
	Anual	DESES/G	Diversidade, Gênero e Serviço Social	2		68	68	-	68
	Anual	DESES/G	Ética Profissional em Serviço Social	3		102	102	-	102
	Anual	DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	4		136	136	-	136
	Anual	DESES/G	Estado, Classes Sociais, Lutas Populares e Serviço Social	2		68	68	-	68

	Anual	DESES/G	Serviço Social e Questão Social	3		102	102	-	102
	Anual	DESES/G	Política Social e Serviço Social II	3		102	102	-	102
	Anual	DESES/G	Seminários de Ação Curricular Extensionista em Serviço Social II	2		68	68	-	68
	Anual	DEDIR/G	Direitos Humanos e Cidadania	2		68	68	-	68
3º	Anual	DESES/G	Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I (TURMA A)	2	2	136	68	68	136
			Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I (TURMA B)	2	2	136	68	68	136
	Anual	DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	3		102	102	-	102
	Anual	DESES/G	Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social I (TURMA A)	1	1	68	34	34	68
			Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social I (TURMA B)	1	1	68	34	34	68
	Anual	DESES/G	Pesquisa em Serviço Social	4		136	136	-	136
	Anual	DESES/G	Gestão e Planejamento em Serviço Social	3		102	102	-	102
	Anual	DESES/G	Política Social e Serviço Social III	3		102	102	-	102
4º	Anual	--	Disciplina Optativa I	2		68	68	-	68
	Anual	--	Disciplina Optativa II	2		68	68	-	68
	Anua	DESES/G	Serviço Social e Questão Socioambiental	2		68	68	-	68
	Anua	DESES/G	Política Social e Serviço Social IV	2		68	68	-	68
	Anual	DESES/G	Seminário em TCC	2		68	68	-	68
	Anual	DESES/G	Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II (TURMA A)	2	2	136	68	68	136
			Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II (TURMA B)	2	2	136	68	68	136
	Anual	DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV	2		68	68	-	68

	Anual	DESES/G	Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social II (TURMA A)	1	1	34	34	-	68
			Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social II (TURMA B)	1	1	34	34	-	68
			C/H Total (hora-aula) – Currículo Pleno			**3.094**			
			C/H Total (hora-aula) – Matriz Operacional						**3.230**

5.3. CATEGORIZAÇÃO DE DISCIPLINAS DO CURRÍCULO PLENO

Disciplinas obrigatórias destinadas ao núcleo de conteúdos de formação profissional		
Departamento	Disciplina	Carga horária
DEHIS/G	Antropologia	68
DEFIL/G	Metodologia Científica	68
DECON/G	Economia Política	68
DEFIL/G	Filosofia	68
DEHIS/G	Sociologia	68
DEHIS/G	Formação Sócio Histórica do Brasil	68
DECIC/G	Direitos Humanos e Cidadania	68
DEPED/G	Psicologia Social	68

Disciplinas obrigatórias destinadas ao núcleo de conteúdos de formação específica		
Departamento	Disciplina	Carga horária
DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	102
DESES/G	Política Social e Serviço Social I	102
DESES/G	Seminários de Ação Curricular Extensionista em Serviço Social I	68
DESES/G	Trabalho e Sociabilidade	102
DESES/G	Diversidade e Gênero	68
DESES/G	Ética Profissional em Serviço Social	102
DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	136
DESES/G	Estado, Classes Sociais, Lutas Populares e Serviço Social	68
DESES/G	Política Social e Serviço Social II	102
DESES/G	Seminários de Ação Curricular Extensionista em Serviço Social II	68
DESES/G	Serviço Social e Questão Social	102
DESES/G	Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I	136
DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço	102

	Social III	
DESES/G	Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social I	68
DESES/G	Pesquisa em Serviço Social	136
DESES/G	Gestão e Planejamento em Serviço Social	102
DESES/G	Política Social e Serviço Social III	102
DESES/G	Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II	136
DESES/G	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV	68
DESES/G	Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social II	68
DESES/G	Política Social e Serviço Social IV	68
DESES/G	Seminário em TCC	68
DESES/G	Serviço Social e Questão Socioambiental	68

5.4. EMENTÁRIO/BIBLIOGRAFIA

NOME DA DISCIPLINA: **Antropologia**

Ementa: A relação dialética entre o material e o simbólico na construção das identidades sociais e da subjetividade. Imaginário, representações sociais e expressões culturais dos diferentes segmentos sociais com ênfase na realidade brasileira e suas particularidades regionais.

Bibliografia Básica

BOAS, Franz. Antropologia Cultural. 4ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

DAMATTA, Roberto. Relativizando: uma introdução a Antropologia Social. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1989.

LAPLANTINE, François. Aprender Antropologia. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Antropologia estrutural Dois. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac & Naify. 2010.

Bibliografia Complementar

BOLTANSKI, Luc. As classes sociais e o corpo. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

CANCLINI, Nestor García. Diferentes, desiguais, desconectados: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: EDUFRJ, 2015.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 11ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. A Invenção das Tradições. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOFBAUER, Andréas. Uma história de branqueamento ou o negro em questão. São

Paulo: Unesp, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. As estruturas elementares do parentesco. Petrópolis: Vozes, 2009. MARANHÃO, José Luiz de Souza. O que é Morte. São Paulo: Brasiliense, 2008.

NOME DA DISCIPLINA: **Direitos Humanos e Cidadania**

Ementa: Teoria crítica dos Direitos Humanos. História e concepções dos Direitos Humanos. Direitos humanos, lutas sociais e reprodução capitalista. A internacionalização dos Direitos Humanos. Direitos Humanos no Brasil contemporâneo. Estatuto da Pessoa Idosa. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Bibliografia Básica

BRASIL. Lei 8.069 de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm

_____. Lei 10.741 de 2003. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm

_____. Lei 13.146. Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiêcia. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. Tradução de: Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

REALE, M. Lições preliminares de Direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

SIMÕES, Carlos. Curso de direito do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DALLA-ROSA, Luiz Vergilio. O Direito perdido de si. Ensaios de terapêutica jurídica. São Paulo: Armada, 2021.

DELGADO, M.G. Curso de Direito do Trabalho. 19. ed. São Paulo: LTr, 2020.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **Direitos humanos e serviço social:** polêmicas, debates e embates. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. 210 p. (Coletânea Nova de serviço social).

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. 13a Edição. São Paulo: Atlas, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: **Diversidade, Gênero e Serviço Social**

Ementa: Relação entre classes sociais, raça-etnia e gênero. O sistema patriarcal, as relações de poder e suas manifestações sociais: preconceito, discriminação, racismo, homofobia, estigma, misoginia, entre outros. Formas de enfrentamento e resistência: lutas feministas, anti-racistas. O debate no Serviço Social.

Bibliografia Básica

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Moras dos. **Feminismo, diversidade sexual e**

Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2018.

ENGELS, Friedrich. A família. In: ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. SP: Centauro, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** Petrópolis: Vozes, 1976.

Bibliografia Complementar

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Assistente Social no combate ao preconceito – o que é preconceito?** Disponível em: http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2019/12/caderno1_o.que_.%C3%A9.preconceito.pdf Acesso em: 05. Jul. 2021.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Assistente Social no combate ao preconceito – Racismo**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf Acesso em: 05. Jul. 2021.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Daniele. **A classe operária tem dois sexos.** Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16291/14832 Acesso em: 05. Jul. 2021.

MENEZES, Moises Santos e SILVA, Joilson Pereira. **Serviço Social e homofobia: a construção de um debate desafiador.** Revista Katálysis (v. 20, n. 1, p. 122-129 jan./abr.). Florianópolis, 2017 (p.122-129 – 7 páginas – online).
RIBEIRO, Matilde (Org.). **As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: **Economia Política**

Ementa: A economia política: relações, implicações, relevância. O modo de produção capitalista: gênese, desenvolvimento e características. Acumulação, valorização e concentração/centralização do capital. A relação capital/trabalho. Processo de trabalho e controle da força de trabalho. A lei geral da acumulação capitalista. Características e tendências do capitalismo contemporâneo.

Bibliografia Básica

BELL, John F. **História do pensamento econômico**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DOBB, M.H**. Evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

NAPOLEONI, Claudio. **Smith, Ricardo e Marx**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Classes sociais e estratificação social. In FORACCHI, Marialice M; MARTINS, José de S. **Sociologia e sociedade**: leituras de introdução à sociologia. Rio de Janeiro: LTC, 1977. p 281-298.

Bibliografia Complementar

MANKIW N. G. **Introdução À Economia**. 8ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019. 720 p.

ROSSETTI, J. P. **Introdução à economia**. 21a ed. São Paulo: Atlas, 2016. 1024 p.

VASCONCELLOS, M. A . S. de. **Economia**: Micro e Macro. 6° Ed. São Paulo 2015.

VASCONCELLOS, M. A., GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 6ª edição São Paulo: Saraiva 2018. 368 p.

NOME DA DISCIPLINA: **Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I**
Ementa: Acompanhamento das atividades de estágio por supervisor acadêmico e supervisor de campo. Conhecimento/descrição do campo de estágio e do trabalho do Serviço Social. Acompanhamento da elaboração de projeto de intervenção na área social.
Bibliografia Básica ABEPSS. Lei de Diretrizes Curriculares. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_20160331113816637721O.pdf Acesso em: 02/03/2017. ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, 2010. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_20160331114536819823O.pdf Acesso em: 02/03/2017. LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e exercício profissional. 2 ed. – São Paulo. Cortez, 2010.
Bibliografia Complementar BARROCO, Maria Lucia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012. BURIOLLA, Marta. **Supervisão em Serviço Social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2003. GUERRA, Yolanda. **Supervisão em Serviço Social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (p.531-552). OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XXV - n.80, p.59-79, novembro de 2004. SILVA, Manuel Domingos Menezes da. Mediações éticas na prática quotidiana dos assistentes sociais. **Revista Serviço Social e Sociedade**. Ano XXVIII. N°92. São Paulo: Cortez, novembro 2007.

NOME DA DISCIPLINA: **Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II**
Ementa: Acompanhamento das atividades de estágio por supervisor acadêmico e supervisor de campo. Execução, acompanhamento e avaliação do projeto de intervenção na área social. Elaboração de Relatório Final de Estágio Curricular.
Bibliografia Básica ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**. Disponível em:

http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf Acesso em: 10 nov. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A Prática profissional do assistente social**: teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras, 2009.

BARROCO Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. Editora Cortez.

LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (org.). **Instrumentais técnico-operativos no serviço social**: um debate necessário. Disponível em: https://www2.uepg.br/proex/wp-content/uploads/sites/8/2018/10/LIVRO-INSTRUMENTAIS-TECNICO-OPERATIVOS-NO-SERVICO-SOCIAL.pdf Acesso em: 30. Jun. 2021.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na Luta de Classes**: projeto profissional e mediações teórico-práticas. São Paulo: Cortez, 2015.

NOME DA DISCIPLINA: **Ética Profissional em Serviço Social**

Ementa: Ser social e ética. Moral e ética. Ética e projetos profissionais. Ética e o projeto profissional na trajetória do Serviço Social. Desafios do atual Projeto Ético-Político Profissional.

Bibliografia Básica

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 3º Ed. São Paulo: Cortez, 2010 (biblioteca básica de serviço social; v. 4)

BARROCO, Maria Lúcia Silva. TERRA, Sylvia Helena. (org) **Código de Ética do/a Assistente Social Comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

FORTI, Valéria. GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. **Projeto Ético-Político do serviço social:** contribuições a sua crítica. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2014.

Bibliografia Complementar

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Sociedade**. Curso de Capacitação Ética para Agentes Multiplicadores, número 1, CFESS, Brasília, 2004.

CARDOSO, Priscila F. Gonçalves. **Ética e projetos profissionais**: os diferentes caminhos do serviço social no Brasil. Campinas – SP, Papel Social, 2013.

FORTI Valeria; GUERRA, Yolanda. (orgs). **Ética e Direitos**: Ensaios Críticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Disponível em: http://cpihts.com/PDF03/jose%20paulo%20netto.pdf. Acesso em: 26 de maio de 2007.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Marcelo. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. (p. 185-200).

NOME DA DISCIPLINA: **Filosofia**

Ementa: Matrizes clássicas e as principais correntes contemporâneas, enfatizando as questões pertinentes ao Serviço Social: Estado, Poder, Subjetividade, Formas de Governo e Condição Humana. Lógica formal e lógica dialética.

Bibliografia Básica

ADORNO, Theodor W. Teoria da cultura de massa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 340 p.

ARENDT, H. A Condição Humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

COUTINHO, C. N. Estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
LEBRUN. G. O que é poder? São Paulo: Brasiliense, s/d.

LEFEBVRE, Henri. Lógica formal/lógica dialética. Tradutor Carlos Nelson Coutinho. 5ª Ed – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

Bibliografia Complementar

AGAMBEN, Giorgio. O que é o contemporâneo? E outros ensaios. Chapecó – SC: Argos, 2009.

ARENDT, H. As origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

BARROS, A. R. G. O conceito de soberania na filosofia moderna. São Paulo: Almedina, 2019.

BAUMAN, Z. Ética pós-moderna. São Paulo: Paulus, 1997.

BUTLER, J. A vida psíquica do poder – teorias da sujeição. Belo Horizonte: autêntica editora, 2018.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O anti-édipo – capitalismo e esquizofrenia I. São Paulo: Editora 34, 2011.
GUIDDENS, A. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

LAZZARATO. As revoluções do capitalismo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.
LEVI, P. É isto um homem? Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

MBEMBE, A. Necropolítica – biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MUCHAIL, S. T. Foucault, simplesmente. São Paulo: Loyola, 2004.

NOME DA DISCIPLINA: **Formação Sócio Histórica do Brasil**

Ementa: A herança colonial e a constituição do Estado Nacional. Emergência e crise na República Velha. Instauração e colapso do Estado Novo. Industrialização, urbanização e surgimento de novos sujeitos políticos. Nacionalismo e

desenvolvimentismo e a inserção dependente no sistema capitalista mundial. A modernização conservadora no pós 64 e seu ocaso em fins da década de 1970. Transição democrática e neoliberalismo.

Bibliografia Básica

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. Rio de Janeiro: Globo, 2012.

FREYRE, Gilberto. **Casagrande e Senzala**: Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo Enxada e Voto**: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

Bibliografia Complementar

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil**. 14ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil**: de Varnhagen a FHC. 5ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questões raciais no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

NOME DA DISCIPLINA: **Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I**

Ementa: O surgimento do Serviço Social na América Latina e no Brasil. A realidade sócio histórica da década de 1930: as primeiras escolas de Serviço Social e a doutrina teórica da igreja – neotomismo e as Encíclicas Papais. Décadas de 1940 e 1950: a influência européia no Serviço Social brasileiro: psicologismo. Aproximações ao Serviço Social norte-americano: positivismo, funcionalismo e pragmatismo. Serviço Social de caso, grupo e comunidade (desenvolvimento de comunidade).

Bibliografia Básica

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução: Newton Roberval Eichemberg. São Paulo: Cultrix, 2006. 256 p. ISBN 978-85-316-0556-7.

DARTIGUES, Andre. **O que e a fenomenologia**. Tradutor: Maria Jose J. G. de Almeida. 7. ed. Sao Paulo: Centauro, [19--]. 174p.

MARTINELLI. Maria Lucia. **Serviço Social**: Identidade e alienação. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

RIBEIRO JR, João. **O que é positivismo?** 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção primeiros passos.

Bibliografia Complementar

FALEIROS, V. P. **Metodologia e Ideologia do Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTANO, Carlos. **A natureza do serviço social**. São Paulo: Cortez, 2001.

PAULO NETO, Jose. **O que é marxismo**. 2. ed. Sao Paulo: Brasiliense, 1985. 84p. (Primeiros passos, .148).

SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

TRINDADE, Liana Salvia. **As raízes ideológicas das teorias sociais**. São Paulo: Ática, 1978. 164 p.

NOME DA DISCIPLINA: **Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II**

Ementa: Movimento de Reconceituação na América Latina e no Brasil: perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Construção e desconstrução do objeto de intervenção na história do Serviço Social. Aproximações com a teoria social crítica e o método em Marx. A relação teoria e prática.

Bibliografia Básica

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

MUNHOZ, D. E. N. **Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade**. Revista Emancipação. 6(1) Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2006 (p. 25-40). Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/70/68

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

Bibliografia Complementar

LUIZ, Danuta Estrufika Cantóia; WAMBIER, Josiane de Fátima; BOURGUIGNON, Jussara Ayres. O Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social na formação do assistente social: importância do conhecimento universal. **Emancipação**. nº 7. Vol.1. p.9-19. Ponta Grossa: UEPG 2007. Disponível em: http://ri.uepg.br:8080/riuepg/bitstream/handle/123456789/483/ARTIGO_NucleoFundamentosTeorico.pdf?sequence=1

MARTINELLI, M. L. Reflexões sobre o Serviço Social e o Projeto Ético-Político profissional. **Emancipação**. Vol. 6, Nº 1. Ponta Grossa: UEPG, 2006 – p.09-23. Disponível em: https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/69/67

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. Nº 119. São Paulo: Cortez, 2014. (p. 531-559). Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/TJmstk9shW6Np8JMNqrDk3j/?format=pdf&lang=pt

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua aproximação pelo serviço social. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, C. M. dos. **Na Prática a Teoria é Outra?** São Paulo: Lumen Juris, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III**

Ementa: A reformulação do Serviço Social brasileiro a partir da década de 1990. O processo de materialização do Projeto Ético Político. O cotidiano do exercício profissional da/do Assistente Social no âmbito das instituições. O pluralismo e a relação entre os saberes profissionais (disciplinaridade, multidisciplinaridade, plurisdisciplinaridade, transdisciplinaridade, multiprofissionalidade, interdisciplinaridade). A autonomia profissional da/do Assistente Social.

Bibliografia Básica

ALAYÕN, Norberto. **Assistência e assistencialismo**: controle dos pobres ou erradicação da pobreza? São Paulo: Cortez, 1992.

COELHO, Marilene. **Imediaticidade na Prática Profissional do Assistente Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Caderno ABESS**. N. 04. São Paulo: Cortez, 1991. ELY, Fabiana Regina. Serviço Social e interdisciplinaridade. In.: Revista Katalisys (v. 6 nº 1 Jan./Jun). Florianópolis, SC: UFSC, 2003.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Globalização, correlação de forças e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9ª Ed – São Paulo: Cortez, 2001.

Bibliografia Complementar

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro**: rupturas e conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço social:** direitos e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. 9ª Ed – São Paulo: Cortez, 2010. FALEIROS, Vicente de Paula. Saber profissional e poder institucional. 10ª Ed – São Paulo: Cortez, 2011.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs). **Projeto ético-político do serviço social**: contribuições à sua crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SILVA, Maria das Graças Miranda Ferreira da. Marxismo, Pluralismo e Formação Profissional do Assistente Social. **Revista Teoria Política & Social**. V. 1. Dezembro de 2008.

NOME DA DISCIPLINA: **Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV**

Ementa: Trabalho, práxis, serviço social na perspectiva da emancipação política e humana. A articulação entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa no Serviço Social. A relação teórico-prática para a construção do objeto de trabalho profissional. O Plano de Trabalho e o planejamento da atividade profissional.

Bibliografia Básica

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social; ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço social: direitos e competências profissionais.** Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 9ª Ed – São Paulo: Cortez, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social.** 2ª Ed – São Paulo: Cortez, 2009.

Bibliografia Complementar

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana.** Rio Grande do Sul: Editora Unijui, 2005.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na Prática a Teoria é Outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

SIMÕES, Nanci Lagioto Hespanhol. **Autonomia profissional do Assistente Social X trabalho assalariado**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

NOME DA DISCIPLINA: **Gestão e Planejamento em Serviço Social**

Ementa: A gestão e sua caracterização geral e o Serviço Social. Funções gerenciais básicas: Direção, Organização, Planejamento, Controle. Plano Diretor e Leis Orçamentárias como instrumentos de Planejamento. Determinações conceituais de Plano, Programa e Projeto. Planejamento Estratégico e Participativo. O Planejamento como ferramenta de trabalho dos/das Assistentes Sociais. A elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de projetos sociais.

Bibliografia Básica

FILHO, Rodrigo de Souza; GURGEL, Claudio. **Gestão Democrática e Serviço Social**: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016. (Coleção Biblioteca Básica do Serviço Social) p.28-35 e 205-230 .

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social:** Intencionalidade e Instrumentação. 2ª Ed., Veras: São Paulo, 2000.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Formulação, administração e execução de políticas públicas.** In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2009 (p. 553-570).

Bibliografia Complementar

BARBOSA, Rosângela N. de C. **Introdução ao Estudo da Administração e Planejamento Aplicado ao Trabalho do Assistente Social**. Revista em Pauta, n. 1. Faculdade de Serviço Social. Rio de Janeiro: UERJ, nov. 1993. (online 13 p).

BONDER, C. **O assistente social e o planejamento participativo**. In: Revista Serviço Social e Sociedade. V.78 - p.69-81.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais**: uma introdução aos conceitos e técnicas. Campinas, São Paulo, Editora Alínea, 2016. p.41-72.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOME DA DISCIPLINA: **Metodologia Científica**

Ementa: Tipos de conhecimento. A universidade e a construção do conhecimento científico. A construção do conhecimento científico nas ciências sociais. Concepção de pesquisa e metodologias de trabalhos científicos.

Bibliografia Básica

ALVES, Rubem. Ciência Coisa Boa.... In: MARCELLINO, Nelson Carlos (orgs). **Introdução as Ciências Sociais**. 2 ed. SP: Papirus, 1988.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: Informação e documentação - Resumo - Apresentação: Rio de Janeiro, 2003. 2p.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2000.

Bibliografia Complementar

ALVES, Rubem. **Entre a ciência e a sapiência**: o dilema da educação. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

DEMO, Pedro. **Introdução à Metodologia da Ciência**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. 17º Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. ENGELS, Friedrich. Anti-Dühring: a revolução da ciência segundo o senhor Eugen Dühring. 1º Ed. São Paulo: Boitempo 2015.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**: Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. 9º Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S.. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

NOME DA DISCIPLINA: **Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social I**

Ementa: A instrumentalidade e o Serviço Social. Dimensões da prática profissional. Ações, instrumentos e técnicas. Observação. Entrevista. Estudo sócio-econômico. Visita domiciliar. Visita institucional. Elaboração e organização de documentos técnicos. Os espaços sócio ocupacionais. Entre outros.

Bibliografia Básica

SANTOS, Cláudia Mônica dos. SOUZA FILHO, Rodrigo. BACKX, Sheila. **A dimensão**

técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.) A dimensão técnico operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3ª ed. Editora: Cortez, São Paulo.p.25-48

GUERRA, Yolanda, A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.) **A dimensão técnico operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 3ª ed. Editora: Cortez, São Paulo. p.49-76

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.) A dimensão técnico operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3ª ed. Editora: Cortez, São Paulo. p.77-108.

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar**: Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE; 2003. Bertollo, Kathiuça. Planejamento em serviço social: tensões e desafios no exercício profissional. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

Bibliografia Complementar

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs**.) A dimensão técnico operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LAVORATTI, Cleide. COSTA, Dorival (Orgs.). **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social:** um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social**: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade nº 62. Ano XX – março 2000 p. 5-34.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem**: relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003. GRACIANO, Maria Inês Gândra. Estudo Socioeconômico: um instrumento técnico-operativo. São Paulo: Veras, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: **Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social II**

Ementa: Estudo Social, Relatório Social, Parecer Social, Laudo Social. Construção de instrumentos e técnicas do trabalho profissional. Planejamento, execução e avaliação de trabalho social com grupos e comunidades. Entre outros.

Bibliografia Básica

SANTOS, Cláudia Mônica dos. SOUZA FILHO, Rodrigo. BACKX, Sheila. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social:** questões para reflexão. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.) A dimensão técnico operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3ª ed. Editora: Cortez, São Paulo.p.25-48

GUERRA, Yolanda, A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.) **A dimensão técnico operativa no Serviço Social:** desafios contemporâneos. 3ª ed. Editora: Cortez, São Paulo. p.49-76

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais**. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Org.) A dimensão técnico operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3ª ed. Editora: Cortez, São Paulo. p.77-108.

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar**: Guia para uma abordagem complexa. Porto Alegre: AGE; 2003. Bertollo, Kathiuça. Planejamento em serviço social: tensões e desafios no exercício profissional. Temporalis, Brasília (DF), ano 16, n. 31, jan/jun. 2016.

Bibliografia Complementar

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs**.) A dimensão técnico operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2017.

LAVORATTI, Cleide. COSTA, Dorival (Orgs.). **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social:** um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

CARDOSO, Maria de Fátima Matos. **Reflexões sobre instrumentais em Serviço Social**: observação sensível, entrevista, relatório, visitas e teorias de base no processo de intervenção social. São Paulo: LCTE Editora, 2008.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. Revista Serviço Social & Sociedade nº 62. Ano XX – março 2000 p. 5-34.

MAGALHÃES, Selma Marques. **Avaliação e linguagem**: relatórios, laudos e pareceres. São Paulo: Veras; Lisboa: CPIHTS, 2003. GRACIANO, Maria Inês Gândra. Estudo Socioeconômico: um instrumento técnico-operativo. São Paulo: Veras, 2013.

NOME DA DISCIPLINA: **Estado, Classes Sociais, Lutas Populares e Serviço Social**

Ementa: Lutas de classes e populares no contexto latino-americano e brasileiro. A organização de sujeitos coletivos de direitos das classes subalternas e as políticas públicas. O compromisso ético-político do Serviço Social com uma nova ordem societária.

Bibliografia Básica

FERNANDES, Sabrina. **Se quiser mudar o mundo**: um guia político para quem se importa. São Paulo: Planeta, 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6ª. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HARNECKER, Marta; URIBE, Gabriela. **Luta de Classes**: as classes sociais no Brasil. Cadernos de Educação Popular. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/harnecker/cadernos/04.pdf Acesso em: 30. Jun. 2021.

Bibliografia Complementar

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 33-49.

SEMERARO, Giovani. **Libertação e Hegemonia**: realizar a América Latina pelos movimentos populares. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a Sociedade Civil**: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12. n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

NOME DA DISCIPLINA: **Pesquisa em Serviço Social**

Ementa: A especificidade da pesquisa nas Ciências Sociais e a particularidade no Serviço Social. Tipos de abordagens de pesquisa: qualitativas e quantitativas. Metodologia de pesquisa. Ética em pesquisa. Elaboração do Projeto de TCC.

Bibliografia Básica

BALDANI, M. H. et all. **Ética e Pesquisa em Ciências Sociais**. In: Pesquisa em Ciências Sociais: interfaces, debates e metodologias. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, 2012.

BATTINI, O. **A pesquisa nas Ciências Sociais**: desafios e perspectivas. In. Revista Emancipação v. 03, n.1, Ponta Grossa: UEPG, 2003.

BOURGUIGNON, J. A. **A particularidade da pesquisa em Serviço Social**. São Paulo: Editora Veras, Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2008.

Bibliografia Complementar

BAPTISTA, M. V. **A investigação em Serviço Social**. São Paulo: Veras, 2006.
BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOURGUIGNON, J. A. **O processo de pesquisa de pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais.** In.: Revista Emancipação. Universidade Estadual de Ponta Grossa (v. 6 nº 1). Departamento de Serviço Social, Ponta Grossa, PR: Editora UEPG, 2006.

FRANCO, M. L. P. B. **Representações sociais, ideologia e desenvolvimento da consciência.** In Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p.169-186 jan/abr 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Ed – São Paulo: Atlas, 2002.
LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1985.

NOME DA DISCIPLINA: **Política Social e Serviço Social I**

Ementa: Concepções de Estado que fundamentam o debate da Política Social. A formação do Estado Moderno na análise dos clássicos: Maquiavel, Hobbes, Locke, Rousseau, Marx, Gramsci. As tradições intelectuais (liberalismo, socialdemocracia e neoliberalismo) e suas interpretações sobre o Estado. O debate sobre democracia, soberania, autocracia e socialismo.

Bibliografia Básica

COUTINHO, C. N. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

COUTINHO, C. N. **De Rousseau a Gramsci**: ensaios de teoria política. São Paulo:

Boitempo, 2011, p. 15-40.

DURIGUETO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. MONTAÑO, Carlos.; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **O Estado de "Bem-Estar" e as lutas trabalhistas no regime de acumulação fordista/keynesiano.** In: Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010

DURIGUETO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **O lugar do mercado, do Estado e da sociedade civil no neoliberalismo de Hayek**. In: Estado, classes e movimentos sociais. São Paulo: Cortez, 2010, p. 60-66.

HOBSBAWM. Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Bibliografia Complementar

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1997.

BOBBIO, Noberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2013. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola.; PASQUINO, Gianfranco.; Dicionário de política. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

BOBBIO, Noberto. "O modelo jusnaturalista". In: BOBBIO, N. e BOVERO, M. **Sociedade e Estado na filosofia política moderna**. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp. 13-100.

BOBBIO, Noberto. **Thomas Hobbes**. Rio de Janeiro, Campus, 1991, caps. 2 e 3

BOTTOMORE, Tom (ed). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: **Política Social e Serviço Social II**

Ementa: A Proteção Social e as determinações sócio-históricas das políticas sociais. Perspectivas conceituais da política social. Características das Políticas Sociais nos países de capitalismo central. Características do Estado na América Latina e particularidades das políticas sociais na América Latina e no Brasil, do surgimento até a década de 1980.

Bibliografia Básica

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introdução ao Trabalho Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2).

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível? 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

DRAIBE, Sônia M.; RIESCO, Manuel. **Estados de Bem-Estar Social e estratégias de desenvolvimento na América Latina**. Um novo desenvolvimentismo em gestação? **Dossiê Sociologias**, ano 13, n. 27, Porto Alegre, mai./ago. 2011. p. 220-254.

Bibliografia Complementar

CIMADAMORE, Alberto; HARTLEY, Dean; SIQUEIRA, Jorge (Orgs). **A pobreza do Estado**: reconsiderando o papel do Estado na luta contra a pobreza global. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

NETTO, José Paulo, BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2007 (Biblioteca básica de serviço social, v.1).

BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo : Cortez, 2008. p. 31-76.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

PASTORINI, Alejandra. **A Categoria "Questão Social" em Debate**. São Paulo : Cortez, 2010.

NOME DA DISCIPLINA: **Política Social e Serviço Social III**

Ementa: Redemocratização no contexto brasileiro. Forma e conteúdo da Política Social da década de 1990. Modelos de gestão da Política Social: democrática, neoliberal, social. Reforma do Estado. Neoliberalismo e Política Social: mercantilização, privatização, focalização. Perspectivas da Política Social a partir dos anos 2000.

Bibliografia Básica

BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. Coleção Biblioteca básica de Serviço Social, volume 2. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Acumulação capitalista, fundo público e política social**. In: BOSCHETTI; BEHRING; SANTOS; MIOTO (orgs). Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

COSTA, Lucia Cortes da. **Impasses do Estado Capitalista**: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, Carla; TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 109, p. 68-92, jan./mar. 2012.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Revista Lua Nova**: Cultura e Política, São Paulo, n. 45, p. 49-95, 1998.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto e PANFICHI, Aldo. Para outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto e PANFICHI, Aldo (orgs.). **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006. p. 13-91.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Possibilidades da Política**: ideias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

NOME DA DISCIPLINA: **Política Social e Serviço Social IV**

Ementa: Concepção de Seguridade Social no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988. Fundo Público e Seguridade Social. Estudo das Legislações Complementares,

Normas Operacionais Básicas e demais normativas que regem as políticas de seguridade social. Concepção de Seguridade Social construída pelo Serviço Social. Intervenção profissional do Serviço Social nas políticas de seguridade social e setoriais (Estatuto da Pessoa Idosa, Estatuto da Criança e do Adolescentes, entre outras).

Bibliografia Básica

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade Social no Brasil**: conquistas e limites à sua efetivação. In: CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. p. 323-340

MOTA, Ana Elizabete. **Serviço Social e Seguridade Social**: uma agenda recorrente e desafiante. Revista em Pauta. n.20, 2007. p.127-139.

Bibliografia Complementar

DELGADO, Guilherme; JACCOUD, Luciana; NOGUEIRA, Roberto Passos. **SEGURIDADE SOCIAL: REDEFININDO O ALCANCE DA CIDADANIA**. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Desktop/seguridade_social.pdf acesso em 17/02/2020.

PEREIRA, Potyara A. **Necessidades Humanas - Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2000.

SALVADOR, E.; BOSCHETTI, I. **A reforma da previdência social no Brasil e os impactos sobre o mercado de trabalho**. Revista Serviço Social e Sociedade .70, p. 114 a 139. São Paulo: Cortez, julho/2002

SPOSATI, Aldaiza de Oliveira et al. **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 8.ed. Sao Paulo: Cortez, 2003. 112p.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**: estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro: Revan: UCAM, 1998. (p.56-77).

NOME DA DISCIPLINA: **Psicologia Social**

Ementa: Conceitos e relação com o Serviço Social. Sujeito na sociedade. A influência do grupo e da cultura no indivíduo. Aspectos que envolvem a relação indivíduo-sociedade: representação social; processo de socialização; atitudes, crenças, valores e desejo; aquisição da identidade social. Cartografias do cotidiano.

Bibliografia Básica

BOCK, A. M., FURTADO, O., TEIXEIRA, M. L. T. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

BOCK, A M.; GONÇALVES, M. G. M. & FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez, 2007.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa et al. **Psicologia social contemporânea**: livro-texto. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LANE, Silvia T. Maurer. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Bibliografia Complementar

BARBOSA, A. J. G.; LOURENÇO, L. M.; MOTA, M. M. P. E. (Org.). **Desenvolvimento**

psicossocial: temas em educação e saúde. Campinas, SP: Alínea, 2008.

BAREMBLITT, G. F. **O Compêndio de Análise Institucional e outras correntes**: Teoria e prática. 6. ed. Belo Horizonte: Editora FBG/IFG, 2012.

CAMPOS, R. H. F.; GUARESCHI, p. (Org.). **Paradigmas em Psicologia Social**: a perspectiva latinoamericana. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. São Paulo: Paz e Terra, 2006. GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

ORWELL, George. **A revolução dos bichos**. 2. ed. São Paulo: Globo, 2002.

NOME DA DISCIPLINA: **Seminários de Ação Curricular Extensionista em Serviço Social I**

Ementa: Concepção de extensão universitária. Extensão como comunicação. A extensão na formação em Serviço Social. A extensão e a vivência com a comunidade. Caracterização de um aspecto/recorte da realidade social local.

Bibliografia Básica

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

UNICENTRO. RESOLUÇÃO Nº 7-CEPE-CAD/UNICENTRO, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012. **Regulamento de Extensão da UNICENTRO**. Disponível: https://www3.unicentro.br/proec/wp-content/uploads/sites/73/2020/02/RESOLUCAO_N_7_2012_CEPE_CAD_UNICENTRO_Regulamento.pdf

UNICENTRO. RESOLUÇÃO Nº 005-CONSET/SESA/G/UNICENTRO, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022. **Regulamento de Curricularização da Extensão do Curso de Serviço Social.** 2022. Disponível em: https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/FEA3203F

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez (Orgs). **Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre Educação Popular**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

Bibliografia Complementar

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social**: Intencionalidade e Instrumentação. 2ª Ed., Veras: São Paulo, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KOLODY, Andressa; ALVES, Dan Junior. (orgs). **Extensão em Perspectiva**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1r3n3SK-IbRZ8gCXpgRpHWuzy4tOjplT_/view Acesso em: 26/06/2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: **Seminários de Ação Curricular Extensionista em Serviço Social II**

Ementa: Interpretação de um aspecto/recorte da realidade social. A dimensão socioeducativa da intervenção profissional. Proposição de ação extensionista. Intervenção na comunidade, com foco em transformação de aspectos da realidade.

Bibliografia Básica

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

UNICENTRO. RESOLUÇÃO Nº 7-CEPE-CAD/UNICENTRO, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2012. **Regulamento de Extensão da UNICENTRO**. Disponível: https://www3.unicentro.br/proec/wp-content/uploads/sites/73/2020/02/RESOLUCAO_N_7_2012_CEPE_CAD_UNICENTRO_Regulamento.pdf

UNICENTRO. RESOLUÇÃO Nº 005-CONSET/SESA/G/UNICENTRO, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2022. **Regulamento de Curricularização da Extensão do Curso de Serviço Social.** 2022. Disponível em: https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/FEA3203F

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez (Orgs). **Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre Educação Popular**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

Bibliografia Complementar

BAPTISTA, M. V. **Planejamento Social**: Intencionalidade e Instrumentação. 2ª Ed., Veras: São Paulo, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 22ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

KOLODY, Andressa; ALVES, Dan Junior. (orgs). **Extensão em Perspectiva**. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1r3n3SK-IbRZ8gCXpgRpHWuzy4tOjplT_/view Acesso em: 26/06/2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras Editora, 2001.

NOME DA DISCIPLINA: **Seminário em TCC**

Ementa: Apresentação do Regulamento de TCC e documentos formais do processo de pesquisa no curso de Serviço Social. Orientações acerca das Normas Técnicas para construção de monografia. Pré-banca. Devolutiva dos resultados de pesquisa.

Bibliografia Básica

UNICENTRO, Universidade Estadual do Centro-Oeste. RESOLUÇÃO Nº 006-CONSET/SESA/G/UNICENTRO, DE 05 DE ABRIL DE 2018. Disponível em: https://sgu.unicentro.br/pcatooficiais/imprimir/96EF236B

ABNT. NBR nº 14.724. **Informação e documentação**: Trabalhos acadêmicos: Apresentação. 3ª ed. Brasília: ABNT, 2011.

ABNT. NBR 12.225. **Informação e documentação**: Lombada: Apresentação. Brasília:

ABNT, 2004

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **O projeto de pesquisa e os procedimentos metodológicos para a coleta e análise de dados na pesquisa social e qualitativa**. Revista Humanidades em Perspectiva. Vol. 1. Nº 1. Jan/jun 2019.

Bibliografia Complementar

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

FARIA, J. T. (org). **TCC:** elaboração e redação. 1ª edição. Paraná: Redacional Livraria, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 10º ed.Petrópolis, R.J: Vozes, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UEPG, Universidade Estadual de Ponta-Grossa. **Manual de normalização bibliográfica para trabalhos científicos.** 4. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2019. Disponível em: https://deinfo.uepg.br/ tcc/doc/Manual_ABNT_UEPG_2019.pdf - acesso em 29/06/21

NOME DA DISCIPLINA: **Serviço Social e Questão Socioambiental**

Ementa: Estudo das transformações ambientais no contexto capitalista e seus rebatimentos sociopolíticos. Os movimentos ambientais e sociais, a luta por justiça ambiental e a educação ambiental. A trajetória da política ambiental no Brasil. Possibilidades de atuação do Serviço Social nas demandas socioambientais.

Bibliografia Básica

LOUREIRO, Carlos Frederico (org.). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2012.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento Sustentável**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

SILVA, Maria das Graças e. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**: **um desafio ético – político ao serviço social.** São Paulo: Cortez, 2010.

Bibliografia Complementar

ALIER, Joan Mártinez. **O Ecologismo dos Pobres**. São Paulo: Contexto, 2017.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

GÓMEZ, Andrés Dominguez; AGUADO, Octavio Vàzquez; PÉREZ, Alejandro. **Serviço Social e meio ambiente**. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOWY, Michel. **O que é ecossocialismo**. São Paulo: Cortez, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: **Serviço Social e Questão Social**

Ementa: O capitalismo, a origem da questão social e da questão ambiental. As influências ideológicas e teóricas na compreensão da questão social. A questão social e ambiental e suas expressões no Brasil: as intersecções étnico-racial, de gênero, classe social. A relação entre as categorias, trabalho, questão social e Serviço Social. Os desdobramentos da questão social contemporânea e suas possibilidades de intervenção profissional da/do Assistente Social.

Bibliografia Básica

AREND, Kathiana Pfluck. **Violência, punitivismo e criminalização da pobreza**: as raízes do Estado penal à brasileira. Curitiba: Editora CRV, 2020.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. 6ª Ed – São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl. **O Capital** – Crítica da economia política V. I. Tomo II (Coleção Os Economistas – Tradução Regis Barboza e Flávio R. Kothe). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SANTOS, Josiane Soares. **"Questão Social": particularidades no Brasil**. (Biblioteca Básica do Serviço social v.6). São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. 2ª Ed – Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

Bibliografia Complementar

CFESS, Conselhos Federal de Serviço Social e ABEPSS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

CATTANI, Antonio David (Org.). **Riqueza e desigualdade na América Latina**. (Tradução do espanhol Ernani Ssó). Porto Alegre, RS: Zouk, 2010.

CLOSS, Thaísa Teixeira. **Questão Social e Serviço Social**: uma análise das produções dos periódicos da área. In.: Revista Textos & Contextos (v. 14, n. 2, p. 253 - 266, ago./dez.). Porto Alegre, RS, 2015.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas.** São Paulo: Boitempo, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9ª Ed – São Paulo: Cortez, 2001. IANNI, Octávio. Pensamento social no Brasil. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

RAICHELIS, Raquel, VICENTE, Damares e ALBUQUERQUE, Valéria (Orgs). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.]

NOME DA DISCIPLINA: **Sociologia**

Ementa: Matrizes clássicas do pensamento sociológico (Karl Marx, Max Weber, Émile Dürkheim). Processos sociais fundamentais: industrialização, modernização, urbanização e seus constitutivos, classes sociais, movimentos sociais e instituições.

Bibliografia Básica

ARENDT, Hannah. **A Vita Activa e a era moderna**. In: ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

DURKHEIM, Émile. **O que é fato social**. In: DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (pp. 01-13).

DURKHEIM, Émile. **Solidariedade orgânica**. In: DURKHEIM, Émile. Fato social e divisão do trabalho – ensaios comentados. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Anti-racismo e seus paradoxos**: reflexões sobre cota racial, raça e racismo. São Paulo: Annablume, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Divisão do trabalho anômica**. In: DURKHEIM, Émile. Fato social e divisão do trabalho – ensaios comentados. São Paulo: Ática, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Sociedade civil no Brasil**: movimentos sociais e ONGs. Meta: Rio de Janeiro, v. 05, n. 14, Maio-Ago. 2013.

NOME DA DISCIPLINA: **Trabalho e Sociabilidade**

Ementa: Trabalho como categoria ontológica do ser social. A metamorfose dos processos de trabalho da era primitiva ao capitalismo. A divisão social e sexual do trabalho (intersecção entre gênero, raça e classe social). A relação entre as categorias trabalho e Serviço Social. Economia Solidária. Trabalho associado e emancipação humana.

Bibliografia Básica

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços em geral. São Paulo: Boitempo, 2018.

BARROS, Albani de. **Precarização**: degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo. Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

ENGELS. Friedrich. **Sobre o papel do Trabalho na Transformação do macaco em Homem**.

LESSA, Sergio. **Serviço Social e trabalho**: por que o Serviço Social não é trabalho. 2ª Ed – São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

Bibliografia Complementar

ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Moraes (Org). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018. COLMÁN, Evaristo; POLA, Karina. Trabalho em Marx e serviço social. In.: Revista Serviço Social em Revista (v. 12, n.1, p. 179-201, JUL/DEZ). Londrina: UEL, 2009.

ENGELS. Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo. Edição Revisada. Boitempo, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

LESSA, Sergio. **Mundo dos homens**: trabalho na ontologia de Lukács. 3ª Ed – Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

NOME DA DISCIPLINA: **Poder local, políticas sociais e território**

Ementa: Legados do Colonialismo na atualidade. Relações de Poder entre classes, grupos e indivíduos entre si e com o Estado. A configuração do Poder Local e sua interferência na processualidade dos fenômenos sociais. Perfil econômico, social e político na região Guarapuava. Lógica territorial e as metodologias participativas no trabalho de investigação e intervenção nas políticas sociais.

Bibliografia Básica

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**: formação do patronato político brasileiro. 13. ed. São Paulo: Globo, 1998. v.1 - v.2.

FAVARO, Jorge Luiz. **Geografia da política de desenvolvimento territorial rural**: sujeitos, institucionalidades, participação e conflitos no território da cidadania Paraná Centro. Tese de doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, UFPR, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 413 p.

FIUZA, S. C. R. **Famílias, poder e políticas sociais em Guarapuava – Pr.** Tese de doutorado apresentada a Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, 2016.

SILVA, Ivone Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil:** fundamentos sócio-históricos. 2 ed. Campinas: Papel Social, Cuiabá: EdUMT, 2014.

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no Centro-Sul do Paraná.** Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia no Doutorado em Geografia. Presidente Prudente – SP, 2005; (UniFAE). Curitiba, 2007.

Bibliografia Complementar

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** Uma discussão Conceitual. Revista Scielo. V.40 nº2, Rio de Janeiro, 1997, p.1-14.

FERNANDES, Marcos Aurélio Machado. **Poder & Comércio: a Associação Comercial e Industrial de Guarapuava (1955-1970)**. Curitiba: Editora CRV, 2010.

FIUZA, Solange Cristina Rodrigues. **Do favor ao direito: uma análise da implementação da Lei Orgânica da Assistência Social na região de Guarapuava-Pr**. 2005. 154p. Dissertação (Mestrado) em Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2005.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado no Paraná.** Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

_____. **Famílias, poder e riqueza: redes políticas no Paraná em 2007.** In: Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun/dez 2007, p. 159-169.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil.** 47ª reimp. da 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SILVA, Joceli Maria. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais.** Tese de Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2002.

NOME DA DISCIPLINA: **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**

Ementa: Aspectos Históricos: cultura surda, identidade e língua de sinais. Estudo da legislação e das políticas de inclusão de pessoas com surdez. O ensino de Libras e noções básicas dos aspectos linguísticos. Introdução às práticas de compreensão e produção em Libras por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares.

Bibliografia Básica

FELIPE, T. MONTEIRO, M. S. **Libras em Contexto**: curso básico. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto/Secretária de Educação Especial, 2001.

LODI, Ana Claudia Balieiro. MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de. FERNANDES, Eulalia. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. Porto Alegre. Editora Mediação, 2012.

QUADROS, R. M. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médica, 1997.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de Sinais brasileira**: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SACKS, O. **Vendo vozes**: uma jornada pelo mundo dos surdos. Tradução Alfredo Barcellos Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

THOMA, A. S.; LOPES, M. C. **A invenção da surdez:** cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

Bibliografia Complementar

LABORITT, E. **O vôo da gaivota**. São Paulo: Best Seller, 1994.

GOLDFELD, Márcia. **A criança Surda. Linguagem e Cognição numa perspectiva sociointeracionista**. 2. ed. São Paulo: Plexus, 2002.

GOMES, A. M. P. **Relato de vivência.** Revista Espaço - Informativo do INES: Rio de Janeiro, n. 8, p. 21-22, 1997.

PERLIN, Glades T.T. **Identidades Surdas.** In: SKLIAR, Carlos. A surdez: Um Olhar Sobre as Diferenças. Porto Alegre: 3. ed. Mediação, 2005.

SILVA, T. T. **A política e a epistemologia do corpo normalizado**. Revista Espaço - Informativo do INES. Rio de Janeiro, n. 8, p. 03-15, 1997.

NOME DA DISCIPLINA: **Trabalho Social com Famílias e o Serviço Social**

Ementa: História Social da Família. A Família na contemporaneidade. A centralidade da Família nas Políticas Públicas. Metodologias Participativas no Trabalho Social com Famílias. A atuação do Serviço Social junto às famílias.

Bibliografia Básica

ACOSTA, A. R. **Família**: redes, laços e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2018.

MIOTO, R.C.; CAMPOS, M.S.; CARLOTO, C.M. **Familismo, direitos e cidadania**: contradições da politica social. São Paulo: Cortez, 2015.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Social e Trabalho Social**: desafios e percursos metodológicos. São Paulo: Cortez, 2012.

Bibliografia Complementar

TEIXEIRA, Solange Maria (Org.). **Trabalho com família no âmbito das políticas públicas.** Campinas: Papel Social, 2018.

PEREIRA, P. A. P. **Mudanças estruturais, política social e papel da família: crítica ao pluralismo de bem-estar.** In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.de; LEAL, M.C. (Orgs.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo, Cortez, 2004. p. 25-42.

GELINSKI, C. R. O. G; PEREIRA, R. S. **Mulher e trabalho não remunerado.** Mulher e Trabalho, Porto Alegre, v.5, p.79-87, 2005.

MIOTO, R. C. T.**Família e Proteção Social: as relações Estado e Família e a intervenção profissional dos assistentes sociais no contexto histórico brasileiro.** Projeto de Pesquisa. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

SARACENO, C. **Socilogia della famiglia.** Bologna: Il Mulino,1996.

NOME DA DISCIPLINA: **Serviço Social na Área da Criança e do Adolescente**

Ementa: História social da criança e do adolescente. Legislação referente à criança e o adolescente. O Sistema de Garantia de Direitos de Crianças. A violação dos direitos das crianças e dos adolescentes no contexto atual. A intervenção do Serviço Social na área da criança e do adolescente.

Bibliografia Básica

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e família.** 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981

FÁVERO, Eunice Teresinha; PINI, Francisca Rodrigues Oliveira; SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (org.). **ECA e a proteção integral de crianças e adolescentes.** São Paulo: Cortez, 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 12 set. 2022.

FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e da Adolescência no Brasil 2018.** São Paulo: Nywgraf, 2018.

Bibliografia Complementar

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. (org.). **A arte de governar crianças: a história de políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011

GONÇALVES, Rafael S. (org.). **O Papel Social da Infância na Imposição da Ordem Urbana na Passagem do Século XIX para o XX.** Pobreza e Desigualdade Social: Ontem e Hoje. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROCHA, Andrea Pires. **Proibicionismo e a criminalização de adolescentes pobres por tráfico de drogas.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 115, p. 561-580, 2013

ANDRADE, Joane El-Jaic. **O feminismo marxista e a demanda pela socialização do trabalho doméstico e do cuidado com as crianças.** Doi: https://doi.org/10.1590/0103-335220151810

DUARTE, M.F; CARDOSO, L. M. (Org.). **Serviço Social: teorias e práticas na garantia de direitos da criança e do adolescente.** Coleção Proteção Social e direitos infantojuvenis, vol.1. EDITORA CRV, 2018

NOME DA DISCIPLINA: **Envelhecimento, Velhices e Serviço Social**

Ementa: O Envelhecimento e a construção dos processos históricos-sociais. Velhice e Questão Social. Concepções de Envelhecimento na Sociabilidade do Capital. Velhices Vulneráveis. Marcos normativos-jurídicos dos Direitos da População Idosa no Brasil. Políticas Públicas para a Pessoa Idosa. Serviço Social e Velhices.

Bibliografia Básica

BEAUVOIR, S. **A Velhice.** Trad.: Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 1990.

CAMPELO e PAIVA, S. de O. **Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital.** São Paulo, SP: Cortez, 2014.

HADDAD, E.G.de M. **A Ideologia da Velhice**.(2ed.).São Paulo, SP: Cortez, 2016.

Bibliografia Complementar

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil.São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Serviço Social e Envelhecimento**. Teresina: EDUFPI, 2020.

CAMPELO e PAIVA, Salvea de Oliveira; BENEDITO, Jonorete de Carvalho; FREITAS, Priscylla de. **Curso de Férias sobre a proposta da Gerontologia Social crítica/anais**. Recife: EDUPE, 2022.

TEIXEIRA, S.M. **Envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista**. In: Teixeira, S. M. (Org.). Envelhecimento na sociabilidade do capital.São Paulo, SP: Papel Social, 2017.

MUSIAL, Denis Cezar., & OLIVEIRA, B. (2021). **Velhices visíveis e o saber local** [Editorial]. Revista Kairós-Gerontologia, 24 (Número Especial 31, “Velhices visíveis e o saber local”), 01-06. ISSNprint 1516-2567. ISSNe 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PUC-SP.

NOME DA DISCIPLINA: **Serviço Social na Educação**

Ementa: Construção histórica da educação pública no Brasil. O debate atual da relação Estado/políticas educacionais. A estrutura e organização da educação no Brasil. Educação, mundo do trabalho e emancipação humana. A importância a educação básica para a cidadania e formação da consciência crítica. A função social da escola. A dimensão pedagógica e educativa do assistente social. Atribuições do assistente social na Educação: sua relação com a escola, com os alunos, com a família em questões étnico-raciais.

Bibliografia Básica

DUARTE, Amanda Machado dos Santos et all (Orgs). **Serviço Social e Educação Profissional e Tecnológica.** São Paulo: Cortez, 2019.

GIAQUETO, Adriana (Org). **A dimensão educativa no trabalho social: exercícios de reflexão**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SCHEFFER, Graziela; CLOSS, Thaisa; ZACARIAS, Inez (Orgs). **Serviço Social e Paulo Freire: diálogos sobre Educação Popular**. Curitiba: Editora CRV, 2021.

Bibliografia Complementar

CFESS, Conselho Nacional de Serviço Social. **Subsídios para a atuação dos assistentes sociais na política de educação.** Brasília, DF: CFESS, 2012/2014. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf Acesso em 31 de agosto de 2022.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 32ª Ed - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

NASCIMENTO, Andréia Lucena de Gois. **Serviço social e educação: uma análise sob a perspectiva do projeto ético-político da profissão.** Curitiba, CRV, 2020.

MACHADO, Aline Maria Batista; SILVA, Andrêsa Melo da; TOLENTINO, Graziela Aparecida Pereira. **Paulo Freire e a educação popular na história do Serviço Social brasileiro (1980-2010).** In.: Revista Serviço Social & Sociedade (n. 134, p. 70-87, jan./abr.). São Paulo: Cortez, 2019. Disponível em https://www.scielo.br/j/sssoc/a/64sQhQzqsnnwBh5zRntwwxp/?format=pdf&lang=pt Acesso dia 16 de maio de 2022.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. **Educação e serviço social: elo para a construção da cidadania.** São Paulo: UNESP, 2012.

NOME DA DISCIPLINA: **Serviço Social e a Questão Étnico-racial**

Ementa: Ementa: A Formação Brasileira e a Questão Racial. Relações Étnico-raciais e a Teoria Crítica. Movimentos Sociais e Antirracismo. Questão Étnico-racial e a Questão Social na Contemporaneidade. Formação, Intervenção Profissional e Desigualdades Étnico-raciais: Desafios para o Projeto Ético-político do Serviço Social.

Bibliografia Básica

EURICO, Márcia Campos et al (Orgs). **Questão Racial, Serviço Social e os Desafios Contemporâneos.** São Paulo, Campinas: Papel Social, 2021.

RIBEIRO, Matilde (Org). **As políticas de igualdade racial: reflexões e perspectivas.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

ROCHA, Roseli da Fonseca. **A Incorporação da Temática Étnico-Racial no Processo de Formação em Serviço Social: avanços e desafios.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.

Bibliografia Complementar

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** (Coletânea Feminismos Plurais – Coordenação Djamila Ribeiro. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** (Tradução Heci Regina Candiani). São Paulo: Boitempo, 2016.

GONÇALVES, Renata. **Quando a questão racial é o nó da questão social.** Revista Katalysis (vol. 21, núm. 3, p. 514-522). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa

Catarina. Florianópolis, 2018. Disponível em https://www.redalyc.org/journal/1796/179659699007/html/ Acesso em 31 de agosto de 2022.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. 2ª Ed – Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014.

NOME DA DISCIPLINA: **Serviço Social no Sistema Sócio Jurídico**

Ementa: O Estado e o Direito na sociedade de classes. O lugar das famílias no contexto Sociojurídico na atualidade. Serviço Social na área Sociojurídica: fundamentos teórico-metodológicos e parâmetros para a intervenção profissional no cotidiano. A produção de relatórios, documentos, laudos, pareceres técnicos e a instrução de processos no Serviço Social na área Sociojurídica. Temas polêmicos e/ou emergentes do debate contemporâneo no Sociojurídico.

Bibliografia Básica

ALAPANIAN, Silvia. **Serviço Social e o Poder Judiciário**: reflexões sobre o direito e o Poder Judiciário. São Paulo: Veras, 2008. v. 1.

BORGIANNI, Elisabete. **Para entender o Serviço social na área sociojurídica**. Revista Serviço Social e Sociedade, N. 115, São Paulo, Cortez, 2013, p. 407-442 .

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de Assistentes Sociais no Sociojurídico**. subsídios para reflexão. Brasília: CFESS, 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESSsubsidios_sociojuridico2014.pdf

IAMAMOTO, Marilda. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: Serviço social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Bibliografia Complementar

CFESS (org.). **Estudo social em perícias, laudos e pareceres técnicos**. Contribuição ao debate no Judiciário, Penitenciário e na Previdência Social. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

COLMÁN, Silvia Alapanian. **A formação do Serviço Social no Poder Judiciário**. Tese de doutoramento, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

FÁVERO, Eunice Terezinha. **Serviço Social, práticas judiciárias, poder**: implantação e implementação do serviço social no Juizado de menores de São Paulo. São Paulo: Veras, 1999.

IAMAMOTO, Marilda. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9ª ed. São Paulo, Cortez, 2012.

PIOVESAN, Flávia; VIEIRA, Renato Staziola. **Justiciabilidade dos direitos sociais e econômicos no Brasil:** desafios e perspectivas. Araucaria, revista iberoamericana de filosofia, política e humanidades, ano 8, n. 15, 1º sem. 2006. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/282/28281509.pdf

5.5 TABELA DE EQUIVALÊNCIA

Matriz curricular vigente			Matriz curricular em implantação		
Código	**Disciplina**	**CH**	**Código**	**Disciplina**	**CH**
3210	Antropologia	68		Antropologia	68
1979	Economia Política	68		Economia Política	68
3211	Filosofia	68		Filosofia	68
3212	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	136		Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	102
3216	Seminários Temáticos em Serviço Social I	68		Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	102
3213	Iniciação Científica em Serviço Social	68		Metodologia Científica	68
3214	Introdução a Política Social	102		Política Social e Serviço Social I	102
3217	Serviço Social e Questão Social	68		Serviço Social e Questão Social	102
3218	Sociologia	68		Sociologia	68
3219	Ética Profissional em Serviço Social	102		Ética Profissional em Serviço Social	102
3220	Formação Sócio Histórica do Brasil	102		Formação Sócio Histórica do Brasil	68
3221	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	136		Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	136
3222	Legislação Social	68		Direitos Humanos e Cidadania	68
3223	Organização da Sociedade Civil	102		Classes Sociais, Lutas Populares e Serviço Social	68
3224	Política Social e Serviço Social I	102		Política Social e Serviço Social II	102
3225	Psicologia Social	68		Psicologia Social	68
3226	Trabalho e Sociabilidade	68		Trabalho e Sociabilidade	102
3227	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	136		Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I	136
3228	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	136		Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	102
3228	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social III	136		Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social IV	68

3229	Oficina em Processos Metodológicos do Serviço Social	136		Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social I	68
3229	Oficina em Processos Metodológicos do Serviço Social	136		Laboratório de Processos Metodológicos do Serviço Social II	68
3230	Pesquisa em Serviço Social	136		Pesquisa em Serviço Social	136
3231	Planejamento e Projetos em Serviço Social	102		Gestão e Planejamento em Serviço Social	102
3232	Política Social e Serviço Social II	102		Política Social e Serviço Social III	102
3236	Política Social e Serviço Social III	102		Política Social e Serviço Social III	102
3234	Diversidade e Gênero	68		Diversidade, Gênero e Serviço Social	68
3235	Estágio Supervisionado em Serviço Social II	136		Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II	136
3238	Seminários Temáticos em Serviço Social III	68		Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II	136
3237	Seminário em TCC	68		Seminário em TCC	68
3239	Serviço Social e Sustentabilidade	68		Serviço Social e Questão Socioambiental	68

5.6. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO

Atividades Acadêmicas Complementares – AAC

As atividades acadêmicas complementares possuem regulamento próprio, disposto na Resolução N° 006-CONSET/SESA/G/UNICENTRO, de 18 de fevereiro de 2022, que estabelece as normas vigentes para este Projeto Pedagógico. As atividades acadêmicas integram o currículo pleno do curso de Serviço Social, atendendo as Diretrizes Curriculares, abrangendo o percentual da carga horária determinada, sendo 127 horas.

O cumprimento das atividades complementares no curso de Serviço Social é obrigatório para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social e referem-se às atividades que ampliam a concepção de educação para além das atividades de sala de aula e estágio, ampliando a troca experiências e saberes.

As atividades complementares possuem como objetivos essenciais: I - Flexibilizar o currículo do Curso de Serviço Social; II - Propiciar aos acadêmicos a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar, visando uma formação integral e voltada para a realidade; III - Fomentar a iniciação à pesquisa e à extensão; IV - Integrar o acadêmico às atividades da instituição; V - Contribuir para uma formação crítica, ética e política do acadêmico; VI - Desenvolver senso de participação em outros espaços sociais.

As atividades devem ser distribuídas durante todo o processo de formação da/do acadêmica/o, ou seja, não pode se concentrar em apenas um ano, e devem estar relacionadas à área de formação. As Atividades podem ser desenvolvidas na UNICENTRO, em outras Instituições de Ensino Superior ou em eventos promovidos por instituições públicas ou privadas, que propiciem a complementação da formação do acadêmico.

As atividades podem ser de três modalidades: ensino, pesquisa e extensão, comprovadas por meio de certificado ou declaração, que conste o nome completo da/do acadêmica/o, atividade desenvolvida e carga horária, assinada e carimbada por instituição pública ou privada.

No ano de conclusão da graduação, a/ao acadêmica/o deverá requerer junto a secretaria do curso de Serviço Social o aproveitamento de carga horária das atividades complementares realizadas, por meio do preenchimento de formulário próprio e anexadas, junto ao formulário, as cópias da documentação comprobatória de participação, apresentando o documento original e sua cópia que será autenticada no DESES.

Uma comissão de avaliação será designada pela coordenação do DESES e irá analisar o requerimento e emitir parecer. As datas e os membros da comissão, bem como o resultado final será divulgado por edital do DESES.

Atividades de Extensão - Curricularização da Extensão

A participação nas ações de extensão compõe a matriz curricular de graduação em Serviço Social e está regulamentada pela na Resolução N° 005-CONSET/SESA/G/UNICENTRO, de 18 de fevereiro de 2022. O objetivo é contribuir para o enriquecimento da formação acadêmico profissional da/do discente e para a articulação entre o tripé ensino, pesquisa e extensão, sendo o seu cumprimento indispensável para a integralização curricular e colação de grau.

Toda/o discente deverá cumprir durante o curso de graduação 323 horas de atividades de extensão, ou seja, 10% da carga horária total do Curso.

O entendimento que fundamenta essa proposta é de que a extensão universitária é um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e demais setores da sociedade. Com isso, são diretrizes da extensão no Curso de Serviço Social: o impacto e a transformação; a interação dialógica; a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e

extensão.

Conforme a regulamentação, a extensão universitária no Curso de Serviço Social tem como objetivos: desenvolver competências e habilidades relativas à leitura da realidade, planejamento e trabalho em equipe; possibilitar aprendizados sobre registro, sistematização e monitoramento das ações; favorecer a construção de metodologias de ação; implementar as ações planejadas; desenvolver estratégias de avaliação da prática profissional; e, por fim, sistematizar e produzir conhecimento a partir da prática extensionista.

As atividades extensionistas se inserem nas seguintes modalidades: em disciplina específica de Extensão Universitária que desenvolva atividades de extensão, proporcionando às/aos discentes vivências com a comunidade; em conteúdo de disciplinas da matriz curricular do Curso, de modo a integrar atividades extensionistas nas vivências cotidianas dos estudantes; no estágio obrigatório, por meio de projeto de intervenção extensionista, com ações paralelas que enriqueçam sua formação e atuação; em programa e/ou projetos de extensão coordenados por docentes do Departamento de Serviço Social e outros cursos da UNICENTRO, como também de outras instituições de ensino superior.

A distribuição de carga horária se dá da seguinte forma:

FORMATO	CARGA HORÁRIA	SÉRIE
Disciplina articuladora de Extensão Universitária	136 h/a	1ª. e 2ª.
Conteúdo em outras disciplinas da grade curricular	105 h/a	3ª. e 4ª.
Participação como membro da equipe executora em programas e/ou projetos de extensão	102 h	Da 1ª. até a 4ª.

O detalhamento do formato está previsto no Regulamento aprovado, em anexo.

Mobilidade Acadêmica

A mobilidade acadêmica da UNICENTRO, é ofertada por dois programas:

- Programa de Mobilidade Nacional (PMN), promovido pela Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (Abruem), em parceria com suas universidades afiliadas, de todo território nacional.

O DESES poderá, por meio do estímulo à produção científica e apresentação delas em

eventos, aproximar seus acadêmicos de cursos de Serviço Social de outras instituições e incentivar a experiência da mobilidade aos mesmos.

- Programa de Mobilidade Internacional, promove, pelo convênio da UNICENTRO com instituições de educação estrangeiras, a possibilidade de ampliar os componentes curriculares das/dos acadêmicas/os (tanto daqueles que são encaminhados para as universidades internacionais, quanto daqueles encaminhados por elas). Nesta modalidade, o Departamento estimulará o acompanhamento dos editais e a pesquisa sobre cursos de Serviço Social que agreguem e fortaleçam o conhecimento crítico. De outra forma, serão divulgados os cursos de línguas ofertados pela UNICENTRO, para que se promova a preparação das/dos acadêmicas/os.

Como compete aos docentes acompanhar a elaboração do Plano de Ensino construído pela/o estudante interessada/o, torna-se importante divulgar a proposta da Mobilidade, esclarecendo as responsabilidades enquanto tutores, informando-os para que as dúvidas dos/das acadêmicos/as possam ser esclarecidas e encaminhadas. Por outro lado, o DESES não tem, em sua história, a experiência de receber alunos estrangeiros; entende-se que isso se deva às diferentes constituições curriculares dos cursos em outros países. De forma mais ampla, os Programas de Mobilidade são apresentados aos estudantes no ingresso do curso, pela divulgação dos serviços ofertados pela Universidade. É importante considerar a necessária ampliação dessas informações pelos órgãos responsáveis, haja vista que é uma atividade de interesse da própria instituição. Outro ponto a ser considerado são as oportunidades financeiras e de acesso a cursos de línguas, haja vista que são, em sua maioria, acadêmicos que trabalham para garantir renda que viabilizem seu sustento e de suas famílias, e para se manterem na Universidade.

Ao DESES compete solicitar ao setor responsável pelos programas a ampla divulgação dos programas e editais para bolsas, o esclarecimento sobre os processos que fazem parte da atividade, entre outras melhorias. Em qualquer uma delas, a/o discente deve elaborar, em conjunto com um/a professor/a orientador/a do DESES, um Plano de Ensino, onde deve constar a ementa das disciplinas que pretende cursar na Instituição de Destino. O DESES considera importante que o Plano se volte para cursos de Serviço Social em países da América Latina e que, ainda, possuam conteúdos teóricos, éticos e técnicos que agreguem reflexões e experiências à matriz curricular do Curso de Serviço Social da UNICENTRO.

Inserção Acadêmica

No Curso de Serviço Social, a inserção acadêmica tem se dado, principalmente, por meio de: Iniciação Científica, Monitoria, Estágio Pedagógico Voluntário e pela Extensão.

O **Programa Institucional de Iniciação Científica** (PROIC) possui regulamento próprio. Atualmente, é regido pela a resolução nº32-CEPE/UNICENTRO, de 20 de dezembro de 2018. Anualmente a Diretoria de Pesquisa divulga edital de inscrições para o processo de seleção ao PROIC, com vigência de doze meses. Os objetivos do programa são: incentivar a participação de estudantes de graduação em projetos de Iniciação Científica; desenvolver o pensamento crítico e a prática científica nos participantes; assegurar maior cooperação entre corpo discente e docente nas atividades de pesquisa; propiciar a melhoria da qualidade de ensino; e, qualificar recursos humanos.

Há duas modalidades de inserção no PROIC, sendo Iniciação Científica com Bolsa (ICB) e Iniciação Científica Voluntária (ICV). Para se inscrever no processo de seleção o (a) professor (a) precisa cumprir os seguintes requisitos: ser professor (a) efetivo, docente ou técnico, do quadro de pessoal permanente da UNICENTRO, com titulação mínima de mestre; possuir currículo atualizado na plataforma lattes; possuir cadastro no diretório dos grupos de pesquisa do CNPq, atualizado e certificado pela UNICENTRO; possuir projeto de pesquisa ou projeto de Integração ensino, pesquisa e extensão (Piepex) cadastrado na instituição e em andamento no período da orientação de Iniciação Científica; não estar inadimplente com a Pró-reitoria de Pesquisa (PROPESP); apresentar produção científica, tecnológica e artístico-cultural; e, não ter deixado de comparecer ao evento anual de iniciação científica (EAIC) do ano anterior, sem justificativa, caso tenham participado do PROIC no ano anterior.

Cada professor (a) pode indicar até cinco estudantes, sendo dois para ICB e três para ICV. Os estudantes precisam atender os seguintes requisitos: ser selecionado e indicado por pesquisador orientador; estar regularmente matriculado em curso de graduação público ou privado do país, não necessariamente da UNICENTRO no período de vigência do programa; não figurar como possível formando; não possuir grau de parentesco, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau com o (a) orientador (a); possuir currículo publicado e atualizado na plataforma lattes do CNPq; possuir disponibilidade mínima de vinte horas semanais para dedicação na execução do cronograma do plano de atividades, inclusive nos períodos de férias letivas; e, não estar inadimplente com a PROPESP.

O (a) professor(a) deverá apresentar um projeto de pesquisa e um plano de trabalho para cada estudante, que serão avaliados pelo comitê assessor de iniciação científica (CAIC).

O (a) professor (a) deverá orientar o(s) estudante(s) pesquisador(es) bolsistas e/ou voluntários nas distintas fases do trabalho científico bem como na redação científica dos resultados obtidos em seu plano de atividades (relatórios, resumos, artigos científicos, etc.) e preparar e apoiar o estudante pesquisador em suas apresentações nos eventos de pesquisa institucionais, regionais, nacionais e internacionais. A apresentação dos resultados no encontro anual de iniciação científica (EAIC) é obrigatória.

O **Programa de Monitoria Discente** também possui regulamentação própria, sendo a Resolução nº 91-CEPE/UNICENTRO, de 28 de dezembro de 2011. Destina-se aos acadêmicos regularmente matriculados em curso de graduação da UNICENTRO e caracteriza-se por oportunizar aos acadêmicos-monitores o desenvolvimento de ações didático-pedagógicas no âmbito das disciplinas regularmente ofertadas. Seus objetivos são: cultivar o interesse pelo magistério superior; oportunizar ao acadêmico-monitor uma maior amplitude de conhecimentos com relação ao processo de ensino-aprendizagem; auxiliar na execução do programa da disciplina, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino de graduação; aprofundar conhecimentos teóricos e práticos, proporcionando complementação de estudos e contribuindo para a diminuição da evasão e da reprovação; e, auxiliar na formação de docentes para o ensino superior por meio do desenvolvimento de metodologias de ensino.

Anualmente, a diretoria de programas e projetos divulga o edital para inscrições para o processo de seleção de monitoria discente, com vigência de doze meses na modalidade voluntária. As inscrições são feitas pelo (a) professor (a) responsável pela disciplina objeto da monitoria, atendendo os requisitos de ser docente da UNICENTRO e não se afastar integralmente ou usufruir de licença superior a um mês, durante o período da monitoria.

Para os (as) estudantes os critérios para inscrição no programa são: estar regularmente matriculado em curso de graduação; ter sido aprovado na disciplina objeto da monitoria, ou em disciplina com ementa equivalente; ter disponibilidade para dedicar doze horas semanais às atividades durante todo o período de duração da monitoria. O processo de seleção de acadêmicos-monitores é de responsabilidade do Departamento Pedagógico sob a coordenação do professor-orientador. É obrigatório elaborar plano de atividades em até quinze dias do início das atividades e relatório parcial ou final ao término da monitoria.

Outra modalidade de inserção acadêmica é pelo **Programa de Estágio Pedagógico Voluntário**, regulamentado pela RESOLUÇÃO Nº 001/2007-CEPE/UNICENTRO, caracterizando-se pelo desenvolvimento de ações didático-pedagógicas, no âmbito de disciplinas regularmente ofertadas em curso de graduação e sequenciais da Universidade. Podem inscrever-se no Programa todo graduado em nível superior. Os

objetivos são: implementar o processo de formação continuada dos graduados em nível superior; oportunizar o desenvolvimento da atividade de ensino das matérias do currículo pleno dos cursos de graduação e sequenciais de formação específica da Universidade; cultivar interesse pelas atividades de estudo ligadas às linhas de pesquisa pertencentes aos grupos de pesquisa dos Departamentos Pedagógicos; oportunizar ao estagiário/a ampliar seus conhecimentos com relação ao processo de ensino-aprendizagem; e auxiliar na formação de docentes para o ensino superior.

No que compete à extensão, a inserção acadêmica vem acontecendo por meio do **Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária** (PIBEX); **Programa Institucional de Apoio a Inclusão Social** (PIBIS) e também por projetos vinculados ao **Programa Universidade Sem Fronteiras** (USF).

O PIBEX apoia o desenvolvimento de projetos/programas de extensão da Universidade com a participação de estudantes de graduação da UNICENTRO, na modalidade bolsistas e voluntários. Já o PIBIS contribui para o acesso e integração dos estudantes que ingressam na Universidade por meio de cotas ou que tenham estudado a maior parte do ensino fundamental e médio em escola pública, financiando bolsas. Por meio do USF, o Curso tem inserido estudantes e profissionais recém-formadas/os em ações executadas por diferentes projetos executados pelo Departamento de Serviço Social.

O Departamento de Serviço Social avalia que as estratégias de inserção já adotadas têm como resultados: maior qualificação na formação profissional das/dos estudantes participantes; o envolvimento e maior interesse na área de pesquisa e também da docência; a contribuição para a permanência de estudantes bolsistas no Curso; e criação de vínculos com profissionais recém-formados, sendo esta uma forma de acompanhamento dos egressos.

Com o aprimoramento da grade curricular, o Departamento de Serviço Social espera alcançar o aumento da participação das/dos docentes e estudantes nas estratégias de inserção acadêmica.

5.7. ENSINO A DISTÂNCIA

O Curso de Serviço Social não ofertará carga horária de atividades educacionais a distância.

5.8. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICs) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A utilização de TICs poderá ocorrer de forma opcional e complementar ao processo de

ensino e aprendizagem presencial, uma vez que o Curso não ofertará carga horária de atividades a distância.

As atividades didáticas a serem desenvolvidas com utilização das TICs poderão ser objeto de proposições do/a Professor/a e/ou do NDE devendo necessariamente serem: i) descritas no Plano de Ensino da respectiva disciplina, explicitando a metodologia e ii) aprovadas pelo Conselho Departamental do Curso de Serviço Social. Dentre as ferramentas possíveis para implementação dessas estratégias estão: o Moodle e a Classroom.

5.9. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

C/H: 34	Atribuição de nota para o TCC:	(X) Sim ( ) Não
Disciplina:		

Descrição

As Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social define o TCC como atividade indispensável e integradora do currículo, obrigatória à obtenção do diploma no nível da graduação em Serviço Social, e que

> [...] deve ser entendido como um momento de síntese e expressão da totalidade da formação profissional. É o trabalho no qual o aluno sistematiza o conhecimento resultante de um processo investigativo, originário de uma indagação teórica, preferencialmente gerada a partir da prática do estágio no decorrer do curso (ABEPSS, 2002, s/p).

No Curso de Serviço Social da UNICENTRO o TCC "[...] é uma atividade de pesquisa sobre as expressões da realidade social e requisito obrigatório para obtenção do título em Bacharel em Serviço Social" (UNICENTRO, 2018, Art. 1º). Trata-se de um trabalho monográfico desenvolvido pelo estudante sob orientação sistemática do professor, com o objetivo de "[...] oportunizar a articulação e aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos, adquiridos na formação acadêmica" (UNICENTRO, 2018, Art. 3º). Os fundamentos para a elaboração do TCC são adquiridos ao longo do curso, considerando a preocupação com conteúdos teórico-práticos voltados ao desenvolvimento da postura investigativa a ser fomentada no futuro profissional.

Neste sentido, todas as disciplinas e oficinas pedagógicas previstas terão papel fundamental na construção dos conhecimentos, particularmente aquelas desenvolvidas concomitantemente as ações de extensão (desenvolvidas durante os quatro anos de graduação), ao estágio supervisionado obrigatório (desenvolvido durante a terceira e quarta série) com a prerrogativa do conhecimento da realidade institucional e identificação de necessidades e demandas sociais.

Os fundamentos e a metodologia da pesquisa serão conteúdos desenvolvidos nas disciplinas de Iniciação Científica em Serviço Social (primeira série), Pesquisa em Serviço Social (terceira série) e Seminários de Trabalho de Conclusão de Curso (quarta série). As orientações ocorrem por meio da Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (OTCC). E ainda, alguns estudantes terão a oportunidade de participar do Programa de Iniciação Científica (PROIC).

A proposta de objeto de estudos para a elaboração do TCC deve estar em consonância com as linhas de pesquisa desenvolvidas pelo colegiado de professoras e professores do departamento de Serviço Social. Essas linhas são as seguintes:

1) Questão Social, Estado e políticas sociais;
2) Sociedade, cultura e direitos humanos;
3) Processos de trabalho e classes sociais;
4) Formação e prática profissional em Serviço Social.

Ressalta-se que, no caso do projeto de pesquisa que antecede o TCC conter a proposta de pesquisa que envolva seres humanos, deverá ser submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COMEP) da Unicentro.

Todo o processo de elaboração, acompanhamento, orientação, avaliação e apresentação do TCC está normatizado em regulamento específico.

5.10. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

NATUREZA DO ESTÁGIO:	(X) Supervisão Direta ( ) Supervisão Semidireta ( ) Supervisão Indireta	C/H: 392
Atribuição de nota para o estágio (caso este não se inclua no rol de disciplinas da matriz curricular):		( ) Sim (X) Não

Descrição

O Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social constitui-se de atividades teóricas e práticas a serem cumpridas pelos acadêmicos da 3ª e 4ª séries do curso de Serviço Social. As atividades teóricas e práticas são realizadas pelo encontro indissociável entre as disciplinas Estágio Curricular Obrigatório I e II e a vivência em campo de estágio. Por isso, a supervisão do estágio envolve, simultaneamente, a participação do/da Supervisor/a de Campo (Assistente Social da instituição concedente) e do/da Supervisor/a Acadêmico/a (Assistente Social/professor do departamento de Serviço Social), definida pelas Diretrizes Curriculares como **supervisão direta.**

O total da carga horária a ser cumprida nas disciplinas de estágio é de 274 horas: 136

horas na disciplina de Estágio Curricular Obrigatório I, e 136 horas na disciplina de Estágio Curricular Obrigatório II. Em campo, os estagiários devem cumprir 392 horas no total, ou seja 196 horas no Estágio I (3ª. Série) e 196 horas no Estágio II (4ª. Série).
A normatização do Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social encontra-se prevista no Regulamento de Estágio Curricular em Serviço Social, aprovado pelo Conselho Departamental do Curso de Serviço Social da UNICENTRO.

Operacionalização

As atividades de estágio serão desenvolvidas por meio do controle, orientação e avaliação quantitativa dos acadêmicos, mediante supervisão acadêmica nas disciplinas de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social I e de Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social II, ministradas por Assistentes Sociais/docentes do DESES, denominados Supervisores/as Acadêmicos/as. Nessas disciplinas a avaliação segue o padrão das demais previstas na grade curricular: nota mínima de 7,0 (setenta) e 75% de presença.
Os/as estagiários/as também serão orientados, acompanhados e avaliados qualitativamente pelo/a Assistente Social/Supervisor/a de Campo da instituição. A avaliação qualitativa se dará pela observância do conhecimento sobre o campo de estágio; do processo de ensino aprendizagem do serviço social; do compromisso do/a estagiário/a, e das habilidades do/a estagiário/a. As atividades em campo devem totalizar 196 horas em cada ano letivo.
O encontro entre as supervisões se dará pela contínua reflexão teórico metodológica, ético política e técnico operativa das atividades solicitadas e realizadas pelos/as estagiários/as. Pela indissociabilidade entre os processos de estágio citados, o não cumprimento de uma das exigências avaliativas e de carga horária levará à reprovação direta do/a acadêmico/a, sem possibilidade de realizar recuperação.

5.11. FORMATAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Descrição

O Estágio não obrigatório é um dos componentes previsto nas Diretrizes Curriculares e na Política Nacional de Estágio em Serviço Social, na Resolução CFESS nº 533, e na Lei de Estágio (Lei nº 11.788), previsto no Projeto Político Pedagógico do Curso.
É definido pelo desenvolvimento de atividades teórico-práticas em áreas de intervenção profissional, podendo ser cumpridas durante o período de formação, a partir do

desdobramento das disciplinas do Curso e seus componentes curriculares.
Está amparado por um contrato de estágio, firmado pela instituição concedente, estagiário e Universidade. Nele estão previstas as atividades que serão realizadas pelo estagiário - devendo estar em conformidade com as orientações previstas pelo DESES no Regulamento de Estágio.
O estágio não obrigatório somente será realizado se o/a acadêmico/a for acompanhado/a pelo/a Assistente Social professor/chefe do Departamento de Serviço Social e pelo/a Assistente Social/Supervisor/a de Campo, além disso, é considerado atividade opcional, não substituindo o estágio obrigatório.

Operacionalização

O Estágio Curricular Não Obrigatório deve respeitar as particularidades de cada série em que o acadêmico/estagiário está matriculado, por isso, o DESES definiu que:
Os/as acadêmicos/as-estagiários/as matriculados na 1ª série do Curso somente podem realizar as atividades de observação e registro das atividades relacionadas ao trabalho do/da assistente social/ supervisor/a de campo, e acompanhamento das intervenções realizadas pelo/a assistente social/supervisor/a de campo.
As atividades direcionadas aos/as acadêmicos/as-estagiários/as matriculados na 2ª série do Curso são: observação e registro das atividades relacionadas ao trabalho do/da assistente social/supervisor de campo; acompanhamento das intervenções realizadas pelo assistente social/supervisor de campo, e aplicação de cadastros.
Em se tratando dos acadêmicos/estagiários matriculados na 3ª série do Curso, as atividades relacionadas ao estágio não obrigatório são: análise e leitura da realidade (observação, registro, pesquisa, perfil dos usuários, análise institucional, estudo da estrutura da política setorial, análise da realidade profissional, identificação de demandas), e atividades de intervenção (aplicação de cadastros, elaboração de projeto de intervenção, acompanhamento das intervenções realizadas pelo assistente social/supervisor de campo).
Por fim, os acadêmicos/estagiários matriculados na 4ª série podem realizar atividades como a análise e leitura da realidade (observação, registro, pesquisa, perfil dos usuários, análise institucional, estudo da estrutura da política setorial, análise da realidade profissional, identificação de demandas), e atividades de intervenção (aplicação de cadastros; elaboração, desenvolvimento e avaliação de projeto de intervenção; acompanhamento e contribuição nas intervenções realizadas pelo assistente

social/supervisor de campo).

5.12. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO EM VIGOR PARA A GRADUAÇÃO

Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

No Curso de Serviço Social da Unicentro, as temáticas são abordadas especificamente nas disciplina de “Diversidade, Gênero e Serviço Social”, “Serviço Social e Questão Social” e, ainda, na disciplina optativa “Serviço Social e Questão Étnico-Racial”.

Na ementa da primeira disciplina citada, consta as seguintes discussões: relação entre classes sociais, raça-etnia e gênero. O sistema patriarcal, as relações de poder e suas manifestações sociais: preconceito, discriminação, racismo, homofobia, estigma, misoginia, entre outros. Formas de enfrentamento e resistência: lutas feministas, anti-racistas. O debate no Serviço Social.

Já na segunda disciplina, “Serviço Social e Questão Social”, aparece o debate sobre o capitalismo e a origem da questão social, bem como suas expressões no Brasil: as intersecções étnico-racial, de gênero e classe social.

A disciplina optativa “Serviço Social e Questão Étnico-Racial” aborda: A Formação Brasileira e a Questão Racial. Relações Étnico-raciais e a Teoria Crítica. Movimentos Sociais e Antirracismo. Questão Étnico-racial e a Questão Social na Contemporaneidade. Formação, Intervenção Profissional e Desigualdades Étnico-raciais: Desafios para o Projeto Ético-político do Serviço Social.

Além disso, a temática perpassa, indiretamente, outras disciplinas e também pode ser abordada em trabalhos monográficos, durante o TCC; em atividades curriculares de extensão e nas Atividades Complementares, pela participação em diversos eventos na área.

Educação Ambiental

No Curso de Serviço Social da Unicentro, a temática é abordada nas disciplinas “Serviço Social e Questão Social” e “Serviço Social e Questão Socioambiental”.

Em “Serviço Social e Questão Social” aparece a discussão sobre “o capitalismo, a origem da questão social e da questão ambiental. As influências ideológicas e teóricas na compreensão da questão social. A questão social e ambiental e suas expressões no Brasil.

Já na ementa de“Serviço Social e Questão Socioambiental” está previsto o estudo das transformações ambientais no contexto capitalista e seus rebatimentos sociopolíticos. Os

movimentos ambientais e sociais, a luta por justiça ambiental e a educação ambiental. A trajetória da política ambiental no Brasil. Possibilidades de atuação do Serviço Social nas demandas socioambientais.
O tema também pode ser abordado em trabalhos monográficos, durante o TCC; em atividades curriculares de extensão e nas Atividades Complementares, pela participação em diversos eventos na área.

Educação em Direitos Humanos

A Educação em Direitos Humanos é transversal aos conteúdos abordados nas disciplinas do Curso de Serviço Social, entre elas, as disciplinas de Política Social e Serviço Social e Ética Profissional em Serviço Social. De forma mais direta, o tema está contemplado na disciplina “Direitos Humanos e Cidadania”, com a ementa: Teoria crítica dos Direitos Humanos. História e concepções dos Direitos Humanos. Direitos humanos, lutas sociais e reprodução capitalista. A internacionalização dos Direitos Humanos. Direitos Humanos no Brasil contemporâneo. Estatuto da Pessoa Idosa. Estatuto da Criança e do Adolescente. Estatuto da Pessoa com Deficiência.
Também é abordado em trabalhos monográficos, durante o TCC; em atividades curriculares de extensão e nas Atividades Complementares, pela participação em diversos eventos na área.

Estatuto da Pessoa Idosa

O Estatuto da Pessoa Idosa é abordado pelas disciplinas “Direitos Humanos e Cidadania” (conforme mencionado acima) e “Política Social e Serviço Social IV”, com a discussão das políticas de seguridade social e setoriais (Estatuto da Pessoa Idosa, Estatuto da Criança e do Adolescentes, entre outras).
Além destas, o tema perpassa de alguma maneira as demais disciplinas que abordam as políticas sociais e a atuação profissional na área, como o Estágio Obrigatório I, onde se prevê, entre outras discussões, o conhecimento/descrição da instituição/campo de estágio e do trabalho do assistente social; o Estágio Obrigatório II, que acompanha a elaboração, execução e avaliação de plano de ação na área social, a partir do projeto de intervenção; as disciplinas de Política Social e Serviço Social, especialmente no estudo do Estudo das Legislações Complementares, Normas Operacionais Básicas e demais normativas que regem as políticas de seguridade social, que atingem mais diretamente a

população idosa.
E ainda, o tema está contemplado na disciplina optativa “Envelhecimento, Velhices e Serviço Social”, que aborda o envelhecimento e a construção dos processos históricos-sociais. Velhice e Questão Social. Concepções de Envelhecimento na Sociabilidade do Capital. Velhices Vulneráveis. Marcos normativos-jurídicos dos Direitos da População Idosa no Brasil. Políticas Públicas para a Pessoa Idosa. Serviço Social e Velhices.
Também é abordado em trabalhos monográficos, durante o TCC; em atividades curriculares de extensão e nas Atividades Complementares, pela participação em diversos eventos na área.

Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

O Estatuto da Criança e do Adolescente é abordado nas disciplinas de “Direitos Humanos e Cidadania” e “Política Social e Serviço Social IV”. Além disso, em outras disciplinas que abordam as políticas sociais específicas e a atuação profissional na área, entre elas o Estágio Obrigatório I, que aborda, entre outras reflexões, o conhecimento/descrição da instituição/campo de estágio e do trabalho do assistente social; o Estágio Obrigatório II, na elaboração, execução e avaliação de projeto de intervenção na área social; nas disciplinas que envolvem o estudo das Legislações Complementares, Normas Operacionais Básicas e demais normativas que regem as políticas de seguridade social.
Ainda, a temática faz parte da disciplina optativa “Serviço Social na área da criança e do adolescente”, que aborda a história social da criança e do adolescente. Legislação referente à criança e o adolescente. O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. A violação dos direitos das crianças e dos adolescentes no contexto atual. A intervenção do Serviço Social na área da criança e do adolescente.
Também é abordado em trabalhos monográficos, durante o TCC; em atividades curriculares de extensão e nas Atividades Complementares, pela participação em diversos eventos na área.

Libras como disciplina (obrigatória para Licenciaturas e Fonoaudiologia / optativa para Bacharelados)
A disciplinas de Libras está prevista como Disciplina Optativa no Curso de Serviço Social.

6. ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO

A articulação entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão tem sido uma prioridade do Projeto Pedagógico do Curso, inclusive nas duas propostas anteriores. Isso se deve a uma discussão já amadurecida na categoria profissional de que o Serviço Social tem uma prática essencialmente interventiva, mas articulada a dimensão investigativa, ou seja, sua atuação profissional se dá pela dinâmica constante do agir/pensar-refletir/agir/pensar-refletir.

Desta forma, a produção de conhecimento científico pelos/as acadêmicos/as é valorizada. As atividades de pesquisa são ofertadas e desenvolvidas por meio de: Projetos de Pesquisa coordenados pelos docentes do Curso; Programa Institucional de Iniciação Científica; produção de resumos e artigos por meio das vivências interventivas no Estágio e na Extensão; elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso e realização de Seminário de Pesquisa.

Os docentes são estimulados a propor e coordenar Projetos de Pesquisa Isolado (PqI) ou Continuado (PqC), seguindo as normativas institucionais, sendo possível a inclusão dos acadêmicos na equipe executora.

No intuito de incentivar os acadêmicos a participarem destas ações, buscar-se-á, sempre que possível, ofertar bolsas de iniciação científica, conforme o Programa de Bolsa-Pesquisa Institucional, que possui regulamento próprio, e/ou os programas externos de incentivo à pesquisa.

As pesquisas elaboradas por meio dos Trabalhos de Conclusão de Curso são realizadas individualmente pelos acadêmicos da 4º série do Curso, sob orientação de um docente, defendidas e divulgadas em Seminário de pesquisa proposto pelo Departamento.

Com o intuito de garantir a validade social dos estudos produzidos e o compromisso ético dos acadêmicos enquanto pesquisadores, os mesmos serão constantemente incentivados a apresentarem suas pesquisas em eventos científicos, assim como publicizá-los em revistas científicas e/ou em devolutivas aos campos e sujeitos de pesquisa.

O DESES organizou suas linhas de pesquisa, formalizadas em Grupo de Pesquisa, contemplando, de forma abrangente, as diferentes áreas de pesquisa, sendo:

1) Questão Social, Estado e Políticas Sociais: estudo da Política Social na sociedade capitalista, sua gênese e desenvolvimento; das Políticas Sociais e lutas sociais na sociedade civil e no Estado, da dinâmica entre Estado e sociedade civil. Análise sobre a organização e funções do Estado, seu poder de regulação e impacto econômico e social das políticas públicas. A reforma do Estado e o novo trato à questão social e o debate do

Terceiro Setor no contexto das transformações do capital.

2) Sociedade, Cultura e Direitos Humanos: investigação das relações entre Estado e sociedade civil na configuração de um campo de lutas sociais centradas nas múltiplas expressões dos direitos humanos e suas implicações nas formulações de políticas públicas. Estudo do processo de construção e implementação de políticas de direitos humanos, contemplando análises de suas determinações de classe, gênero, étnicas e enfoques intergeracionais. Análise da dimensão cultural, dos processos de subjetivação e de construção de identidades coletivas e as inovações institucionais.

3) Processo de Trabalho e Classes Sociais: estudo das alterações que ocorrem no processo de trabalho nos diferentes setores da economia e seus impactos no mundo do trabalho. Análise das expressões da "questão social", derivadas da relação capital e trabalho. Análise da estrutura de classes e das relações sociais no capitalismo contemporâneo.

4) Formação e Prática Profissional em Serviço Social: estudos epistemológicos das tendências metodológicas e as influências das correntes do pensamento contemporâneo na prática profissional do Serviço Social. Análise de elementos que compõem e que articulam a formação e atuação profissional. Análise da formação, dos espaços sócio ocupacionais e de práticas do Serviço Social.

Relação com a Extensão

A universidade afirma-se como espaço privilegiado da produção e da socialização do conhecimento científico, tendo no ensino, na pesquisa e na extensão os caminhos necessários para a materialização do mesmo.

Através da contínua reflexão estabelecida entre as/os professoras/es e as/os acadêmicas/os sobre a realidade em voga e, a partir dela, os conhecimentos existentes e, também, pela relação destes com a sociedade é que novos conhecimentos são produzidos.

> [...] o conhecimento emerge da realidade mais ampla, ou seja, dos espaços sociais onde os diferentes atores manifestam-se em suas cotidianidades. Das manifestações da realidade, advêm as demandas que permeiam a produção do conhecimento nos espaços acadêmicos e é a esta sociedade que o conhecimento produzido deve retornar. Por isso, entende-se que a aproximação contínua com a sociedade permite um constante repensar da ciência e, também, das especificidades necessárias para a formação profissional (SONEGO; KOLODY, 2012, p.2).

Nestes termos, a extensão universitária constitui-se como uma das dimensões que aproxima a universidade das demandas sociais e potencializa a relação necessária entre conhecimento científico e saber popular.

Compreendendo sua importância para a formação em Serviço Social, a inserção das/dos estudantes na extensão universitária é incentivada por meio da sua vinculação aos projetos de extensão desenvolvidos pelo corpo docente do DESES e/ou desenvolvidos por demais departamentos, desde que sobre aprovação do plano de trabalho do acadêmico pelo Conselho Departamental.

A participação dos acadêmicos é solicitada nos quatro anos do curso, considerando as especificidades de cada momento da formação. Os projetos de extensão também se afirmam como espaços possíveis de realização do Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social. Além disso, por meio da proposta de curricularização da extensão garante-se que todas/os as/os acadêmicos vivenciarão esta experiência.

Os projetos de extensão desenvolvidos pelo DESES buscam inserir a/o acadêmico/a em diferentes áreas de intervenção profissional da/do Assistente Social e suas propostas pautam-se nas diretrizes da extensão universitária, quais sejam: a interação dialógica; a interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; o impacto na formação do estudante; e impacto e transformação social.

Ademais, esta participação também é incentivada pela vinculação, sempre que possível, dos acadêmicos em bolsas de extensão-cultura, oferecidas pelo Programa de Bolsa Extensão-Cultura, vinculado à Diretoria de Extensão da UNICENTRO, e de programas externos de incentivo à extensão.

Além de promover a aproximação dos acadêmicos com as demandas postas socialmente à profissão, os projetos de extensão podem proporcionar a construção de intervenções profissionais pautadas na aproximação com profissionais de diferentes áreas, produzindo conhecimento mais ampliado e próximo da realidade.

Esta construção exige dos acadêmicos a vinculação com conceitos teóricos e com processos de investigações que, sistematizados, são publicizados em revistas e eventos científicos.

7. INFRAESTRUTURA

7.1 Recursos Humanos

DADOS DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Chefia:

Nome: Solange Cristina Rodrigues Fiuza

Qualificação profissional e acadêmica: Bacharel em Serviço Social, Mestre em Ciências Sociais Aplicadas e Doutora em Serviço Social e Política Social

Regime de trabalho do coordenador do curso:40 horas

Atuação do coordenador do curso (representatividade em Conselhos Superiores, experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica): representante do Departamento no Conselho Setorial; atua há 18 anos no ensino superior e neste período teve 10 anos de experiência em gestão acadêmica.

Carga horária destinada à coordenação do curso: 20 horas

Vice-chefia:

Nome: Nayara Cristina Bueno

Qualificação profissional e acadêmica: Bacharel em Serviço Social, Especialista em Seguridade Social, Mestre em Serviço Social e Política Social e Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas.

Regime de trabalho do coordenador do curso: 40 horas

Atuação do coordenador do curso (representatividade em Conselhos Superiores, experiência profissional de magistério superior e de gestão acadêmica): atua há 08 anos do ensino superior, com participação de 5 anos no Núcleo Docente Estruturante.

Carga horária destinada à coordenação do curso: 20 horas

QUADRO DE DOCENTES DO CURSO

Efetivos:

Nome: Andressa Kolody

Titulação: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas

Área do *stricto sensu:* Ciências Sociais Aplicadas

Ano de conclusão/Instituição:2011/Universidade Estadual de Ponta Grossa

Nome: Angela Maria Moura Costa Prates

Titulação: Doutora em Serviço Social

Área do *stricto sensu:* Ciências Sociais Aplicadas

Ano de conclusão/Instituição: 2016/ Universidade Federal de Santa Catarina

Nome: Maria Fátima Balestrin

Titulação: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas

Área do *stricto sensu:* Ciências Sociais Aplicadas

Ano de conclusão/Instituição: 2006/Universidade Estadual de Ponta Grossa

Nome: Nayara Cristina Bueno

Titulação: Mestre em Serviço Social e Política Social

Área do *stricto sensu:* Ciências Sociais Aplicadas

Ano de conclusão/Instituição: 2013/Universidade Estadual de Londrina

Nome: Rosângela Bujokas de Siqueira
Titulação: Doutora em Ciências Sociais Aplicadas
Área do *stricto sensu:* Ciências Sociais Aplicadas
Ano de conclusão/Instituição: 2017/Universidade Estadual de Ponta Grossa

Nome: Solange Cristina Rodrigues Fiuza
Titulação: Doutora em Serviço Social e Política Social
Área do *stricto sensu:* Ciências Sociais Aplicadas
Ano de conclusão/Instituição:2016/Universidade Estadual de Londrina

Colaboradores:

Nome: Adriele Andreia Inácio
Titulação: Mestre em Ciências Sociais
Área do *stricto sensu: Ciências Sociais Aplicadas*
Ano de conclusão/Instituição: 2014/Universidade Estadual de Londrina

Nome: Denis Cezar Musial
Titulação:Mestre em Desenvolvimento Comunitário
Área do *stricto sensu:* Ciências Sociais Aplicadas
Ano de conclusão/Instituição: 2016/Universidade Estadual do Centro Oeste

Nome: Dionéia Edlyng Maciel
Titulação: Mestre em Serviço Social
Área do *stricto sensu:* Ciências Sociais Aplicadas
Ano de conclusão/Instituição:2021/Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Nome: Douglas Ivam Alves
Titulação: Mestre em Ciências Sociais Aplicadas
Área do *stricto sensu:* Ciências Sociais Aplicadas
Ano de conclusão/Instituição: 2021/Universidade Estadual de Ponta Grossa

Nome: Nikolas Corrent
Titulação: Mestrado em História
Área do *stricto sensu:* Ciências Humanas
Ano de conclusão/Instituição: 2019/Universidade Estadual do Centro-Oeste

Necessidade de contratação com justificativa:

O Projeto Pedagógico anterior do Curso de Serviço Social (2015) indicava a demanda de contratação de dois professores efetivos, demanda esta que permanece aberta. Somada a esta, o Departamento perdeu uma professora efetiva no final do ano de 2021. Com isso,

destaca-se a necessidade de três novos docentes efetivos.

A incorporação das/os professoras/es ao quadro efetivo do DESES se justifica pelo quadro reduzido de docentes efetivos e pela ampliação das atividades realizadas durante o processo formativo das/dos acadêmicas/os, sendo que a maior parte delas deve ser de responsabilidade do quadro efetivo. Como as seguintes:

1. A implementação da curricularização da extensão universitária (tanto nas suas disciplinas específicas, quanto nas atividades que se realizarão fora da sala de aula) e a coordenação do Programa que articulará os projetos de extensão que garantirão a participação de todas/os as/os estudantes;
2. A coordenação e acompanhamento do Estágio Obrigatório (que exige maior aproximação com as diferentes áreas de atuação e com as instituições/campos de estágio e seus/as Assistentes Sociais);
3. As coordenações de projetos que são editados regularmente, como as capacitações na área do Sistema Único de Assistência Social e dos Conselhos de Direitos e Tutelares.
4. A inserção do Curso no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde, que exige um/a professor/a de referência para supervisão.
5. A valorização da pesquisa por meio dos Projetos de Pesquisa Continuados (PqC) e Isolados (PqI).
6. As atividades administrativas de chefe e vice chefe de Departamento, que exigem destinação de carga horária.
7. A Assessoria em Projetos Sociais junto à Incubadora Social da Unicentro.
8. A participação de docentes do Curso em atividades externas ao Departamento, como comissões, comitês, assessorias vinculadas à UNICENTRO.

QUADRO DE AGENTES UNIVERSITÁRIOS DO CURSO

Atualmente o DESES possui um agente universitário, na função de secretaria, mas o mesmo é contratado por teste seletivo, portanto, salienta-se a necessidade de um agente universitário efetivo, considerando que o corpo docente é reduzido e acumula uma diversidade de funções e atividades, o que torna difícil o atendimento das demandas burocráticas cotidianas do departamento, que extrapolam o papel pedagógico da docência.

7.2. RECURSOS FÍSICOS E ESTRUTURAIS

Descrição dos laboratórios de informática e especializados

O DESES divide o laboratório de informática com o curso de Secretaria Executivo, no entanto, neste espaço os equipamentos e os sistemas precisam de atualização, pois não estão em funcionamento, o que tem prejudicado algumas atividades pedagógicas.

Descrição das salas de atendimento dos professores

Até novembro de 2022, o DESES tem contado com uma sala ampla para reuniões e uma antessala para atendimento ao público. A sala ampla é utilizada para as reuniões departamentais e demais atividades de ensino, pesquisa e extensão, como orientações de TCC, atendimento ao aluno, supervisões de estágio, encontros das equipes de extensão e orientações, reuniões de estágio e de projetos, etc. Por se tratar de um único espaço, tem sido insuficiente para a diversidade de atividades, que muitas vezes precisam ser realizadas ao mesmo tempo, por docentes diferentes. No mais, a sala é muito quente e não possui ar condicionado, somente um ventilador, que prejudica o trabalho em função do barulho constante.

Descrição das salas de chefia/coordenação

O DESES possui uma sala pequena específica para o desenvolvimento das atividades administrativas, mas esta não possui janela, o que a torna pouco confortável.

Descrição das salas de aula

Até novembro de 2022, as salas de aula utilizadas pelo Curso são as do Bloco Q, no segundo piso, apresentam espaço físico adequado e número de carteiras suficientes para receber as turmas de cada série. Sobre os equipamentos, possuem Datashow, mas estes já tem exigido manutenção frequente.

Descrição da Biblioteca

A biblioteca conta com títulos essenciais para a formação em Serviço Social, em grande parte, em número suficiente; além de contar com uma variedade de revistas da

área. No entanto, além das bibliografias essenciais, entende-se necessária a adoção de uma política de atualização do acervo sistemática e permanente, em consonância com a dinâmica de pesquisas e publicações das áreas humanas e sociais.

No mais, pelo Serviço Social tratar-se de uma formação generalista, os livros abordam temáticas relacionadas diretamente a profissão e outras que perpassam o exercício da prática profissional em diferentes áreas, tornando necessário, então, agrupá-los na sede onde se localiza o curso, pois tem-se observado que muitos livros da área têm sido encaminhados para outras sedes (CEDETEG e Irati).

7.3. ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

Recursos Humanos

A identificação de demandas tem sido feita por meio das reuniões departamentais, com a colaboração das/dos docentes e da representação estudantil. Nas reuniões pedagógicas são discutidas e formuladas possíveis estratégias. O Curso recorre, sempre que identificada uma demanda para inclusão e acessibilidade, a Coordenadoria de Apoio ao Estudante (COORAE), por meio do Programa de Inclusão e Acessibilidade (PIA).

Infraestrutura

Até junho de 2022, o espaço físico do Departamento e das salas de aula do Curso são frágeis no quesito acessibilidade, contando somente com o elevador que permite o acesso, mas este apresenta problemas com certa frequência, especialmente no prédio das salas de aula, que funciona em um bloco diferente do Departamento. A distância entre as salas de aula e o Departamento também é um obstáculo para quem possui alguma deficiência e precisa deslocar-se.

7.4. ATENÇÃO AOS DISCENTES E DOCENTES

Ações de atendimento aos discentes e docentes do curso:

O Curso de Serviço Social adota como política de relacionamento uma proximidade entre a chefia e a vice chefia com o alunado, além da participação da representação estudantil nas reuniões departamentais. Essa estratégia, ao logo dos anos, tem tido bons

resultados para o atendimento das demandas mais cotidianas dos discentes. Além disso, os programas institucionais são outros canais utilizados pelo Curso, como os serviços da assistência estudantil (como apoio social e psicológico), a participação em projetos de pesquisa e extensão com bolsas para estudantes, o apoio e/ou promoção do Departamento nos eventos científicos da UNICENTRO, como o Encontro Anual de Iniciação Científica e de Extensão, o Congresso Nacional de Ciências Sociais Aplicadas, entre outros, contribuindo para a acessibilidade de discentes e docentes.

Destaca-se uma fragilidade relatada com frequência pelas/os estudantes: o restaurante universitário, especialmente no campus Santa Cruz.

Em relação aos docentes, o Departamento tem procurado programar o afastamento para capacitação docente, contudo, nos últimos anos vem encontrando dificuldade devido a restrições para contratação de docente substituto (colaborador), uma vez que o número reduzido de docentes efetivos não permite que estes absorvam as atribuições do docente que se afasta para qualificação (mestrado, doutorado, pós-doutorado). A Universidade, em parceria com órgãos de fomento à pesquisa, tem oferecido apoio para organização e participação docente em eventos científicos, inclusive no exterior, o que já beneficiou docentes do DESES.

7.5 REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** – ABEPSS. 2010;

_____. **Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de Março de 2002.** ABEPSS, 2002;

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro: ruptura com o conservadorismo.** São Paulo: Cortez, 2019;

ALAYÕN, Norberto. **Assistência e assistencialismo: controle dos pobres ou erradicação da pobreza**? São Paulo: Cortez, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 7ª Ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2000;

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços em geral.** São Paulo: Bointempo, 2018;

BAPTISTA, Myrian Veras. **A ação profissional no cotidiano.** In.: MARTINELLI, Maria Lúcia, ON, Maria Lúcia Rodrigues e MUCHAIL, Salma Tannus (Orgs). O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber. 2ª Ed – São Paulo: Cortez, 1998;

_____. **O Serviço Social e a construção dos direitos sociais.** In.: BAPTISTA, Myrian

Veras e BATTINI, Odária (Org.). A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento. (v. 01). São Paulo: Veras, 2009;

BARROCO, Maria Lucia Silva e TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a assistente social comentado. (**Conselho Federal de Serviço Social Org.). São Paulo: Cortez, 2012;

BATTINI, Odária. **O lugar da prática profissional no contexto das lutas dos assistentes sociais no Brasil.** In.: BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária (Orgs.). A Prática Profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento. V. 1. São Paulo: Veras Editora, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. 2008.

_____. **Lei nº** 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília 2008.

_____. **Lei nº 8662**, de 7 de junho de 1993, dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.

_____. **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011].

_____. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. 2007.

_____. **Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social.

_____. **Parecer CNE/CES nº 492/2001, aprovado em 3 de abril de 2001**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

_____. **Parecer CNE/CES nº 1.363/2001, aprovado em 12 de dezembro de 2001**. Retifica o Parecer CNE/CES n.º 492, de 3 de abril de 2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social.

CARDOSO, Franci Gomes. **As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios.** Temporalis. Ano I. nº 2. (Jul/Dez. 2000) Brasília: ABEPSS. Valci. 2000. (p.07-17);

CASSAB, Maria Aparecida Tardin. **Indicações para uma agenda de debates sobre o ensino da prática a partir do novo currículo**. Temporalis. Ano I. nº 2. (Jul/Dez. 2000) Brasília: ABEPSS. Valci. 2000.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. **Lei nº 8.662 – Lei de Regulamentação**

da Profissão. Brasília, DF, CFESS, 1993.

_____. **Serviço Social: direitos e competências profissionais.** Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009;

CISNE, Mirla e SANTOS, Silvana Mara Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social.** (Biblioteca Básica do Serviço Social v 8). São Paulo: Cortez, 2018.

COELHO, Marilene. **Imediaticidade na prática profissional do assistente social.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013;

ENGELS. Friedrich. **Sobre o papel do Trabalho na Transformação do macaco em Homem.** 1876 http://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm . Acesso em 03 de Fevereiro de 2012;

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez, 1998;

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 11ª. ed. São Paulo: Cotez, 2007.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo Demográfico 2010. Município de Guarapuava-PR.** Rio de Janeiro, 2010;

_____. **Sinopse do Censo Demográfico. Município de Guarapuava-PR.** Rio de Janeiro, 2018;

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM – 2000:** anotações sobre o desempenho do Paraná. Curitiba: IPARDES, 2003.

_____. **Caderno dos municípios – Município de Guarapuava.** Curitiba, 2003;

_____. **Caderno dos municípios – Município de Guarapuava.** Curitiba, 2010;

_____. **Caderno dos municípios – Município de Guarapuava.** Curitiba, 2011;

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social.** 9ª Ed – São Paulo: Cortez, 2010;

_____. **Saber profissional e poder institucional.** 10ª Ed – São Paulo: Cortez, 2011;

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 5ª Ed – V 01 e 02. Porto Alegre: Globo, 1979;

FIÚZA, Solange Cristina Rodrigues. F**amílias, poder e políticas sociais em Guarapuava-PR.** Tese Doutorado em Serviço Social e Política Social. Londrina, UEL – Universidade Estadual de Londrina, 2016;

HEY, Paulo Fabiano. **O Curso de Serviço Social na Unicentro**: percepções históricas

e atuais. Trabalho de Conclusão de Curso. DESES, 2012;

LACHESKI, Edilane. **Guarapuava no Paraná: discurso, memória e identidade (1950-2000). Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História.** Curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2009;

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997;

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e exercício profissional. 2 ed. – São Paulo. Cortez, 2010.

LOPES, Josefa Batista. **Objeto e especificidade do Serviço Social: pensamento latino-americano**. São Paulo: Cortez, 1979.

FERREIRA, Sandra Cristina. **Rede urbana, cidade de porte médio e cidade média: estudos sobre Guarapuava no Estado do Paraná.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente. 2010.

FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda (Orgs). **Projeto ético-político do serviço social: contribuições à sua crítica.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

KAMEYAMA, Nobuco. **A trajetória da produção de conhecimentos em Serviço Social.** Disponível em: https://silo.tips/download/a-trajetoria-da-produao-de-conhecimentos-em-servio-social Acesso em: 20/09/2021.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I.** são Paulo: Boitempo, 2012;

_____. **Para uma ontologia do ser social II.** São Paulo: Boitempo, 2013;

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da economia política V. I.** (Coleção Os Economistas – Tradução Regis Barboza e Flávio R. Kothe). São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **O Capital – Crítica da economia política V. I.** Tomo II (Coleção Os Economistas – Tradução Regis Barboza e Flávio R. Kothe). São Paulo: Abril Cultural, 1984;

MOROZINI, Fernando. **Cenário Econômico e Microeconomia em Guarapuava**. In.: http://www.webartigos.com/articles/38664/1/Cenario-Economico-eicroeconomia-em-Guarapuava/pagina1.html#ixzz0t8BMDybw (Publicado em 25/05/2010), acesso em 08/07/2010;

MUNHOZ, Divanir Eulália Naréssi. **Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade.** In.: Revista Emancipação (v. 6 nº 1 – p. 25-40). Ponta Grossa: UEPG, 2006. Disponível em file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/70-254-1-PB.pdf Acesso dia 19 de março de 2015;

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, José de Paulo e BRAZ, Marcelo**. Economia política: uma introdução.** (Biblioteca Básica do Serviço Social v. 1). São Paulo: Cortez, 2007.

NETO, Jonas José de Matos. **O Coronel do Povo: um estudo das representações sociais da população do município de Pão de Açúcar/AL sobre o político Alísio Maia (1952-1994).** In.: Revista História e História disponível em http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=professores&id=76, texto publicado em 07/07/2009;

PARANÁ. **Parecer n.º 589/04**, de 10 de novembro de 2004, que trata do pedido de reconhecimento do curso de Serviço Social, 2004.

PEDROSO, R. C. **Estudo de caso sobre o Jardim Europa (Xarquinho).** Universidade Estadual do Centro-Oeste. Pós-Graduação em Desenvolvimento e Integração da América Latina. 1998.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais.** 4ª Ed – São Paulo: Cortez, 2007;

PORTO, Liliana, SALLES, Jefferson de Oliveira e MARQUES, Sônia Maria dos Santos (Org.). **Memórias dos povos do campo do Paraná – Centro Sul.** Curitiba: ITCG, 2013;

PRATES, Angela Maria Moura Costa. **O exercício profissional do assistente social: a garantia de direitos sociais em políticas de combate à pobreza no Centro Sul do Estado do Paraná.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2016.

SILVA, Marcela Mary José da. **A materialização do projeto ético político do Serviço Social: um convite à reflexão sobre o projeto ético político do Serviço Social brasileiro.** Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Felipe Alexandre da. Et al. **A trajetória histórica do bairro Xarquinho, a partir das memórias de antigos moradores.** GRUPO PET-GEOGRAFIA. **Xarquinho:** história, sociedade e juventude. Departamento de Geografia: Universidade Estadual do Centro-Oeste. 1997. (p.02-08)

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão Social e Serviço Social no Brasil: fundamentos sócio-históricos.** 2ª Ed – Campinas, SP: Papel Social; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2014;

SENE, Roberto Revelino. **Caso Paiol de Telhas: uma história dos descendentes de negros escravizados frente à expropriação de terras em Guarapuava – PR.** Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponto Gross – UEPG. Ponta Grossa, UEPG, 2008;

SIQUEIRA, Luana Souza. **Pobreza e Serviço Social: diferentes concepções e**

compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013;

SONEGO, Cristiane; KOLODY, Andressa. **Prevenção da violência contra crianças e adolescentes: uma proposta extensionista. Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades.** Rio de Janeiro: ANINTER-SH/ PPGSD-UFF, 2012.

TONET, Ivo. **Capítulo III – A emancipação humana na perspectiva marxiana.** In.: TONET, Ivo. Educação, cidadania e emancipação humana. Rio Grande do Sul: Editora Unijui, 2005. Disponível em http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf Acesso dia 02 de março de 2017;

TONET, Ivo. **Trabalho associado e revolução proletária.** Maceió, 2010. Disponível em http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/TRABALHO_ASSOCIADO_REVOLUCAO_PROLETARIA.pdf Acesso dia 01 de fevereiro de 2015.

UNICENTRO. **Resultado Históricos do ENADE – 2004**. Guarapuava: UNICENTRO, 2021a.

_____. **Anuário Estatístico 2019**. Guarapuava: UNICENTRO, 2019b.

_____. **Relatório da Avaliação Perceptiva – 2016**. Guarapuava: UNICENTRO, 2017b.

_____. **Relatório de Desempenho de Curso:** Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Serviço Social - ENADE 2016. Guarapuava: UNICENTRO, 2017c.

_____. **Resolução nº 24-CEPE/UNICENTRO**, de 18 de setembro de 2014. Aprova o Curso de Especialização em Famílias e Práticas Profissionais, modalidades modular/regular. Guarapuava: UNICENTRO, 2014c.

_____. **Resolução nº 93-COU/UNICENTRO**, de 8 de outubro de 2013. Homologa o 2º Caderno de Resultados do Programa Permanente de Avaliação Institucional da UNICENTRO e aprova o relatório final do Ciclo Avaliativo SINAES - 2010-2012. Guarapuava: UNICENTRO, 2013b.

_____. **Relatório de Desempenho de Curso**: Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - Serviço Social - ENADE 2010. Guarapuava: UNICENTRO, 2011b.

_____. **Relatório da Avaliação Perceptiva** – 2010. Guarapuava: UNICENTRO, 2011c.

_____. **Resultados do ENADE – 2007**. Guarapuava: UNICENTRO, 2007d.

_____. **Resolução nº 207/2006**-CEPE/UNICENTRO. Aprova o Curso de Especialização em Políticas Públicas, modalidade regular. Guarapuava: UNICENTRO. 2006c.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/O Assistente Social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas.** São Paulo: Cortez, 2015.

VESTENA, Leandro Redin; SCHMIDT, Lisandro Pezzi. **Algumas reflexões sobre a urbanização e os problemas socioambientais no centro-socioambientais no centro-sul parananese sul parananese.** Acta Scientiarum. Human and Social Sciences, vol. 31, núm. 1, 2009, pp. 67-73 Universidade Estadual de Maringá Maringá, 2009. Disponível em https://www.redalyc.org/pdf/3073/307325328009.pdf Acesso em 28 de junho de 2022.

9. ANEXOS

- Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Serviço Social;
- Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Serviço Social;
- Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) do Curso de Serviço Social;
- Regulamento de Curricularização da Extensão do Curso de Serviço Social.